

MARIA APARECIDA SOUZA MEDEIROS MARCON

**ESTRANGEIRISMOS EM *MALHAÇÃO*:
AMEAÇA LINGÜÍSTICA OU VARIAÇÃO LEXICAL NO PORTUGUÊS *TEEN*?**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariléia Reis.

TUBARÃO, 2005.

MARIA APARECIDA SOUZA MEDEIROS MARCON

**ESTRANGEIRISMOS EM *MALHAÇÃO*:
AMEAÇA LINGÜÍSTICA OU VARIAÇÃO LEXICAL NO PORTUGUÊS *TEEN*?**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, dezembro de 2005.

Profª. Dra. Mariléia Reis (orientadora)

UNISUL

Profª. Dra. Edair Gorski

UFSC

Prof. Dr. Wilson Schuelter

UNISUL

Prof. Dr. Fábio José Rauen (Suplente)

UNISUL

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu marido, Natalino, que tanto me apoiou nos momentos mais difíceis; à minha filha, Natália, que, mesmo ainda em meu ventre, me deu forças para a realização final desta tarefa; à minha família, que sempre valorizou minhas idas ao mundo do conhecimento; aos meus pais, em agradecimento ao apoio e estímulo que sempre me deram; às minhas amigas, em especial, Andréia e Geruza; e à orientadora Prof^a. Dr^a. Mariléia Reis.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas percorreram o caminho que por ora se acalma, por isso agradeço:

a meu marido, Natalino, pela compreensão, pela dedicação, pela ajuda, pelo apoio, pelo amor e pelo carinho; à minha filhinha, Natália, que agora é a razão maior da minha felicidade. Desculpem-me, Natalino, pela minha ausência, pelo meu silêncio, pelas minhas lágrimas e Natália, meu bebezinho, pela falta de tempo para realizar as compras do seu enxoval e pelas horas excessivas de trabalho durante os nove meses de gravidez. À minha família, às minhas amigas, torcendo a uma voz, e à professora Mariléia, pelas orientações e pelo incentivo, muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa descreve o uso de estrangeirismos em *Malhação*, telenovela da Rede Globo de Televisão, dirigida especificamente a um público *teen*, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Lingüística, nos moldes da Sociolingüística de William Labov. A partir de críticas feitas à inserção do estrangeirismo em nossa língua, em especial do Projeto de Lei n°. 1676, 1999, do deputado Aldo Rebelo, que “Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, este trabalho objetivou mostrar como o estrangeirismo se constituiu em mais um dos acréscimos à natureza mutável de uma língua. A fim de elucidar esse processo, mostramos a relação da língua a partir do condicionamento de variáveis extralingüísticas de natureza sócio-histórico-cultural. Os resultados evidenciaram que o uso de palavras e/ou expressões estrangeiras esteve inserido no contexto lingüístico diário dos falantes/personagens *teens* da respectiva telenovela, em cerca de 95 situações de interlocução discursiva analisada, com maior recorrência de uso na função fática da linguagem, na expressão sintática de vocativo. E o mais importante: os resultados evidenciaram que os estrangeirismos analisados co-existem com outros vocativos na forma vernacular, firmando-se como mais uma das variantes desta respectiva função sintática, como em *Que é isso, CATRACA? Aconteceu alguma coisa, BROTHER?* (G/C:4/89)¹. Tal descrição permitiu-nos considerar, finalmente, que o uso de estrangeirismos em *Malhação* não se constitui, de fato, uma ameaça lingüística, mas mais uma variante lexical no português *teen* da respectiva telenovela.

Palavras-chave: Sociolingüística, teoria da variação e da mudança lingüística, estrangeirismos.

RESUMEN

Esta investigación describe el uso de extranjerismos en *Malhação*, telenovela de la Red Globo de Televisión, dirigida específicamente a un público *teen*, a partir de las suposiciones teórico-metodológicas de la Teoría de la Variación y Cambio Lingüístico, en los moldes de la Sociolingüística de William Labov. A partir de críticas hechas a la inserción del extranjerismo en nuestra lengua, en especial del Proyecto de Ley n°. 1676, 1999, del diputado Aldo Rebelo, que “Dispone sobre la promoción, la protección, la defensa y el uso de la lengua portuguesa”, este trabajo buscó mostrar como el extranjerismo se constituyó en uno más de los agregados a la naturaleza mutable de una lengua. A fin de elucidar ese proceso, mostramos la relación de la lengua a partir del condicionamiento de variables extra lingüísticas de naturaleza socio-histórico-cultural. Los resultados evidenciaron que el uso de palabras y/o expresiones extranjeras estuvo inserido en el contexto lingüístico diario de los hablantes/personajes *teens* de la respectiva telenovela, en cerca de 95 situaciones de interlocución discursiva analizada, con mayor recurrencia de uso en la función enfática del lenguaje, en la expresión sintáctica de vocativo. Y lo más importante: los resultados evidenciaron que los extranjerismos analizados coexisten con otros vocativos en la forma no-extranjera de la lengua, afirmándose como una más de las variantes de esta respectiva función sintáctica, como en *¿Qué es eso, Catraca? ¿Pasó alguna cosa, BROTHER?* (G/C:4/89)^{2[1]}. Tal descripción, nos permitió considerar, finalmente, que el uso de extranjerismos en *Malhação* no constituye, de hecho, una amenaza lingüística, sino una variante más del léxico en el portugués *teen* de la respectiva telenovela.

Palabras-clave: Sociolingüística, teoría de la variación y del cambio lingüístico, extranjerismo.

¹ (G/C: Gustavo para Catraca; 4: contexto informal; 89: enunciado 89).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	OBJETIVO E HIPÓTESE.....	17
1.1.1	<i>Objetivo geral.....</i>	<i>17</i>
1.1.2	<i>Hipótese.....</i>	<i>18</i>
2	ESTRANGEIRISMOS: ESTUDO E QUESTÃO.....	19
2.1	A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	38
2.2	A PRESENÇA DE MAIS UMA LÍNGUA EM NOSSO IDIOMA: A INGLESA.....	42
2.3	CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS À NOSSA LÍNGUA.....	45
2.4	OS CAMINHOS DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA.....	49
2.5	ESCRITA E MUDANÇA.....	55
2.6	O MITO DA LÍNGUA ÚNICA.....	59
2.7	ESTRANGEIRISMO: POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO À LÍNGUA.....	62
2.8	ESTRANGEIRISMO E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO.....	69
2.9	A LÍNGUA É UMA QUESTÃO POLÍTICA.....	74
2.10	GLOBALIZAÇÃO: EFEITOS DA E NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	77
2.11	LITERATURA NA ÁREA: O ESTRANGEIRISMO NA VISÃO DE ALGUNS LINGÜISTAS.....	81
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	101
3.1	SOCIOLINGÜÍSTICA.....	101
3.1.1	<i>Áreas de interesse da Sociolingüística.....</i>	<i>103</i>
3.1.2	<i>Teoria da variação e mudança lingüística.....</i>	<i>103</i>
3.1.2.1	<i>Os cinco problemas da mudança lingüística.....</i>	<i>108</i>
4	METODOLOGIA.....	111
4.1	VARIÁVEIS: CONTROLE E RELAÇÕES DE (IN) DEPENDÊNCIA.....	112
4.2	ETAPAS DE ANÁLISE.....	119
4.2.1	<i>organização do corpus (etapas 1 e 2).....</i>	<i>120</i>
4.2.1.1	<i>DESCRIÇÃO DOS PERSONAGENS E DAS SITUAÇÕES COMUNICATIVAS.....</i>	<i>121</i>
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	124
5.1	ANÁLISE ETAPA 1.....	125
5.2	ANÁLISE ETAPA 2.....	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
	ANEXO 1 – PROJETO DE LEI N°. 1676, DE 1999 (ALDO REBELO).....	161

ANEXO 2 – REQUERIMENTO DOS LINGÜISTAS AO SENADO DA REPÚBLICA.....	165
ANEXO 3 – AMOSTRA DOS DADOS	166

1 INTRODUÇÃO

“A língua é o que é, e não o que poderia ou ‘deveria’ ser: ela é como a fizeram e fazem os que a falam e falam”. (Luft, *apud* Terra, 1997, p. 78).

Vinda com as caravelas em 1500, a língua portuguesa chega ao Brasil-colônia como parte da consolidação do poder colonial sobre essas terras: temos, assim, o estrangeirismo do colonizador. Durante alguns séculos, mesclou-se às línguas indígenas, além das contribuições, mais tarde, das imigrações. Eis que se forma uma língua? Não, ela não se formou, não se cristalizou assim, vez que estará, tal qual o homem, sempre em vida, nunca acabada.

Esta pesquisa trata da descrição do uso de estrangeirismos em *Malhação*, telenovela da Rede Globo de Televisão, do autor Ricardo Hofstetter, dirigida especificamente a um público *teen*, como demonstração do uso desse fenômeno lingüístico em textos midiáticos brasileiros destinados a telespectadores de faixa etária, escolaridade e classe social específicas. Pretendemos também identificar em qual função da linguagem o uso de palavras e/ou expressões estrangeiras nessa telenovela costuma ser mais recorrente, para, então, descrevermos a natureza sintática que elas costumam assumir nos respectivos contextos enunciativos analisados, como ‘Catraca’ e ‘brother’, em *Que é isso, CATRACA? Aconteceu alguma coisa*,

BROTHER? (G/C:4/89)³. Essas transcrições ocorreram no período de março/2004 a agosto/2004. A partir de amostras desta natureza, pretendemos demonstrar que este uso se constitui em mais um dos processos espontâneos e naturais das línguas em geral, e, assim, estaria evidenciando a natureza heterogênea do sistema lingüístico.

Na literatura sociolingüística, especificamente em Faraco (1998, p. 24), sabemos que *as palavras, como uma das unidades da língua*, podem ser estudadas em toda a sua dimensão: em sua (i) forma sonora (fonética/fonologia), (ii) estrutura interna (morfologia), (iii) ocorrência (constituente da sentença), (iv) seu significado (semântica) e (v) seu uso (pragmática). Também se pode estudar historicamente a composição do léxico, observando sua origem e os diversos fluxos de incorporação de palavras de outras línguas, os chamados *estrangeirismos* ou *empréstimos lingüísticos*.

Em situações específicas de uso, e por falantes também específicos, os estrangeirismos podem ser compreendidos pelos brasileiros sem, necessariamente, aportuguesarem-se. A compreensão (ou não) de uma palavra num contexto de uso não implica a necessidade do conhecimento prévio de sua origem: sua etimologia, por exemplo. Segundo as pesquisas lingüísticas, tem a ver, sim, com o mundo de referência à qual remete. Bagno (2001, p. 73) ilustra esta situação:

Nem mesmo o brasileiro mais culto e bem-informado poderá entender termos que não façam parte do seu universo de referências. Só quem conhece o mundo dos navios a vela, por exemplo, saberá o que é o *estai* da *mezena* do *joanete*, a *sobregatinha*, a *giba*, a *ostaga*, e a *draiva*, entre outros termos igualmente poéticos e estranhos, mas que são ‘português puro’. Para muita gente culta, eles soam mais estrangeiros do que *drive*, *reset*, *delete*, *insert* ou *download* . . . O nosso camponês, por outro lado, se for ligado ao esporte mais popular do país, saberá perfeitamente o que é um *pênalti*, um *gol* e um *drible*, termos de origem inglesa que ficaram quase que inalterados no português do Brasil, bem como o nome do próprio *futebol*. (BAGNO, 2001, p. 79)

³ (G/C: Gustavo para Catraca; 4: contexto informal; 89: enunciado 89).

Segundo Faraco (*op. cit.*, p. 25), um “*estudo situado no eixo do tempo (sincrônica ou diacronicamente) se correlaciona normalmente com o estudo mais amplo da história cultural da(s) comunidade(s) lingüística(s), na medida que o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade das relações entre língua e cultura*”.

Assim, podemos compreender que as dimensões culturais do desenraizamento e da mobilidade espacial ligados à imigração ou a uma fragmentação crescente dos espaços de vida constituem provavelmente um dos domínios de invenção e de avanço dos saberes: a questão das diásporas, das imigrações e da mobilidade espacial é essencial, porquanto permite uma abordagem concreta das *formas e dos efeitos da globalização, enquanto abre aos pesquisadores um campo que permite algo além da análise de textos* (virtuais ou não). Para Mattelart & Neveu (2004, p. 198), ela é ainda o *lugar do confronto com novas mitologias sociais*: a ‘hidra do multiculturalismo’ é um caso que estes autores destacam nos seguintes termos:

A partir dos anos de 1990, os trabalhos sobre as diásporas se multiplicaram. Para citar um só exemplo, as pesquisas conduzidas por Kevin Robins (2001), em colaboração com a pesquisadora turca Asu Aksoy (2000), sobre a maneira com que os imigrantes turcos combinam a utilização das mídias específicas de seus países de acolhida com os programas providos da mãe-pátria graças às tevês por satélite são particularmente estimulantes (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 198).

Esta perspectiva multicultural percebida através da linguagem (na mídia e fora dela), é reforçada por estes autores, para quem o estudo multicultural em primeiro mundo, por exemplo, reflete as seguintes noções:

A crescente heterogeneidade dos modelos culturais que o desenvolvimento da mobilidade espacial e das comunidades imigradas estimula, sua co-presença no espaço urbano contribuíram para o êxito da noção plastificada de ‘multiculturalismo’. Ela remete, sobretudo, na América do Norte, a uma idéia de respeito pelas culturas das minorias ou dos imigrantes, pelas políticas públicas nesse sentido. [...] Num trabalho sobre as polêmicas em torno do ‘multiculturalismo’ e os fantasmas de ‘latinização’ cultural dos Estados Unidos, o politólogo James Cohen (2000) sugere de seu lado a parte irracional de uma vida das culturas da imigração (*Latinos* nos Estados Unidos) como cavalos de Tróia de uma ameaçadora alteridade cultural: ‘À força de querer construir a questão *latino* como uma questão de ‘diversidade cultural’, se esquece de que as tensões sociais e políticas de amanhã terão por terreno principal o fulgurante desenvolvimento da precariedade socioeconômica entre os milhões de

Latinos agrupados nos bairros, de Los Angeles a New York (MATTELART & NEVEU, op. cit, p. 192).

O Brasil, além de ter que conviver com a questão dos estrangeirismos inseridos pela inteligência virtual no final do século XX, é, por definição, a nação da diversidade em qualquer aspecto que se queira considerar da sua vida social. Segundo Mattos e Silva (2004), graças à sua magnitude territorial e à sua heterogeneidade cultural, social e econômica, frutos da sua própria história.

São muitas as situações em que se afirma que, no Brasil, a língua portuguesa vai mal, ora porque são muitas as diversidades lingüísticas, quer de natureza diatópica, quer de natureza diastrática, e, mais recentemente, também pela presença quase irrestrita de estrangeirismos⁴ em comunidades virtuais (dentre outros usos), como palavras e/ou expressões *lesivas à língua como patrimônio cultural* a ponto de provocar *uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa*⁵.

De acordo com tal argumentação (acima exposta), as pesquisas científicas da linguagem têm demonstrado que o vernáculo no Brasil não vai mal nem por causa da dita carência lingüística de jovens que chegam à universidade, nem pelo sobreuso de estrangeirismos nas suas comunicações, quer oral e/ou escrita, quer real ou virtual. Segundo Mattos e Silva (*op. cit.*, p. 15), o que vai mal no ensino brasileiro, dentre outros fatores, é a irrisória verba que os cofres públicos destinam à educação, por exemplo: dos 12% do orçamento das nações recomendados pela UNESCO à educação, não se destinam nem 5% no Brasil. E acrescenta:

Dessa pobreza inicial, que define uma linha política, advêm, sem dúvida, os males subseqüentes, continuando o Brasil o maior país de analfabetos do mundo, de pseudo-alfabetizados e de pseudo-escolarizados, apesar do chamado esforço governamental com seus programas oficiais de alfabetização e escolarização alternativos (MATTOS e SILVA, 2004, p. 16).

⁴ Estrangeirismos: termos e expressões de outras línguas que estão sendo cada vez mais empregados na língua falada e escrita no Brasil. Mais precisamente, concentra-se nas palavras de origem inglesa (Bagno, 2001, p. 49)

⁵ Segundo o projeto de lei do então deputado federal Aldo Rebelo, em 1999.

A partir da contextualização multicultural em que está inserido o português, e de problemas mais profundos que enfrentamos além dos estrangeirismos no Brasil, podemos entender que a língua, por meio de seus falantes, torna-se um sistema auto-regulador, que dá conta das suas próprias carências e necessidades. São esses mesmos falantes que acolhem o que pode beneficiá-la e descartam o que pode ser dispensado.

Para Bagno (2001, p. 83), a língua é assim, porque, na realidade, ela não existe, apenas seus falantes é que existem, ‘inseridos em contextos sócio-históricos específicos, que querem se fazer entender, interagir, comunicar-se uns com os outros’. Não precisamos, portanto, nos defender de estrangeirismos, uma vez que os males da globalização são outros. Os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua, a sua *gramática*: eles contribuem apenas no nível mais superficial da língua, que é o *lexical*, como ilustra Bagno (*op. cit.*, p. 74): *O office-boy flertava com a baby-sitter no hall do shopping-center.*

Sabemos que nas diversas situações comunicativas, podem co-existir maneiras diferentes de se dizer uma mesma coisa, o que significa dizer que a língua constitui-se de variações, que podem ou não desencadear mudanças. Podemos perceber, em qualquer língua, a coexistência de formas diferentes com um mesmo significado ou função comunicativa. Vejamos, aqui, o exemplo de *intervalo* e do estrangeirismo *coffee-break*: talvez, num futuro, a primeira possa desaparecer e a segunda implementar-se hegemonicamente, efetivando-se assim uma mudança lingüística no pano lexical.

De acordo com Labov (1972), essas formas distintas que se referem ao mesmo estado-de-coisas com um mesmo valor de verdade são chamadas de variantes e o conjunto delas, variáveis. As variáveis lingüísticas se exprimem em função de diversas dimensões, dentro e fora do sistema lingüístico: a) as variáveis internas ou estruturais estão organizadas em fatores de natureza fonológica, morfológica, sintática, semântica e lexical; b) as variáveis externas

ou extralingüísticas influenciam na escolha das variantes, e as que mais têm sido discutidas são: o estilo de fala, a idade, o sexo, a escolaridade, a classe social, a região ou zona de residência e a etnia.

Sabemos que nenhuma língua é usada de maneira uniforme por todos os seus falantes em todos os lugares e em qualquer situação. Numa mesma língua, há formas distintas para traduzir o mesmo significado dentro de um mesmo contexto, assim qualquer falante do português é capaz de reconhecer que ambos os enunciados pertencem ao seu idioma e têm o mesmo sentido, embora haja diferenças estruturais.

Fiorin (2000, p. 34) considera o seguinte:

O que é preciso levar em conta [. . .], é que a semântica apresenta certas sutilezas, que escapam aos espíritos menos acostumados à reflexão lingüística. Uma diferença básica existente nos estudos lingüísticos é a distinção entre significação e sentido. Aquela é resultado das indicações lingüísticas que compõem uma frase. Este é a significação mais as indicações contextuais ou situacionais (FIORIN, 2000, p. 34).

Especificamente em relação ao uso de estrangeirismos, Fiorin (*op. cit.*, p. 32) declara que *o sujeito que usa um termo em inglês no lugar de um equivalente em português, não é um idiota*, conforme declarou na mídia uma vez o normativista Pasquale Cipro, uma vez que, para Fiorin, o uso de palavras, como “liquidação” e *sale* e “entrega em domicílio” e *delivery*, não têm sentido equivalente: do estreito ponto de vista da significação podem ser equivalentes, mas não o são, no entanto, do ponto de vista do sentido. Segundo ele, os termos em inglês dão o sentido de modernidade, eficiência, o que não se obtém com o mesmo valor no português. Isso é prova de que, ainda que intuitivamente e sem saber dar grandes explicações, as pessoas têm noção de que existem muitas maneiras de falar a mesma língua. É o que podemos chamar de variação lingüística.

Para conduzirmos nossa proposta do trabalho nessa direção, a de que a inserção de estrangeirismos no português não o torna impuro, partimos das discussões reabertas a partir

do projeto equivocado⁶ sobre a natureza e a inserção de palavras estrangeiras no português do Brasil: o Projeto de Lei n.º. 1676/1999, que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, do então deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), cujo alvo de ataque são os chamados estrangeirismos.

Há algum tempo, não se falava tanto sobre os estrangeirismos: mais ou menos um século atrás, o médico Castro Lopes fez com que esse tema fosse bastante discutido, ao defender a substituição das palavras francesas, usadas com bastante frequência entre a elite culta do Rio de Janeiro, por outros termos de base latina erudita. No entanto, seu ato de tentar defender a língua portuguesa não passou de mera tentativa, servindo de chacota para muitos dos que viam, nessa atitude, um desconhecimento da verdadeira natureza lingüística das línguas humanas.

Quem inicia uma tarefa como essa, a que o deputado se propôs, precisa estar atento para evitar o estímulo de um trabalho de descrição e de interpretação dos fenômenos lingüísticos apenas com base em juízos de valor do senso-comum. Esses juízos não têm, na maioria das vezes, base empírica e não passam de enunciados preconceituosos, realizados com intenções, na maioria das vezes, de notoriedade apenas.

A proposta de Aldo Rebelo também provocou muita polêmica entre os considerados não-lingüistas, além, é claro, dos estudiosos da língua. Acreditamos, via de regra, que a visão dos primeiros sobre a linguagem manifesta uma série de preconceitos e mitos. Entre os que querem se passar por defensores da pureza do idioma e os que defendem o direito dos falantes a mudar sua língua, alinhamo-nos aos segundos, na discussão em torno de que a língua nos pertence, e que podemos utilizá-la da maneira que considerarmos melhor. Nossa pos-

⁶ Segundo os lingüistas brasileiros, este projeto de lei é considerado um equívoco, *por não reconhecer o caráter multilíngüe do País e, ao mesmo tempo, a grande e rica diversidade da Língua Portuguesa que aqui se fala e se escreve* (Soares, Paiva e Indursky, 2001).

tura se deve ao fato de acreditamos que os “defensores” do idioma português brasileiro limitam-se à uma ilusão sobre a natureza da língua: a noção de que existiria uma língua pura, nossa, isenta de contaminação, quer seja interna ou externa.

Aldo Rebelo diz que tudo começou quando, ao caminhar pelas ruas das cidades, percebeu que a quantidade de palavras e expressões estrangeiras (especialmente do inglês) era excessiva. Por essa e outras declarações, é que Possenti (Faraco 2001, p. 164) afirma que o projeto de lei do deputado “reproduz algumas das mais óbvias inverdades sobre a língua, dessas bastante banais que vêm sendo repetidas há séculos”.

Pelo radicalismo com que é tratada a preservação da pureza lingüística, para cuja proteção o estrangeirismo constitui ameaça e conseqüente descaracterização – afirmação que pode ser lida na justificativa do projeto de lei –, a proposta de Rebelo mostra-se simplista em relação à realidade evolutiva e inegável de um idioma. Como forma de tentar fundamentar seu verdadeiro propósito, o ataque aos estrangeirismos, o deputado acaba remetendo-se a algumas informações superficiais sobre o ensino do português no Brasil.

Para dar conta das demandas do trabalho, esta dissertação foi dividida em seis capítulos. No primeiro, a introdução. No segundo capítulo temos para a contextualização do tema: nele, abordaremos um pouco da história da língua portuguesa e como a língua inglesa se insere em nosso idioma. O terceiro capítulo foi reservado para os aspectos teóricos: a Sociolingüística de Willian Labov, para contribuir com suas explicações a respeito da inter-relação entre língua e aspectos sociais. O quarto capítulo foi destinado à apresentação da metodologia do nosso estudo, ou seja, dos métodos e os materiais utilizados para realizarmos esta pesquisa. No quinto capítulo, apresentaremos a análise e discussão dos dados, os quais foram coletados da telenovela *Malhação* e que servirão como subsídio à análise do estrangeirismo como algo que extrapola a simples incorporação de novos termos à nossa língua, como

algo que exemplifica uma identificação do adolescente com uma cultura que não está tão distante dele, como se possa pensar. Por fim, no capítulo 6, as considerações finais.

1.1 OBJETIVO E HIPÓTESE

1.1.1 OBJETIVO GERAL

- descrever o uso de estrangeirismos em *Malhação*, telenovela da Rede Globo de Televisão, dirigida especificamente a um público *teen*, como demonstração do uso desse fenômeno lingüístico em textos midiáticos brasileiros destinados a telespectadores de faixa etária, escolaridade e classe social específicas. Pretendemos também identificar em qual função da linguagem o uso de palavras e/ou expressões estrangeiras nessa telenovela costuma ser mais recorrente, para, então, descrevermos a natureza sintática que elas costumam assumir nos respectivos contextos enunciativos analisados, como ‘Catraca’ e ‘brother’, em *Que é isso, CATRACA? Aconteceu alguma coisa, BROTHER?* (G/C:4/89)⁷. A partir de amostras desta natureza, pretendemos demonstrar que este uso constitui-se em mais um dos processos espontâneos e naturais das línguas em geral, e, assim, estariam evidenciando a natureza heterogênea do sistema lingüístico.

⁷ (G/C: Gustavo para Caraca; 4: contexto informal; 89: enunciado 89).

1.1.2 HIPÓTESE

Nossa hipótese é a de que os resultados evidenciem que a prática de palavras e/ou expressões estrangeiras inserido no contexto lingüístico diário dos falantes/personagens *teens* da telenovela *Malhação* seja mais recorrente no uso da função fática da linguagem, na expressão sintática de vocativo. Esperamos que os resultados evidenciem que os estrangeirismos nesta amostra co-existam com outros vocativos na forma não-estrangeira da língua, firmando-se como mais uma das variantes desta função sintática, como em *Que é isso, Catraca? Aconteceu alguma coisa, BROTHER?* (G/C:4/89), para, então, podermos considerar que o uso de estrangeirismos em *Malhação* não constitui-se, de fato, em uma ameaça lingüística, mas mais uma variante lexical no português *teen* na referida telenovela.

2 ESTRANGEIRISMOS: ESTUDO E QUESTÃO

Na literatura lingüística, muitos já opinaram sobre o Projeto de Lei n°. 1676/1999; Rajagolapan foi um deles. Para o autor, “embora a lei de Aldo Rebelo não identifique o inglês como o principal vilão na suposta ‘deformação da Língua Portuguesa’ está bem claro que é o seu alvo primeiro (2004, p. 17). Rajagolapan ainda afirma que, em uma seção que explica a razão de ser do projeto, o deputado pondera o seguinte:

De fato estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da Língua Portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos – como *holding*, *recall*, *franchise*, *coffee-break*, *self-service* – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como ‘*estartar*’, ‘*printar*’, ‘*bidar*’, ‘*atachar*’, ‘*data-base*’. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até trincar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, [. . .] (REBELO, 2000, p. 13).

As reações contrárias ao assunto têm sido inúmeras e com origem nas mais variadas fontes. Entre elas, vamos relacionar, em especial, a opinião de alguns renomados pesquisadores da língua. Temos a visão de Carlos Alberto Faraco:

A lingüística tem mostrado que não existe língua homogênea: toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Cada variedade é resultado das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui, como é sua posição na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo [. . .], e assim por diante (FARACO, 1991, p. 18).

Para os puristas da língua, não se deve medir esforços para proteger e defender o idioma e o povo brasileiro da invasão dos estrangeirismos. Sobre essa defesa, Garcez e Zilles (2001, p. 25) ironizam:

[. . .] importante perguntar: defesa de quem contra quem? Defesa da pura Língua Portuguesa, naturalizada como nacional num território invadido e usurpado de povos falantes de outras línguas? E atacada e defendida por quem? Não são os próprios falantes que fazem os empréstimos? Por acaso, alguém toma emprestado o que não deseja? (GARCEZ e ZILLES, 2001, p. 25)

Seguindo o mesmo raciocínio, podemos destacar, ainda, a fala de Paul Chilton:

[. . .] há uma *invasão* lingüística. Pois bem: *invasão* evoca apenas uma parte do conjunto de idéias e palavras que se referem a guerras. Se o inglês está nos invadindo, então podemos dizer também que essa língua é uma ameaça; que ela é *perigosa*; que precisamos *proteger* ou *defender* nossa língua, que uma das *armas* pode ser a legislação. E assim por diante. [. . .]. O uso do inglês por falantes nativos do português é de fato alguma coisa que se assemelha a uma guerra? Para começar ninguém nos força a usar palavras do inglês. Se há realmente uma invasão temos que resistir pelo uso da força (CHILTON, 2004, p. 133).

O discurso de Rebelo desconsidera, também, que, dentre as línguas européias, a grande contribuição vem do inglês, bem como o fato de que essa é a grande fonte contemporânea de empréstimos ao português e às demais línguas. *Bife*, *rosbife*, *lanche*, *vagão*, *pudim*, *túnel*, *esportes*, todas essas formas foram devidamente modificadas para integrarem-se à Língua Portuguesa, e, hoje, traços da origem anglóфона passam quase despercebidos.

A incorporação dessas palavras foi feita de maneira natural, surgiram por necessidade de nomear, no caso do **bife** (anglicismo), um prato bastante saboroso, presente na mesa de qualquer família brasileira. Falando nisso, nada melhor que praticar algum **esporte** (anglicismo), quem sabe uma partida de **futebol** (anglicismo), para perder algumas gramas depois de um belo **lanche** (mais um anglicismo).

Segundo Garcez e Zilles (2001, pp. 28-29),

[. . .] as línguas humanas estão em constante movimento, por variação e mudança dentro da comunidade lingüística, de uma geração para outra, sendo o contato entre os dialetos e línguas uma força motriz comum e de grande relevância nesse proces-

so. Ou seja, empréstimos sempre houve e sempre haverá. (GACERZ e ZILLES, 2001, pp. 28-29)

Cabe ressaltar que os estrangeirismos não entram a qualquer custo numa língua. Esses termos, invasores para Rebelo, tiveram que se adaptar tanto ao nosso padrão de língua quanto ao sistema fonológico, tipologia silábica e estrutura morfológica: *stress* (inglês), palavra que entrou recentemente na Língua Portuguesa (herança do mundo moderno), tomou a forma de “estresse”. Isso se dá porque o padrão da Língua Portuguesa não aceita formação com o “s” inicial, desacompanhado de vogal. Para tratar desse aspecto, Nelly (1989, p. 27) nos diz que “nem todas as inovações são aceitas porque a adoção é uma seleção e normalmente aceita-se aquilo que é funcional e certo, correspondendo a uma necessidade estética, social ou funcional da comunidade”.

No entanto, se depender do deputado Aldo Rebelo, será dado um basta, curto e sonoro, a todo esse processo chamado de estrangeirismo, tido como nada mais, nada menos, que uma agressão a um valioso patrimônio da nação, a Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, quem não se enquadrar na nobre missão de cuidar do bem-público será enquadrado na forma da Lei, punido de acordo com regras de comportamento lingüístico preestabelecidas mediante legislação. Estabelece o deputado, assim, o primeiro equívoco do projeto: “Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei” (Art. 4º). Vale ressaltar que o projeto em questão determina a troca da palavra estrangeira por uma brasileira em 90 dias da publicação da lei (Art. 5º).

Leonor Scliar-Cabral (2004, p. 113) comenta o seguinte sobre esse Decreto: “[. . .] não só as medidas sugeridas são completamente inócuas, pois a circulação das palavras não

pode ser controlada por decreto, mas também revelam, novamente, a ignorância do leigo sobre a matéria”.

Os casos excepcionais, de que fala Rebelo, referem-se aos termos que já fazem parte do dia-a-dia, palavras que, inegavelmente, incorporaram-se à nossa língua. Mas cabe perguntar: até que ponto é possível delimitar o que já foi incorporado ou não? Quais seriam os critérios para se fazer tal concessão?

Para o deputado, proteger a língua portuguesa é o mesmo que defender a soberania nacional, e essa proteção deve ser levada a cabo à custa de um grande esforço para responder a possíveis ameaças ao processo de descaracterização da língua. Ele ainda afirma que se trata de uma “razão de Estado”, porém devemos lembrar que isso se sobrepõe a um direito estabelecido por lei e consagrado pela história da nação: o direito de se expressar escrita e oralmente nas mais variadas formas.

Diariamente, há pessoas que acordam pedindo seu *breakfast*. No trânsito, elas enfrentam o *rush*, na metade de sua manhã, param para fazer um *coffee-break* e, após um período estressante de trabalho, pedem um *time*, pois é hora do almoço. No restaurante, elas têm de enfrentar uma fila no *self-service*, ou mesmo num serviço de *fast food*. Após o almoço, alguns minutos de *relax* para amenizar o *stress* do trabalho. Depois de um dia cansativo, um *happy hour* com os amigos, enquanto outros preferem dar simplesmente um *time*.

Negar todas essas marcas em nosso dizer é negar uma variação que já se consolidou pelo uso, pela aceitação, independente da vontade da interpretação leiga sobre o que se pode ou não falar. Seria insensato chamar de erro e querer punir um fenômeno que acontece de Norte a Sul do nosso país; é de um autoritarismo e radicalismo inúteis, já que não se pode legislar sobre o que uma pessoa vai ou não pensar e, conseqüentemente, sobre como vai expressar suas idéias. Enfim, é querer transformar em crime o que uma pessoa é ou pensa, pois a

língua que chamamos de materna é elemento constitutivo da nossa identidade individual, daquilo que somos.

Há muitos esforços para conter a eventual degeneração da nossa língua materna por meio de uma legislação rígida. Utilizar ou não estrangeirismos para efetivar a comunicação deve fazer parte da escolha de cada um, assim como utilizar ou não gírias no discurso. Fishman (*apud* Rajagopalan, 2004, p. 28) chamou de “nacionalismo” exagerado a vontade de intervir através de leis no que concerne aos assuntos lingüísticos de uma nação, objetivando assegurar sua integridade.

Podemos dizer que compartilhamos do pensamento de Bagno (2002b, pp. 71-72) quando ele afirma:

Já está mais do que comprovado que, do ponto de vista exclusivamente científico, não existe erro em língua, o que existe é variação e mudança, e a variação e mudança não são ‘acidentes de percurso’: muito pelo contrário, elas são constitutivas da natureza mesma de todas as línguas humanas vivas. (BAGNO, 2002b, pp. 71-72)

Para Bagno, esse processo é algo possível à língua, mas tornou-se alvo de suspeitas e críticas por parte de gramáticos e outros que se auto-denominam “protetores” da língua. Em um de seus comentários, com acentuadas críticas ao projeto de Aldo Rebelo, diz: “estrangeirismos não são prejudiciais; pelo contrário, eles enriquecem a língua portuguesa” (*apud* Rajagopalan, 2004, p. 24).

O estrangeirismo é um, entre tantos empréstimos que o falante da Língua Portuguesa faz de outras línguas. Temos nossa língua e podemos falar por nós mesmos. A língua é um fenômeno histórico-social, portanto é um elemento constitutivo da individualidade de cada um, a partir da coletividade. Ela é muito mais que um simples código ou um instrumento de comunicação, é, antes de qualquer outra coisa, uma das principais marcas da identidade de

uma nação, não uma identidade que se constitui apenas dentro dos limites de sua fronteira, mas que se enriquece, do seu modo, através das contribuições de vizinhos ou visitantes.

Milroy (2004, p. 97) mostra que há aqueles que possuem uma concepção diferente no que concerne à língua:

A visão dos leigos é radicalmente diferente. Eles acreditam que a língua é uma identidade cultural, e não um fenômeno mental. É estável, fixa e uniforme, não sendo, portanto, propriedade de todos os seus falantes nativos. Ela não existe primeiramente na mente das pessoas, mas sim em algum lugar ‘por aí’ – fora dos falantes –, sendo utilizada por eles para fins comunicativos. (MILROY, 2004, p. 97)

Para os considerados leigos, a língua é um sistema estável, homogêneo, e as mudanças que ocorrem naturalmente pelo contato lingüístico são vistas como ameaça ao tesouro nacional. Os empréstimos lingüísticos, de modo especial quando têm origem massiva em uma língua, representam um perigo real para os que cresceram ouvindo o mito de que a língua “nacional” não cumpriria mais sua função de sentinela da nação, caso fosse contaminada por palavras e expressões estrangeiras. A invasão estrangeira resultaria no controle pela língua dominante, neste momento da história, o inglês americano, o que levaria à perda da identidade e da coesão nacionais.

Nesse sentido, Rajagopalan (2003, p. 94) afirma que “É preciso, porém, perguntar se há casos que realmente justifiquem a defesa do purismo de uma determinada língua, em nome de perigo externo iminente. Afinal, foi esse o argumento usado pelo deputado Aldo Rebelo em defesa do seu polêmico Projeto de Lei n°. 1679/99”.

Para Faraco (2001, p. 44), “O projeto de Aldo Rebelo poderia ser visto apenas pelo seu lado grotesco; ou como um oportunismo face a seus evidentes efeitos midiáticos”. O deputado, responsável por toda essa discussão, procura defender o seu ponto de vista, afirmando no jornal Folha de São Paulo, entre 25 de março e 1º de julho de 2001, que não é verdadeira a atitude de xenofobia de que é acusado, bem como não é verdadeiro o fato de que ele

rejeita as línguas estranhas. Ainda complementa dizendo que seu projeto tão-somente deseja a valorização da nossa língua, atitude que ele acredita ser bastante louvável. Para tanto, procura nos convencer disso, com fatos históricos incontestáveis:

A língua, como o tacape, a espada, a pólvora e a moderna tecnologia, tem sido uma ferramenta de conquista. A cultura dominante impõe seu vocabulário à cultura dominada. Quando as tropas indonésias ocuparam o Timor Leste em 1974, a primeira providência dos invasores foi proibir o ensino e o uso do português. Banido das escolas, o português passou a ser defendido pelas armas dos guerrilheiros da Fretilin, que restabeleceram o uso do idioma tão logo alcançaram a autonomia da antiga colônia portuguesa. O uso da palavra para a conquista de nações e territórios tem um exemplo eloqüente no Brasil. Quando Portugal decidiu empreender a colonização, cuidou de providenciar um idioma para a comunicação com os nativos (REBELO, *apud* RAJAGOPALAN, 2003, p. 94).

Rebello ainda diz:

Nós não queremos impor o português a ninguém, mas apenas preservá-lo para aqueles que o têm como língua materna e na condição de obrigação constitucional. Ou deveríamos aceitar que a moeda da globalização (o dólar) imponha, além de seus esquemas monetários, seus modelos culturais e também seus padrões lingüísticos? Ou alguém acha que os camponeses nordestinos que denominam um pequeno rio de riinho, riacho, riachincho, corgo, corguinho esculpiu estes vocábulos pelo mesmo cinzel dos esnobes da Barra da Tijuca que entronizaram uma estátua da liberdade em pleno Rio de Janeiro e infestaram suas ruas de placas e anúncios em inglês, que nos foram ridicularizados pelo *The New York Times*? (*ibidem*, p. 95).

Podemos, então, perceber que o deputado cai em contradição quando diz não “querer impor o português a ninguém”, pois, em seguida, deixa claro seu interesse em legislar contra aqueles a quem demonstra reprovação: com “os esnobes da Barra da Tijuca”. Tal preconceito leva, ainda, Rebello a dizer que “os esnobes da Barra da Tijuca” seriam os agentes das forças de globalização, os traidores dos verdadeiros interesses da nossa pátria. Para o deputado, o verdadeiro povo brasileiro é aquele formado pelos camponeses, e não os esnobes a quem acusa de não ter amor à pátria. Sobre isso, trata Possenti (2001, p. 169):

É provavelmente um equívoco considerar o fenômeno do emprego das palavras estrangeiras como desnacionalização, por um lado, e como empobrecimento, por outro. [. . .]. Por outro lado, a tal invasão certamente não empobrece o português. Tomada a língua como língua, o efeito é inverso: ela se enriquece (POSSENTI, 2001, p. 169).

Um outro equívoco firmado no projeto é o mito da unidade lingüística no Brasil. No quarto parágrafo de sua justificação, afirma o deputado que essa unidade constitui um “autêntico milagre brasileiro”:

Nossa identidade reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das particularidades regionais de fala e escrita (POSSENTI, 2001, p. 169).

Acreditar que, no Brasil, todos falem e se compreendam igualmente em todos os lugares é ilusão, é ignorar totalmente a diversidade lingüística brasileira, destacada há décadas por estudos lingüísticos, enfim, é desconhecer a própria língua do povo, tão diferente do português “puro” trazido de Portugal. Uma justificação nos parece ser a fonte maior de preconceito lingüístico: a crença de que o nosso país é um lugar onde todos os cidadãos falam uma única língua, igual e transparente para todos. Essa visão é algo equivocado e, para Possenti (2001, p. 173), “revela alguma cegueira na avaliação do que seja uma língua, especialmente quando se pretende não só dar palpites descompromissados, mas legislar sobre ela”.

Para exemplificar como a variação lingüística no português do Brasil está na essência de nossa língua, vamos apresentar uma enquete feita pela TV *Futura* sobre o significado de uma expressão de determinada região brasileira, apresentada num programa de Serginho Groissman (período de setembro a outubro de 2004): um personagem-protagonista (um homem entre trinta e cinco e quarenta anos), na série “do jeito que eu falo”, inicia uma conversa bastante curta com um cidadão comum, utilizando uma palavra que chama a sua atenção, em seguida, pergunta se este sabe o significado do termo. Alguns tentam adivinhar, outros simplesmente dizem que não sabem. Ao fim da discussão, o pesquisador revela o significado do termo pesquisado.

Exemplo: “Afrouxei o garrão”.

Entrevistado 1: Não soube responder.

Entrevistado 2: “Ficou impressionado”.

Entrevistado 3: “Cada estado fala de um jeito.”

No final, vem a explicação:

Afrouxar o garrão significa tremer nas bases, sentir medo.

O termo surgiu porque “garrão” é um nervo das pernas do cavalo. Ao afrouxar o garrão, o animal estaria dobrando as pernas e caindo. Esse fato lembra uma pessoa que está diante de um indivíduo que lhe cause muito medo, por exemplo, alguém com uma arma na cabeça, e se ajoelha aos pés do seu algoz para pedir clemência. Esse termo surgiu no Rio Grande do Sul e é atualmente falado em alguns lugares da Região Sul. Mesmo sabendo que “Afrouxei o garrão” é uma expressão em português, ela também foge à norma padrão da língua, mas não deixa de fazer parte das formas de se comunicar dos falantes dessa comunidade.

No projeto de lei, o deputado ainda se apóia na Constituição Federal. Diz que o português, em norma padrão, é a língua oficial do Brasil, e tudo aquilo que tem caráter oficial deveria, em princípio, vir redigido exclusivamente em português. Ele acredita que um dos problemas causados pelo uso dos estrangeirismos é que algumas pessoas, em particular é citado o homem simples do campo, não entenderiam, por exemplo, o significado do estrangeirismo *printar*, um verbo formado com base no inglês. No entanto, o deputado esquece que esse mesmo camponês faz uso de cheque, palavra que parece tão nossa, mas que é anglicismo. Possenti (2001, p. 166) contribui ao dizer:

Mais grave, no entanto, é o fato de que nosso homem do campo (e também da cidade e mesmo o bem escolarizado) não compreende o texto de uma bula de remédio, de um aluguel, quem sabe de um projeto de lei. . . Compreender ou não uma língua ou uma variedade dela é um problema de escolaridade do cidadão e de frequência a discursos, e não de nacionalidade da língua ou de origem de um termo. (POSSENTI, 2001, p. 166)

Pelos equívocos citados no projeto, vemos que algumas pessoas, convictas de que estão defendendo a língua, a identidade e a pátria, na verdade, estão reforçando velhos preconceitos e imposições. Faz muito tempo que o português do Brasil se distanciou do português de Portugal e das prescrições dos gramáticos, cujo serviço às classes dominantes é definir a língua do poder em face de ameaças – internas e externas.

Guedes (2001, p. 133) nos fala que projetos que tratam da defesa da Língua Portuguesa são antigos, conservadores, elitistas e excludentes. A história de uso da língua nos mostra que cada época teve seu motivo para propor projetos em torno da proteção da mesma.

Em 1757, o governo da metrópole portuguesa, ameaçado pela forte influência que os jesuítas tinham sobre os índios, viu que a igreja estava se colocando contra seus interesses, baixou, então, o Decreto “Diretório dos índios”, proibindo o uso do tupi a partir daquela data. Tal fato exemplifica o quanto a língua representa relação com o poder, nesse caso, poder de dominação, por isso, concomitantemente, os jesuítas são expulsos das Missões, por manterem os índios e sua cultura sob proteção. Nesse caso, a língua representava uma unidade de entendimento e, como esse entendimento não correspondia aos interesses econômicos da colônia, era necessário impedi-lo.

Num momento mais recente da história, no ano de 1999, o projeto de lei de Rebe-lo apresenta-se como uma “desculpa” para a possível preservação da Língua Portuguesa contra a invasão do estrangeirismo. Mais uma vez, “[. . .] parece haver uma ameaça externa, efetiva, que se concretiza sob a forma de dominação econômica, política, cultural, mas é representada, nestes projetos de lei, como lingüística” (Zilles, 2001, p. 160).

O problema de dominação de uma língua não reside necessariamente em ser o usuário enganado por desconhecer o significado da palavra em inglês empregada na sua língua materna, mas por tantos outros motivos que estão dentro da própria língua, como a dominação

política, por exemplo. A palavra *sale* numa vitrine de loja pode evitar que o cidadão reconheça uma liquidação, mas tanto pior é, mesmo reconhecendo o sentido, não ter explicações para o porquê de tantos juros, o porquê da inflação. O cidadão pode ser enganado em inglês, em francês, em alemão, em italiano, em qualquer língua, até mesmo pela língua em que está escrita a constituição de seu próprio país.

A compreensão ou não de uma palavra nem sempre tem a ver com sua origem, com sua etimologia, com a língua da qual ela procede: tem a ver com a coisa ou o fato que ela designa, com o mundo de referências ao qual ela remete. Nem o brasileiro mais culto e bem-informado poderá entender termos que não façam parte do seu universo de referências. Sobre isso, Capucho (2004, pp. 84-85) nos diz:

Enquanto cidadã e enquanto lingüista, não me preocupa, de forma alguma, a preservação da dita pureza lingüística das nossas línguas que seria necessário defender contra o ataque maciço de lexemas vindos de fora. Afinal, tal como as pessoas, uma língua cresce e desenvolve-se com as contribuições que recebe do exterior e que integra na sua própria natureza, de uma forma harmônica e coerente com sua estrutura. Os empréstimos, se convenientemente adaptados à fonologia e à ortografia, são elementos enriquecedores de uma língua, na medida em que lhe permitem referir (e por isso construir) novas realidades [. . .]. E se o ‘nosso homem simples do campo’ [. . .] não entende ‘aportuguesamentos de gosto duvidoso’ [. . .] como *printar* ou *database*, não é por problemas de ordem lingüística, mas sim por simples desconhecimento dos dados referenciais. (CAPUCHO, 2004, pp. 84-85)

Só quem conhece o mundo das máquinas agrícolas, por exemplo, saberá o que é uma grade niveladora, uma grade de dentes ou hidráulica, uma rotativa, um arado de discos, uma bomba de irrigação, um braço hidráulico, entre outros termos igualmente estranhos. Para muitas pessoas cultas, eles soam mais estrangeiros do que *test-drive*, *coffee-break*, *delete*, *insert* ou *download*. O nosso camponês, por outro lado, se estiver antenado ao esporte mais popular do país, compreenderá perfeitamente o que é um pênalti, um gol e um drible, termos também de origem inglesa que ficaram quase inalterados no português do Brasil.

Para os que têm um raciocínio simplista quanto ao uso da língua e desconsideram a diversidade lingüística brasileira, o estrangeirismo é uma ameaça à unidade nacional porque

emperra a compreensão dos que não conhecem a língua estrangeira. Isso seria próximo a afirmar que um enunciado como “Eu baixei um programa novo de computador” seria “plena-mente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independente do nível de instrução e das peculiaridades regionais da fala e escrita” (GARCEZ e ZILLES, 2001, p.p. 29-30).

Garcez e Zilles corroboram, afirmando:

O equívoco desse raciocínio lingüisticamente preconceituoso não está em dizer que esse poderia ser um processo de exclusão. O equívoco está, por um lado, em não ver que usamos a linguagem, com ou sem estrangeirismos, o tempo todo, para demarcarmos quem é de dentro ou de fora do nosso círculo de interlocução, de dentro ou de fora dos grupos sociais aos quais queremos nos associar ou dos quais queremos nos diferenciar. Há, pois, diversas maneiras de fazer exclusão pelo uso da linguagem, dentre elas o uso de estrangeirismos – possivelmente, uma das menos eficazes, porque muito evidente (parece bem mais eficaz a exigência de uso da variedade da língua falada pelas classes dominantes como única forma legítima de acesso à mobilidade social e ao poder (GARCEZ e ZILLES, 2001, p. 31).

Acreditamos ser precipitada a conclusão de que os estrangeirismos só seriam usados por quem conhece a língua de origem. Preconceito ou ingênua desinformação. Se fosse assim, teríamos que estudar muito para saber a origem dos tantos estrangeirismos empregados diariamente por nós, já que temos, em nossa língua, inúmeras palavras de origem em outros idiomas, não só na língua inglesa, como os exemplos que serão elencados posteriormente.

O sentimento inicial de estranheza se dá porque, para os falantes de qualquer idioma, o estranho/estrangeiro é aquele a quem não se entende, ao menos com a mesma facilidade com que se supõe compreender a fala de um dos seus. Desse modo, não conhecer certas palavras pode parecer, para o interlocutor, uma situação desfavorável, desconfortável. Mas não se pode esquecer de que uma quantidade enorme de termos que hoje soam perfeitamente naturais para um falante de português de qualquer extrato social foram, num primeiro momento, termos importados que, com o processo lento e gradual de aportuguesamento, incorporaram-se, de pleno direito, ao nosso vocabulário mais comum e trivial.

São exemplos de palavras vindas de outras línguas: *boate, clube, balé, boné, hotel, futebol, tricô, crochê, suflê, butique, panqueca, batom, garçom, ruge, judô, ópera, abajur, ioga, túnel, trem, avião, menu, restaurante, debutante, golfe, iate* e milhares de outras. Ao lado dessas, *batuque, cafuné, mocambo, samba, camundongo*, são algumas das inúmeras palavras que surgiram na Língua Portuguesa e enriqueceram o nosso falar pelo lado africano; da mesma forma que abacaxi, caipira, maracanã nos ampliaram a comunicação pela herança indígena. Esse fenômeno mostra a capacidade de o português absorver contribuições de outras línguas, bem como, de tais palavras, vindas de outros idiomas, enriquecerem a língua a longo prazo.

Ainda, na tentativa de mostrar os estrangeirismos como enriquecedores às línguas, Schmitz (2001, p. 104) diz:

[. . .] afirmo que a presença de vocábulos estrangeiros contribui para enriquecer qualquer idioma. Receber palavras de origem estrangeira em forma de empréstimo nada tem a ver com a soberania político-econômica. Os idiomas são palcos de mestiçagem e de interculturalidade e não devem ser vistos como baluartes ou fortalezas de nacionalidade, pois as nações-estados contêm diferentes etnias com diferentes identidades. A presença de estrangeirismos na Língua Portuguesa de nenhuma forma ameaça a cultura brasileira, amplamente definida como literatura, música, teatro, folclore e dança. (SCHMITZ, 2001, p. 104)

Do empréstimo do árabe, das línguas germânicas, do italiano, do francês, do espanhol, das línguas africanas, das línguas indígenas, do inglês, etc. , o português foi se formando. Logo, hoje já nos distanciamos, em muito, da língua trazida na esquadra de Cabral. Houvesse um Aldo Rebelo que proibisse a utilização de termos em tupi-guarani na época, os paulistanos não iriam mais correr no Ibiraguera, e sim exercitar-se no “Parque da Madeira Po-dre”, e o ipanemense Vinícius de Moraes teria como musa certa “garota da água ruim” (Lima, 2000).

Outro fato importante é lembrar que os estrangeirismos não alteram as estruturas da língua em sua gramática, por isso não são capazes de destruí-la, como afirmam os conser-

vadores. Os estrangeirismos contribuem apenas no nível mais superficial da língua, que é o léxico. Um exemplo: “O *office-boy* flertava com a *baby-siter* no *hall* do *shopping center*” (Bagno, 2001, p. 74). Embora os substantivos sejam de origem inglesa e a raiz do verbo também, a sintaxe e a morfologia são portuguesas, logo, a estrutura corresponde integralmente à ordem normal da sintaxe da língua oficial.

Outro fato importante é que a pronúncia dessas palavras, atacadas pelos ditos “protetores” da língua, é feita de acordo com as características fonético-fonológicas do português brasileiro e, dessa forma, acabam perdendo parte da sua identidade estrangeira. Para corroborar com o pensamento, temos a contribuição de um outro renomado lingüista brasileiro, Fiorin (2001, p.p. 115 -116), que enfatiza:

A gramática não se encontra ameaçada por empréstimos estrangeiros, pois eles são pronunciados de acordo com o sistema fonológico do português e usados segundo a morfologia e a sintaxe de nosso idioma. [. . .]. Não há nenhum empréstimo de palavras gramaticais, bem como não estamos diante da mudança da sintaxe da língua. Além disso, nenhum desses empréstimos altera o que alguns lingüistas chamam o fundo léxico comum, que continua tão vernáculo quanto antes. Ora, estando sólidos a gramática da língua (fonologia, morfologia e sintaxe) e seu fundo léxico comum, não há nenhuma razão para temer qualquer desvirtuamento ou enfraquecimento do idioma em virtude de algumas centenas de empréstimos (FIORIN, 2001, pp. 115 – 116).

Muitas vezes, também, uma palavra estrangeira vigora por algum tempo e depois deixa de ser empregada. Nenhuma mulher usa, hoje em dia, um **bandô** no cabelo, por exemplo. Assim, do mesmo modo que incorporam também os falantes decidem se esses termos permanecem ou desaparecem e em que medida mantêm, ou não, as propriedades das formas originais. Vale dizer que esse desuso se dá de maneira lenta e gradual, pois a saída de certos vocábulos de uma língua acontece quando as coisas que eles designam também deixam de ser usadas; contrariamente, os que permanecem fazendo parte do léxico da língua “invadida” contribuem para o exercício da comunicação. Sendo assim, podemos dizer que as línguas exibem inovações mantendo-se, contudo, coesas.

Desse modo, não só velhas formas desaparecem e novas surgem no correr da história de uma língua, como também as relações entre as formas e seus conteúdos estão em constante evolução, ganhando novos sentidos na língua em que foram adotados. Atualmente, o que as mulheres mais usam para fazer um penteado é denominado **grampo**, designado pelo dicionário como “haste que prende os cabelos” (Houaiss, p. 223). As invenções do ser humano precisam ser nomeadas para que deixem de ser chamadas de “coisa” e passem a ter uma definição própria, se vai ser com neologismo ou estrangeirismo, só mesmo o homem com suas experiências vai determinar.

Às vezes, a busca por um nome à coisa é saciada na própria comunidade lingüística, outras não. Podemos citar, aqui, a palavra *mouse*: acreditamos ser estranho uma pessoa ficando horas em frente a um computador, com a mão sobre o **rato**, quando a palavra importada *mouse* apresenta-se sonoramente mais agradável. A transformação é algo inerente à natureza humana, o ser humano é sedento por ela e, a cada década, o mundo modificado encontra eco no caráter transitório da língua, que, assim como o homem, está em constante evolução.

Nesse caráter transitório, a partir do momento em que o homem inventa ou importa um produto novo, junto com ele cria ou reproduz sua nomeação. Por isso, é que Benveniste (Citelli, 2004, p.p. 26-27), lingüista francês, acrescenta à idéia de arbitrariedade do signo de Saussure, o caráter necessidade. Assim, circunstâncias históricas, o mundo e suas invenções, foram criando a necessidade de nomeação de objetos, sentimentos, valores.

O signo lingüístico, em sua dualidade saussureana, significante e significado, primeiramente teria como característica, a necessidade. Não havia necessidade do signo *telefone* antes de o aparelho ter sido inventado e não existia o *mouse*, como além do significado rato em inglês, antes da era do computador.

Quanto à arbitrariedade do signo de Saussure, porém, poderíamos nos estender numa crítica à carência que esse aspecto tem quanto ao ideológico, mas daí nos dispersaríamos do interesse do momento.

Sobre essa capacidade humana de nomear o mundo, Nelly Carvalho (1989, p. 23) corrobora dizendo que “existe, na base das modificações que se processam, uma propriedade dos sistemas lingüísticos: a criatividade”. Tal característica permite que um sistema lingüístico possa ser o veículo das novas representações que surgirem no decorrer da nossa história. Dessa maneira, o léxico vai sendo enriquecido por novas formações, com o intuito de nomear todas as invenções e inovações do homem, muitas delas baseadas em palavras previamente existentes na própria língua, ou importadas de uma outra, como no caso do estrangeirismo.

Vimos, então, que, em alguns domínios discursivos afetados pelo uso de estrangeirismos, tanto o processo de exclusão de um determinado termo quanto o processo de vernaculização são lentos, mas acabam acontecendo conforme a necessidade ou não do contexto histórico em que estão inseridos, independente do preconceito lingüístico de muitos. Nesse sentido, Rajagopalan diz:

Enquanto muitos brasileiros admitem tranqüilamente que o jogo foi importado da Inglaterra, poucos negariam que ele é hoje um artigo tão nacional quanto o samba ou o carnaval. Termos como córner kick, off-side, center-forward, goal-keeper e back foram substituídos por “escanteio”, “impedimento”, “atacante”, “goleiro” e zagueiro, respectivamente. O futebol tornou-se ‘nativo’ tanto como esporte nacional quanto lingüisticamente (RAJAGOPALAN, 2004, p. 14).

Alguns domínios discursivos foram literalmente invadidos por palavras do inglês que parecem obstinadamente resistentes à substituição por equivalentes vernaculares. Citaremos aqui, novamente, o caso do vocabulário associado à Internet e à tecnologia computacional como um todo, talvez não voltemos mais à palavra “**apagar**”, depois de “**deletar**”.

Rajagopalan (2004, p. 14) divide a sociedade em dois grupos distintos no que concerne à penetração em larga escala do inglês no vocabulário do português. Para ele, um grupo, principalmente de adolescentes e crianças, apresenta-se despreocupado com o uso crescente de palavras do inglês no português cotidiano; um outro fica cada vez mais alarmado com o que lhe parece ser uma autêntica tomada de sua língua pelo inglês.

De acordo com o lingüista (2004, p. 14),

[. . .] mais e mais pessoas ficam alarmadas com a perspectiva de o português perder sua identidade em função da incessante anglicização, dos empréstimos lingüísticos massivos e do uso indiscriminado do inglês, mesmo onde a utilização do vernáculo poderia perfeitamente dar conta do recado. Em certos círculos, essa situação pode mesmo degenerar em histeria de massa, até porque os sentimentos mais ardentes estão sendo o tempo todo fomentados por uma mídia sedenta de notícias e por um punhado de entusiastas bem-intencionados, mas mal aconselhados (RAJAGOPALAN, 2004, p. 14).

Fazendo uma reflexão sobre o que hoje é parte legítima da língua, mas não foi no passado, percebemos que não é simples dizer o que é português puro, bem como dizer como algo deixa de sê-lo, ou, então, quando um estrangeirismo passa a fazer parte da língua de uma comunidade. Os empréstimos mais recentes são mais fáceis de serem identificados por ainda não terem completado o processo de incorporação à língua na padronização escrita, mas “Em sua essência como objetos lingüísticos, no entanto, não é razoável tratá-los como diferentes dos que vieram antes, já que são todos frutos do contato lingüístico” (Garcez, Zilles, 2001, p. 19). Há dificuldade, portanto, de se delimitar o que é ou já deixou de ser estrangeirismo, muitos nem se dão conta que *futebol* o é, mesmo sendo um esporte tão nacional.

Dessa forma, percebemos que a decisão quanto à legitimidade de um empréstimo como digno de uso pela comunidade passa pelo consenso de toda a comunidade, após algum tempo. De fato, isso acontece com quase todos os fatos da língua, e é o que a faz ser imune a tentativas de controle deliberado por algum grupo de indivíduos.

O que torna problemáticas as regras do tipo regulador é a arbitrariedade na forma como são impostas. Ou seja, as regras reguladoras são formuladas e impostas sobre o resto da sociedade em nome de uma autoridade que nem sempre é universalmente aceita. Daí o seu caráter arbitrário. A história da humanidade mostra que, com surpreendente frequência, tem sido usada, ao longo dos tempos, a tática de impor regras lingüísticas com a pretensa desculpa de coibir excessos. A respeito disso, expressa Bagno (2002b, p. 39):

Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de comportamento lingüístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Nossa luta tem de ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade, da variedade e da pluralidade em todas as esferas da vida social, [. . .] (BAGNO, 2002b, p. 39).

No que diz respeito às línguas naturais, o desejo de controlá-las, cerceá-las mediante regras, é tão antigo quanto a própria história da civilização dos diferentes povos que habitam a Terra. Assim como é também a crença, bastante arraigada em diferentes culturas, de que, a menos que haja alguma intervenção externa, o destino natural das línguas é crescer até um certo ponto e, a partir daí, entrar em um processo de definhamento progressivo, que terá como desfecho sua decadência total e conseqüente dissipação.

Percebemos, assim, que alguns puristas e/ou demagogos querem conquistar resultados imediatos ao incitar a opinião pública contra as influências estrangeiras, pregando uma espécie de chauvinismo lingüístico como antídoto. Podemos ainda perceber que hoje, embora o público esteja mais bem informado a respeito da natureza da mudança lingüística, o purismo se perpetua. E mais, é contraditório querer, ao mesmo tempo, que não sejam usadas palavras de origem inglesa e que sejam estimulados nossos jovens a aprender essa língua como uma das maneiras de ascensão profissional.

Deploramos constatar que, em nosso país, alguns projetos de lei são levados à votação, desconsiderando a realidade e as necessidades do povo, muitas vezes sem respaldo ci-

entífico. Em um de seus discursos, Aldo Rebelo diz que “a linguagem é um fenômeno natural, e, portanto, não pode ser submetida ou alterada pela política, isto é, pela ação diretiva do homem, é cometer o maior dos erros, o de ignorar a história, ou seja, a aventura humana na Terra” (2004, p. 45). Estaria Aldo Rebelo falando de outros decretos já impostos antes, impedindo os falantes de se expressarem em sua língua?

Aqui, podemos citar novamente como exemplo o “Diretório dos Índios” do Marquês de Pombal, de 1757, que instituiu o português como a única língua do Brasil, ficando proibido o ensino e o uso de qualquer outra língua, principalmente a língua geral, de base tupi. O tupi era a língua falada pela grande maioria da população da colônia, a única que os índios, negros, mestiços e brasileiros nativos conheciam (Bagno, 2001, p. 54). Levando-se em conta o documento, podemos também pensar que os portugueses não foram apenas responsáveis pela invasão das terras, mas também por uma invasão lingüística, visto que o português era de domínio praticamente exclusivo destes.

Pensando nos índios, por exemplo, esta foi entre tantas, muito provavelmente, a maior preciosidade arrancada à força dos primeiros habitantes deste país, um verdadeiro massacre cultural, como menciona Bagno (2001, p. 54):

A proibição da *língua geral* cortou os vínculos do povo brasileiro com seus ancestrais indígenas, ou seja, com seu próprio solo, sua própria ecologia; esmagou na semente o que talvez fosse a constituição de uma identidade nacional verdadeira – que poderia ter se construído em torno daquela língua –, obrigando-nos a buscar uma identificação com algo que esta fora de nós, [. . .]. E agora, seremos obrigados a gastar muito do nosso precioso tempo inventando nomes, expressões para substituímos os estrangeirismos? [. . .]. Pensamos que seria muito mais útil gastarmos esse tempo discutindo as verdadeiras necessidades de um povo que vive no país com a maior injustiça social que conhecemos, com a maior concentração de propriedade fundiária. [. . .]. Sendo assim, quem precisa ser defendido é o povo brasileiro, mas a língua. . . esta se auto-protege, se auto-regula. Rebelo considera um palavrão o termo *site*, ele deveria considerar palavrão os termos: fome, violência, miséria, prostituição, assassinatos, roubo, entre tantos que fazem parte do dia-a-dia do cidadão brasileiro (BAGNO, 2001, p. 54).

Essa violência contra a liberdade de expressão voltou a se repetir no século XX, quando a ditadura de Getúlio Vargas proibiu o ensino do italiano e do alemão nas regiões do

Sul do País, em que era intenso o uso em virtude das imigrações ocorridas no século anterior. Por esse motivo que, de acordo com Bagno (2001, p. 56), “O regime de Vargas criou o conceito de ‘crime idiomático’, e centenas de pessoas foram presas, torturadas ou confinadas a campos de concentração pelo simples fato de ousarem falar sua língua materna”.

Por tais motivos, questionamos a cientificidade da concepção de língua sobre a qual se apóia o Projeto de Lei n.º. 1676, de 1999, do deputado Rebelo. As questões sobre a linguagem são sérias e requerem mais do que visões parciais do processo, além de não serem assuntos para se tratar em projetos políticos cujo foco nem sempre é o usuário da língua.

2.1 A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Uma amostra de como a língua é intrínseca ao homem, e não extrínseca, é a sua relação tão próxima aos fatos históricos. Não é a história que se submete à língua, mas sim esta que precisa estar, a todo tempo, acompanhando aquela.

O Brasil, por conta de sua história de colonização, teve contato com diferentes nacionalidades e foi um palco de interação entre várias raças, pois os portugueses e os espanhóis, num verdadeiro ‘holocausto’, trouxeram do continente africano ao Novo Mundo seres humanos destinados a uma vida de escravidão. Os fundadores europeus e os africanos por eles escravizados tiveram, de imediato, contato com povos indígenas; nesse encontro de raças, os que se recusaram a ser subjugados foram dizimados. Mais tarde no século XIX e XX, chegaram ao país imigrantes da Europa, do oriente Médio e da Ásia para trabalhar no campo e nas fábricas. O Brasil, de modo algum, é um país fechado, pautado por uma desconfiança do ‘estrangeiro’ por parte de grandes segmentos da população (SCHMITZ, 2004, p. 101).

O contexto histórico em que se criou e se desenvolveu o português está fundamentalmente ligado a fatos que pertencem à história geral da Península Ibérica, onde contemporaneamente se situam Portugal e Espanha.

Hauy (1989, p. 8) afirma que a Língua Portuguesa e os demais idiomas românicos são o resultado de uma lenta e conturbada transformação, através dos séculos, de uma outra língua, o latim, mais precisamente do latim vulgar, que os soldados romanos levaram para a Lusitânia. Pode-se afirmar que o português é o próprio latim modificado, e que a língua dos antigos romanos não morreu, como erradamente se afirma, mas continua viva nas línguas românticas que dela se originaram.

Investigações da arqueologia e da etnografia revelam que dois povos primitivos devem ter habitado a Península: um cântabro-pirenaico e outro mediterrâneo, dos quais se teriam originado, respectivamente, o basco e o ibero. Segundo Câmara (1985, p. 15), este último desempenhou papel mais importante na história da Península, tanto que dele recebeu o nome: Península Ibérica.

Os fenícios e os gregos disputaram entre si a posse da região, atraídos pelas riquezas minerais em ouro e prata ali existentes. Com a derrota e a expulsão dos gregos, os fenícios estabeleceram-se na costa meridional da Península e, em 1100 a. C. , fundaram Gadir, hoje Cadiz. Todavia, os fenícios não foram os verdadeiros colonizadores. Viviam da navegação e do comércio e não penetravam para o interior das terras. Por isso, ao enfraquecer seu poderio marítimo, as colônias desapareceram absorvidas pela população indígena.

Em época posterior, os celtas invadiram a Península e se fixaram, principalmente, na Galécia e nas regiões altas do centro de Portugal. A coabitação dos celtas com os iberos no solo hispânico resultou na formação dos povos celtíberos. A influência fenícia teria desaparecido completamente da região peninsular se não fosse trazida pelos cartagineses que, vindos do norte da África, dominaram a Península.

Diante do crescente poderio de Cartago, Roma viu-se obrigada a promover-lhe as chamadas “Guerras Púnicas”, com o fim de eliminar o poderoso inimigo e garantir a sobera-

nia do mediterrâneo. Com a vitória de Roma sobre o Cartago, a Península Ibérica passou a fazer parte do Império Romano em 197 a. C. , e para lá foram enviadas tropas de ocupação da nova província. A partir de então, começa o processo de romanização, isto é, de assimilação dos costumes e da língua dos romanos pelos nativos.

O parentesco lingüístico entre o latim e o celta tornou mais fácil o processo de romanização, que começou pelas cidades e centros mais povoados até atingir as aldeias e os campos. O latim, levado pelos soldados, colonos, comerciantes e funcionários públicos, impôs-se pela força das circunstâncias: tinha o prestígio de língua oficial, servia de veículo a uma cultura superior e era ensinado nas escolas.

De acordo com Hauy (1989, p. 15), no século V d. C. , a Península foi invadida pelos bárbaros. Primeiramente, foram os vândalos que se fixaram na Galécia e na Bética. Depois, foram os suecos que se fixaram na Galécia e na Lusitânia. Por último, foram os visigodos que absorveram os suevos e erigiram o mais forte e duradouro reino bárbaro aquém dos Pireneus, tendo Toledo por capital. Ainda, de acordo com a autora, os bárbaros contribuíram para acelerar a evolução da língua.

Povos rudes e afeitos à guerra, os germanos, embora vencedores, não tiveram dúvidas em aceitar a civilização romana e adotar o latim como língua. Assim, o latim de então, já bastante modificado, passou por novas e profundas transformações.

No século VIII, nova invasão: a dos árabes que, após terem avassalado todo o norte da África, atravessaram o estreito do Gibraltar e precipitaram-se na Península. Estes trouxeram uma civilização incomparavelmente superior. Embora a língua árabe tenha sido a oficial, ficou restrita aos documentos e à comunicação oficial e o povo continuou com seu latim cada vez mais modificado. De acordo com Hauy (ibidem, p. 16), mais de duas mil palavras de origem árabe estão no léxico português.

Câmara (1985, p. 18) nos diz que, dentre os fidalgos que foram à Península combater os árabes, D. Henrique de Borgonha destacou-se por sua bravura. Ele preocupou-se em aumentar ainda mais seus domínios com terras conquistadas, tornando-se, assim, o Rei de Portugal.

Com a independência política de Portugal, houve a diferenciação progressiva entre o português e o galego. Em documentos do latim do século IX, já se encontram algumas formas vernáculas, o que prova que o português já existia nesse tempo. No entanto, somente no século XII é que aparecem textos redigidos em português.

A primeira forma literária cultivada é a poesia. O século XVI foi a idade de ouro da literatura portuguesa, com o cultivo dos vários gêneros literários e o surgimento da gramática disciplinando a língua.

Nessa perspectiva, a partir do século XIV, já com feição própria, diferente dos outros falares da região e com características que a distinguiam do galego, a Língua Portuguesa, levada pelas conquistas das epopéias marítimas a outras partes do mundo, continuou evoluindo, transformando-se sob a ação de inúmeros fatores através dos séculos (Hauy, 1989, p. 18).

Ainda segundo Hauy, a história da Língua Portuguesa é dividida em três grandes épocas: pré-histórica, proto-histórica e histórica. A pré-histórica começa com as origens da língua e vai até o século IX. Caracteriza-se pela inexistência de documentos. Já a proto-histórica estende-se dos séculos IX ao XII. Caracteriza-se por escassos documentos em latim bárbaro nos quais aparecem palavras e frases em português. A histórica, por sua vez, começa no século XII e vem até os nossos dias. Nesse período, os textos já são grafados em português. Essa época divide-se em duas fases: arcaica e moderna. A fase arcaica vai do século XII ao XVI. A fase moderna inicia-se no século XVI, cujo fato literário da maior importância é a

publicação de *Os Lusíadas*, de Camões, verdadeira epopéia nacional portuguesa, uma síntese da civilização lusitana e da Língua Portuguesa (ibidem, p.p. 20-22).

Esses fatos históricos reforçam a idéia de que a língua não está fora do homem, mas faz parte dele, faz parte, então, de um povo, de uma nação e, por isso, sofre com eles a adaptação necessária a cada época, sem garantias de manter-se “pura”.

2.2 A PRESENÇA DE MAIS UMA LÍNGUA EM NOSSO IDIOMA: A INGLESA

A linguagem é considerada o principal sistema simbólico de todos os grupos, uma vez que caracteriza e marca o homem em seu contexto. Cumpre, assim, um papel essencial como constituidora da consciência humana e organizadora do pensamento. É por meio da linguagem que os homens interatuam.

Acreditamos que o domínio de uma língua estrangeira, como segunda língua, constitua-se como mais uma possibilidade de ampliação do universo cultural do indivíduo, possibilitando-lhe o acesso à apropriação de conhecimento de outras culturas. Sendo assim, destacamos a grande importância de o cidadão brasileiro estudar, pelo menos, uma língua estrangeira, cuja escolha deve ser feita conforme as necessidades de sobrevivência nesse mundo globalizado.

Vivemos um momento em que o mercado de trabalho se torna a cada dia mais competitivo, e o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira está se tornando impreterivelmente importante.

Por entender que é por meio da linguagem que nos apropriamos dos conhecimentos historicamente produzidos e que é pela linguagem que o pensamento é organizado e se desenvolve, é que pensamos que quanto mais línguas o sujeito dominar, tanto maiores serão as oportunidades de apropriação dos conhecimentos de outras culturas. A presença do outro nessa interação só favorecerá ainda mais a busca de uma identidade heterogênea, complexa, rica em soluções e movimentos, o que ajudará esse mesmo sujeito a, compreendendo as demais culturas, compreender melhor a sua.

Particularmente, coloco-me sob o ponto de vista de uma professora de língua estrangeira, mais especificamente inglês e espanhol, que firmemente acredita no papel desse ensino como componente indispensável na busca de um futuro melhor. Mais do que nunca, na nova ordem mundial em que os avanços tecnológicos aproximam o contato dos povos, o estudo de uma língua estrangeira torna-se essencial. Ela não exerce papel acessório, mas contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades lingüísticas alheias. Pelo contrário, ela faz com que o indivíduo adquira uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a sua compreensão de como a linguagem funciona, bem como desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna.

Vale ressaltar que o ensino de uma segunda língua implica duas análises: primeiro, muitos não despertaram ainda para o prazer de estudar sua própria língua, aí poderíamos ficar páginas elucidando os problemas metodológicos da sala de aula; segundo, sabemos que aprender inglês, espanhol, francês, ou qualquer outra língua, por mais necessário que seja, passa pela questão econômica. Mas enveredar por esses dois caminhos não é nosso foco agora.

Percebemos, assim, a contribuição das línguas estrangeiras na educação para o desenvolvimento individual e nacional. Fazer uso de uma língua estrangeira possibilita ao cida-

dão enxergar além da sua própria cultura, sem desprezá-la, é claro. É exercício de compreender a diferença e a diversidade por meio de uma experiência de imersão na sabedoria distintiva de uma outra cultura como espaço para crescimento. Enfim, trata-se de um engajamento às diferenças, respeitando-as.

Mais do que no passado, o acesso a outros sistemas de valores e modos de interpretar o mundo reduz a xenofobia⁸, tão prejudicial neste momento histórico, o qual necessita de posturas que levem à compreensão, e não à rejeição pura e simples. Equivocadamente, muitos criticam o estudo de uma língua estrangeira por conta de renegarem os feitos de outras nações, principalmente as poderosas.

Pelo que dissemos sobre o projeto de Rebelo na primeira parte, imaginamos que fica difícil para os futuros falantes de uma língua estrangeira, por exemplo, do inglês, compreender a importância de estudá-la, se o uso de estrangeirismos, de maneira especial, o uso de anglicismos, é visto por alguém que decreta leis no País, como algo ruim, capaz de descaracterizar nosso idioma, como um uso que deve ser combatido, mesmo que seja pela força de um decreto. É estranho, para não dizer incabível, que, no Brasil, esse tipo de atitude, de se proibir o cidadão de se expressar usando termos que não fazem parte da língua materna seja apoiada por muitos enquanto que, nos países de primeiro mundo, espera-se que os cidadãos conheçam pelo menos duas línguas além da sua língua materna.

Celani (2004, p. 120) enfatiza esse assunto ao dizer que:

[. . .] esse impulso nacionalista pode levar a posições extremadas que chegam às raias do ridículo. E mais, essa ingenuidade pode significar atraso irreversível para a educação do país. Sim; a posição de chauvinismo lingüístico que Rajagopalan discute tem necessariamente repercussões na política educacional, no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras. Por que ensinar línguas que são vistas como ameaças à unidade nacional e que, além do mais, ninguém poderá usar livremente sem se expor a punições (CELANI, 2004, p. 120)?

⁸ Horror ao que é estrangeiro (Houaiss, 2001, p. 261).

Tomaríamos, como exemplo, o seguinte caso: um importante cientista brasileiro faz uma grande descoberta em sua área de pesquisa e escreve um artigo em sua língua; se ele não conseguir publicar sua descoberta ou invenção em alguma revista ou jornal científico de língua inglesa, é provável que o resto do mundo nunca fique sabendo. Esse exemplo reforça que “cada período histórico teve (e tem) sua língua franca, isto é, uma língua internacional que serviu (serve) como instrumento auxiliar de comunicação entre pessoas de lugares e culturas (e línguas) diferentes” (Bagno, 2001, p. 79).

Como professora de línguas, não objetivo, com o aprendizado delas, a adoção e a reprodução de valores vinculados a interesses por parte do poder político e econômico do país da língua a ser aprendida. Antes, pretendo que o cidadão brasileiro tenha acesso a uma cultura diferente da sua, já que, geralmente, faz escolhas entre as possibilidades que se apresentam a ele.

É, particularmente, do ponto de vista de uma professora de inglês, que me obrigo necessariamente a discordar da posição do deputado Aldo Rebelo, que, através de seu projeto de lei, demonstra possuir uma visão simplista no que concerne à realidade heterogênea das línguas.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS À NOSSA LÍNGUA

O léxico de uma língua é o agrupamento de formas que tiveram origem em fontes diversas. Não se pode evitar o empréstimo lingüístico, um dos meios de renovação lexical. O léxico é resultado da história de um povo, de seus contatos, da divisão internacional de

trabalho num dado momento, da correlação de forças entre os diferentes países numa dada época. Por isso, Possenti acrescenta:

Um léxico sempre pode crescer, ou o atual receber novos sentidos, mas isso dificilmente se faz por decreto. A história das línguas é em grande parte uma história de empréstimos. Tomar palavras do inglês ou construí-las com elementos gregos ou latinos não reproduz mudança na natureza da língua. Nem a desfigura, nem a melhora (POSSENTI, 2001, p. 170).

O léxico do português foi formado com empréstimos do árabe, das línguas germânicas, do italiano, do espanhol, do francês, de línguas africanas, de línguas indígenas, etc. É natural que as línguas que têm hegemonia política, num determinado momento, forneçam uma quantidade maior de empréstimos que as outras. Hoje, Aldo Rebelo mostra sua preocupação com os empréstimos do inglês, como outrora os chamados puristas queriam defender o idioma dos galicismos.

No Brasil, para onde a Língua Portuguesa foi trazida pelos colonizadores, o vocabulário primitivo enriqueceu-se, em muito, com a contribuição dos dialetos indígenas, africanos e de línguas modernas faladas em outros países, trazidas para cá, através da imigração e do intercâmbio cultural. Diversos produtos, invenções, aparelhos tecnológicos, etc. são importados para o nosso país e seus nomes ou são aportuguesados (dólar, clube), ou se incorporam ao nosso vocabulário mantendo a sua escrita de origem (*windows, word, power-point*).

Para exemplo, vamos trazer algumas dessas contribuições com suas respectivas origens:

- do Francês: o francês foi a língua cultural mundial do século passado e início deste. De grande influência na literatura brasileira e bastante freqüente nas altas rodas da sociedade, nas principais cidades do País, legou-nos inúmeras palavras. Dentre algumas: abajur, apartamento, bijuteria, atelier, avalanche, buquê, bombonnière, cabine, carnê, chance, creche, deboche,

eclosão, elite, envelope, feérico, greve, lilás, maquete, matinê, menu, restaurante, toalete, valise, vitrine, etc.

- do Italiano: as palavras italianas incorporadas à nossa língua são, em sua maioria, relativas à arte musical, pictórica, teatral, etc. , por exemplo: adágio, barcarola, cantata, contralto, dueto, madrigal, solfejo, sonata, alegre, aquarela, área, bandolim, camarim, maestro, ópera, piano, quinteto, tenor, trombone, violino, etc.

- do Espanhol: dele, o português recebeu muitos vocábulos referentes à arte coreográfica, assim como: bolero, castanhola, fandango, pandeiro, quadrilha, amistoso, ampulheta, apetrecho, botija, caudilho, cavalheiro, cordilheira, façanha, fiambre, frente, galã, hediondo, lagartixa, lantejola, manilha, mantilha, mochila, neblina, novilho, pirueta, realejo, rebelde, redondilha, tiracolo, trecho, etc.

- do Russo: embora poucas, ainda temos: cossaco, дума, estepe, rublo, samovar, soviete, vodka, etc.

- do Turco: o elemento turco também é reduzido, mas são exemplos: algoz, bergamota, caíque, casaca, caviar, horda, jaleco, janízaro, lacaio, odalisca, sandália, etc.

- do Polonês: neste, o número de palavras é ainda mais limitado, por exemplo: brisca, mazurca, polca, sable, etc.

- do Árabe: mais de duas mil palavras de origem árabe estão no léxico português. Dentre elas, podemos citar: alface, algodão, arroz, açúcar, azeite, azeitona, cenoura, espinafre, girafa, javali, jarra, almofada, arroba, quintal, quilate, alqueire, alfaiate, etc.

- do Inglês: o vocabulário inglês introduzido no português faz referência principalmente à indústria, viação, náutica, bebidas, arte culinária, exercícios físicos, jogos, etc, citamos alguns:

bar, bife, clube, dólar, esporte, futebol, gim, iate, jóquei, lanche, marketing, meeting, panfleto, piquenique, repórter, rosbfife, túnel, waterpólo, uísque, etc.

Propositalmente, deixamos as contribuições do inglês por último, porque, além de serem as que mais contribuíram, e ainda contribuem para a formação do léxico português, são as que, especialmente, interessam-nos por serem objeto deste trabalho.

O projeto de Rebelo pretende, por decreto, eliminar a história refletida em nosso léxico. Por isso torna-se ineficaz, pois não há orientação política capaz de alterar o uso linguístico. Afirmamos isso, uma vez que as palavras emprestadas não têm exatamente o mesmo valor que as palavras portuguesas do ponto de vista do uso. O projeto labora em erro quando diz que nosso idioma conta com palavras e expressões perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas, de maneira quase geral, que nos chegam importadas. “É preciso considerar que, se, do ponto de vista do sistema, certas formas estrangeiras têm correspondentes exatos em português, do ponto de vista do uso, a língua não tem formas vernáculas ou emprestadas que sejam correspondentes perfeitos” (Fiorin, 2001, p. 120).

O uso de palavras pelo falante concretiza-as em valores semânticos distintos. São significados que se impõem por contextos específicos. Logo, haverá oportunidade em que um palestrante, falando a uma certa clientela, fará uma pausa para o *coffee-break*; em outro momento, palestrando a um outro grupo, sinta a necessidade de uma pausa para o café.

Em termos de uso da língua, não há monólogos, falamos para o outro, ao outro, e nessa interlocução fazemos acordos de sentidos para os tantos significados de que dispomos.

2.4 OS CAMINHOS DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Faraco (1991, p. 20), com base nos estudos variacionistas de Labov (1972), considera que qualquer parte da língua pode mudar desde aspectos fônicos (pronúncias) até aspectos da sua organização semântica e pragmática.

Esse autor elenca seis níveis de mudanças lingüísticas:

- **Mudanças fonético-fonológicas** (ou fônicas): consiste na alteração da pronúncia de certos segmentos em determinados ambientes da palavra (mudança fonética), ou mudança fonológica, que é aquela que envolve alterações, por exemplo, no número de unidades sonoras distintivas (fonemas) e, portanto, no sistema de relações entre essas unidades.
- **Mudanças morfológicas**: mudanças que afetam alguns princípios que regem a estrutura interna das palavras: morfemas e processos derivacionais e flexionais.
- **Mudanças sintáticas**: mudanças na organização da ordem dos elementos de uma sentença de uma dada língua.
- **Mudanças semânticas**: mudanças que alteram os processos que reduzem (restringem) o significado da palavra ou os processos que ampliam o significado.
- **Mudanças pragmáticas**: mudanças referentes ao uso dos elementos lingüísticos em contraste com o estudo das propriedades estruturais desses elementos. Por exemplo, o uso de ‘você’ nos diversos momentos da história do português.
- **Mudanças lexicais**: vimos que as palavras, como uma das unidades da língua, podem ser enfocadas sob sua forma sonora (fonética/fonologia), sua estrutura

interna (morfologia), sua ocorrência como constituinte da sentença (sintaxe), seu significado (semântica), seu uso (pragmática). Numa perspectiva histórica, pode-se focar tais mudanças observando:

- sua origem: a base latina do léxico português, por exemplo;
- os diversos fluxos de incorporação de palavras de outras línguas: os chamados “empréstimos” lingüísticos ou “*estrangeirismos*” (objeto de estudo na presente pesquisa). Estes últimos correlacionam-se com o estudo mais amplo da história cultural das comunidades lingüísticas, uma vez que o léxico é um dos pontos em que mais claramente se percebe a intimidade entre língua e cultura.

Segundo a literatura sociolingüística, toda mudança lingüística implica a existência de variação lingüística, embora nem toda variação vá implicar mudança lingüística. Vimos que Faraco (1998) aborda aspectos de mudança lingüística nos níveis fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e lexicais, numa perspectiva diacrônica. Como nosso estudo é de natureza sincrônica, vamos abordar questões relacionadas a variações lingüísticas apenas, ou seja, não vamos poder tratar de mudanças.

Assim como qualquer parte da língua pode mudar diacronicamente, desde aspectos fônicos até semântico-pragmáticos, num recorte sincrônico, nenhuma língua é usada de maneira uniforme por todos os seus falantes em todos os lugares e em qualquer situação: a isso denominamos variação lingüística, que pode ser entendida como formas distintas que traduzem um mesmo significado referencial e um mesmo valor de verdade, mas com valor social distinto, tal como podemos entender, por exemplo, no uso do estrangeirismo *sale* (equivalente à **liquidação**), na vitrine de um shopping.

Segundo Fiorin (2001, p. 34), embora o estrangeirismo *sale* tenha tradução em **liquidação**, não produz o mesmo efeito de sentido, ou seja, a significação desse item lexical mais as indicações contextuais ou situacionais definem o sentido. Esse termo em inglês, num *shopping center*, por exemplo, dá o sentido de modernidade, eficiência que o termo em português não tem em nossa formação social. Nesses termos, podemos ver que a utilização da língua é muito mais complexa do que pensam os não-lingüistas.

As manifestações das variações lingüísticas podem ser por:

- **variações fônicas:** são as variações no plano fônico. São aquelas que ocorrem no modo de pronunciar os sons constituintes da palavra. São vários os exemplos de variação fônica e, ao lado do vocabulário, formam os domínios no qual percebemos com mais clareza a diferença entre uma determinada variante e outra. Podemos citar aqui, o exemplo da queda do **r** final dos verbos, bastante comum na linguagem oral da nossa língua: **fala, vendê, curti, dançô**.
- **variações morfológicas:** são as que ocorrem nas formas constituintes da palavra. Nessa área, as diferenças entre as variantes não são numerosas quanto as de natureza fônica, mas merecem atenção. Como um exemplo dessa variação, podemos citar o uso de substantivos masculinos como femininos ou vice-versa: **duzentas gramas** de presunto (duzentos), **a champanha** (o champanha), tive muita **dó** dela (muito dó), mistura **do cal** (da cal).
- **variações sintáticas:** dizem respeito às correlações entre as palavras da frase. No domínio da sintaxe, ao exemplo da morfologia, não são muitas as diferenças entre uma variante e outra. Temos, aqui, por exemplo, o uso de pronomes do caso reto com outra função que não a de sujeito: encontrei **ela** na escola; não viajarão sem você e **eu**; nada aconteceu entre **tu** e ela.

- **Variações lexicais:** entendemos por léxico o conjunto de palavras de uma língua. As variantes no plano lexical, como no exemplo das do plano fônico, são bastante numerosas e caracterizam com nitidez uma variante em confronto com outra. Podemos citar o exemplo da escolha do adjetivo **maior** no lugar do advérbio **muito** para formar o grau comparativo dos adjetivos, comum na linguagem jovem de alguns centros urbanos: maior fácil, maior legal.

Nesta pesquisa, restringiremos nossa atenção às variações no plano lexical. A seguir, um pouco das designações das variantes lexicais segundo Faraco (1991, pp.24 - 25):

- **Arcaísmo:** são palavras que já caíram de uso e, por isso, caracterizam uma linguagem já ultrapassada e envelhecida. Temos como exemplo, o caso de **reclame**, em vez de **anúncio publicitário**.

- **Neologismo:** é o oposto do arcaísmo. São palavras recém-criadas, muitas das quais mal, ou nem, entraram para os dicionários. Na linguagem moderna referente à computação, encontramos vários exemplos: **escanear**, **deletar**, **printar**.

- **Jargão:** é o léxico de um determinado campo profissional como o da medicina, da engenharia, da advocacia, da publicidade. A palavra **lide**, por exemplo, é o nome que se dá para a abertura de uma notícia ou reportagem, onde é apresentado de maneira sucinta o assunto, ou se destaca o fato mais importante.

- **Gíria:** é o vocabulário especial de um grupo que não deseja ser compreendido por outros grupos, ou que pretende marcar sua identidade através da linguagem. Temos a gíria de grupos marginalizados, de grupos jovens e de segmentos sociais de contestação, em especial, quando falam de atividades que são proibidas. Podemos citar aqui: Aí cara, tô numa maió **furada!**

- Preciosismo: afirma-se ser preciosista um léxico excessivamente erudito, bastante raro, afetado: **discrepar** (em vez de discordar).

- Vulgarismo: é o oposto de preciosismo, ou seja, o uso de um vocabulário vulgar, rasteiro, obsceno, grosseiro. Temos o exemplo de quem fala: **Estou de saco cheio** (em vez de chateado).

- Estrangeirismo: entendemos por estrangeirismo o emprego de palavras e/ou expressões que tomamos emprestadas de uma outra língua, que ainda não foram aportuguesadas, preservando a forma original. O estrangeirismo é um dos meios mais comuns de incorporação de neologismos em uma língua. É um fenômeno que acomete línguas do mundo inteiro; e o idioma do qual mais se emprestam termos depende da época e do contexto histórico.

No início do século passado, como já dissemos anteriormente, foram palavras francesas que “invadiram” a nossa língua, e muitas delas foram mais fortes que sua correspondente em português, sendo incorporadas ao nosso vocabulário em seu lugar. Por exemplo, **abajur** no lugar de **lucivelo**. Hoje, com a hegemonia mundial dos Estados Unidos, é o inglês que empresta muitos termos à nossa língua.

Há palavras inglesas em diferentes níveis de incorporação e/ou utilização, como observaremos a seguir:

Nível 1: palavras já incorporadas inteiramente, já tendo sofrido acomodações gráficas no nosso idioma: triste, suave, inferno, piquenique, futebol, voleibol, tênis, xampu, forró, estresse, acessar, etc.

Nível 2: palavras que mantêm seu traço lingüístico anglo-saxão, mas já fazem parte de nosso cotidiano: rock, strip tease, performance, etc.

Nível 3: palavras que revelariam a limitação do nosso idioma em relação aos novos temas da vida contemporânea, ou a limitação do falante em relação ao vocabulário que domina em seu próprio idioma: software, hardware, site, in/out, etc.

Qualquer língua pode ser acometida por esse tipo de influência – o inglês mesmo possui vários casos. Além disso, no caso específico do Brasil, várias nações contribuíram – em maior ou menor proporção – para a composição do português aqui falado.

O fato é que a língua não é um objeto estagnado. Ela acompanha a história do homem que a fala, estando sempre sujeita a influências, e os empréstimos lingüísticos fazem parte desse processo.

Os diferentes usos da Língua Portuguesa, de maneira particular o estrangeirismo, sofrem, seja no mundo acadêmico ou não, vários preconceitos. O mito que envolve o valor único da norma culta desmerece as demais variedades lingüísticas e, desse modo, nega a própria evolução da língua. Embora os exemplos de estrangeirismos em nosso dia-a-dia se comprovem em variadas situações na escola, nos *chats*, na TV, muitos ainda os negam como mais uma manifestação da língua, como mais uma possibilidade de se expressar.

Por tal situação, estudos sobre o assunto são de grande importância, principalmente, para os estudiosos da língua, de quem se espera, com tantos avanços na área da lingüística, posturas não-radicais quanto às variedades de uso. Cabe também mencionar pareceres leigos que criticam o uso desta variante da língua, o uso dos estrangeirismos, mesmo sem conhecimento específico dos mecanismos inerentes ao funcionamento dela.

2.5 ESCRITA E MUDANÇA

A língua se constitui mediante mudanças que são, em parte, manifestações de criatividade na linguagem. Ela é dinâmica porque a atividade lingüística é caracterizada pelo falar e entender algo novo através de uma língua. Ela se modifica, sobretudo, onde o sistema lingüístico padrão não corresponde às necessidades expressivas e comunicativas dos falantes. Se as significações estivessem todas na língua, o objeto da fala não seria infinito e a fala passaria a não ser mais uma atividade livre, isto é, a língua seria algo pronto e estático.

Além de a mudança só ser percebida quando adotada por vários falantes, salvo em raros casos, é quase impossível descobrir quem e quando se iniciou o processo ou se adotou um novo termo. Sabemos que as línguas mudam com o passar dos tempos. Para a verificação desse fato, basta compararmos o português atual com o latim, ou até mesmo com o português de Luiz Vaz de Camões, para percebermos diferenças em todos os níveis, desde a semântica até a sintaxe, passando pela fonologia, pelo léxico e pela morfologia. A seguir, um canto de *Os Lusíadas*, de Camões, verificando, mais uma vez, o aspecto variável pertinente a qualquer língua.

Canto 56

Oh! Que não sei de nojo como o conte!
 Que, crendo ter nos braços quem amava,
 Abraçado me achei co' um duro monte
 De áspero mato e de espessura brava.
 Estando co' um penedo fronte a fronte,
 Que eu pelo rosto angélico apertava,
 Não fiquei homem não, mas mudo e quedo
 E, junto dum penedo, outro penedo! (JULIO NOGUEIRA, 1960, p. 152)

Muitos dirão que a língua do poeta lusitano empobreceu; outros, que evoluiu. Todavia, o que importa é que, naquela época, expressava a realidade na qual se inseria e, hoje, ainda seus versos são prestigiados por muitos.

Podemos dizer que qualquer mudança na língua se dá a longo prazo, através dos séculos, às vezes. Ela não acontece de forma instantânea ou rude, como propõe o deputado Aldo Rebelo, quando objetiva fazer com que seu projeto faça com que as pessoas parem de fazer uso de estrangeirismo sob ameaça de punição em lei. Aprovar esse projeto de lei é desejar que, num certo dia, a população inteira acorde falando de maneira diferente do dia anterior.

Ao contrário disso, as formas lingüísticas normalmente se processam de maneira gradual; a mudança lingüística não se dá de modo mecânico e regular. Em qualquer estágio real da língua, costumam coexistir formas de diversos estágios de evolução. A esse respeito, Câmara nos diz que “é inconcebível, por exemplo, que de súbito, no território lusitânico da Península Ibérica, uma forma latina como *lupum* tenha passado imediatamente para *lobo*, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou” (1985, pp. 35-36).

Muitos precisam compreender que o desaparecimento de uma língua, ou de seu léxico, significa interromper seu fluxo histórico. Diferente é, todavia, a situação de línguas como o latim. Não há hoje nenhuma sociedade que fale o latim propriamente dito, embora, de certo modo, ele continue vivendo, mesmo de maneira bastante diferente, nas suas línguas derivadas, como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno. Embora admitamos que o latim está há muito desaparecido, o fluxo histórico nunca foi interrompido: ele passou por diversas mudanças e resultou nas diferentes línguas românicas.

Além das mudanças históricas, outro aspecto que temos que considerar é a diferença entre a língua escrita e a falada, e ver que esta está mais à mercê de transformações que aquela. Faraco (2001, p. 45) fala sobre isso em:

Sem muita exceção, esses conselheiros gramaticais deixam transparecer sua espantosa ignorância da realidade lingüística nacional; operam em confusão ao não distinguirem adequadamente a língua falada da língua escrita e a língua falada formal da informal. Pior: tentam impingir, sem o menor fundamento, um absurdo modelo úni-

co e anacrônico de língua. Sustentam-se no danoso equívoco de que a língua padrão é uma camisa-de-força que não admite variação, nem se altera no tempo (FARACO, 2001, p. 45).

O português falado no Brasil, mais do que o escrito, demonstra plasticidade para atrair a insubstituível contribuição do contato com outras línguas. É na língua falada que ocorrem as mudanças e as variações mais visíveis, que incessantemente vão transformando a língua como um todo. Tal processo tem no estrangeirismo uma conseqüência natural disso. Assim trata Bagno (2002a, p. 24):

A língua falada é um tesouro onde é possível encontrar coisas muito antigas, conservadas ao longo dos séculos e também muitas inovações resultantes das transformações inevitáveis por que passa tudo o que é humano e nada mais humano do que a língua (BAGNO, 2002a, p. 24).

Ao contrário da língua falada, a escrita serve como registro permanente, é usada para a transmissão do saber e da cultura e, muitas vezes, torna-se oportuno que ela permaneça sem muitas mudanças para que as pessoas possam, por exemplo, entendê-la no decorrer do tempo. Portanto, a língua escrita é, também, habitualmente mais conservadora do que a língua falada, e o contraste entre elas nos leva a perceber novos fenômenos de expansão na fala que não estão presentes na escrita, pois esta se manifesta em condição bastante diversa daquela. Como exemplo, temos, na Língua Portuguesa, as orações relativas iniciadas por preposição:

Exemplo: **A calça de que mais gostei já foi vendida.** Essa construção está em processo de desaparecimento na língua falada em situações informais de interação, nas quais se diz, de preferência, **A calça que mais gostei já foi vendida.** Mesmo assim é uma estrutura que se mantém forte na língua escrita: o verbo gostar necessita ser preposicionado: quem gosta, gosta de algo ou de alguém.

Esse conservadorismo da língua escrita se dá por alguns fatores. O primeiro é por dimensão de permanência que, em geral, a falada não possui. Fato que favorece o controle

social maior sobre a escrita, logo, há a preservação de padrões mais conservadores de linguagem e o conseqüente bloqueio à entrada de formas inovadoras. O segundo acontece pelos exercícios escritos estarem, em sua maior parte, ligados a contextos sociais impregnados de formalidade. Sabemos que há uma forte correlação entre situações formais e o uso de formas lingüísticas conservadoras: não falamos em uma reunião de negócios da mesma maneira que em um bar, num *happy hour*, por exemplo.

Dessa maneira, as inovações comuns na língua falada, algumas vezes em situações formais, não são, de início, aceitas na escrita, sofrendo o preconceito de alguns gramáticos e estudiosos da língua. Esses fatos travam o caminho de prováveis variações, é uma espécie de escala progressiva de implementação das mudanças: elas geralmente começam na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários, estendem-se à fala informal de grupos mais privilegiados economicamente, chegam a situações formais de fala e, assim, começam a existir na escrita.

Todavia, nem todas as mudanças passam necessariamente por tal escala. Novamente, o estrangeirismo. Muitos permanecem socialmente estigmatizados, o que lhes bloqueia o caminho da expansão, permanecendo como marcas identificadoras de variedades sem prestígio social, o que pode fazer com que alguns desapareçam antes mesmo de serem aceitos.

Podemos considerar que, em geral, não existe nenhum sistema escrito capaz de reproduzir, fielmente, a riqueza da língua falada ou pensada. É impossível cobrar de um falante que ele fale como escreve, isso contraria o caráter etimológico da língua, enfim, sua história. A língua escrita é só uma representação simbólica da língua falada, e não um retrato fiel desta, por isso, embora a ortografia padrão de cada palavra seja uma só em todo o país, cada falante terá seu modo particular de pronunciá-la, quando não, escrevê-la como percebida foneticamente.

Desse modo, a língua falada, em oposição à escrita, se renova incessantemente por estar sempre em movimento e desenvolve-se em situações concretas, sob o estímulo de um falante ou vários outros, com suas leis próprias. Contrário da língua falada, que tem seu caminho próprio, temos a escrita, cujas normas ortográficas são estabelecidas por uma minoria geralmente resistente às mudanças.

2.60 MITO DA LÍNGUA ÚNICA

Segundo Bagno (1999, p. 15), o (pre) conceito da unidade lingüística não reconhece a verdadeira diversidade do português falado no Brasil; baseia-se, sim, numa língua comum a todos os brasileiros, independentemente se sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização.

Para desmistificar essa idéia, Oliveira nos diz que

[. . .] no Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 170 línguas (chamadas de autóctones), e as comunidades de descendentes de imigrantes (imigrante lembra estrangeiro, que por sua vez lembra estrangeirismo) outras 30 línguas (chamadas de línguas alóctones). Somos, portanto, como a maioria dos países do mundo – em 94% dos países do mundo é falada mais de uma língua – um país de muitas línguas, plurilíngüe (OLIVEIRA, 2002, pp. 83-84).

No entanto, mesmo desconhecendo esses dados, não é difícil perceber que, embora a língua falada pela grande maioria seja o português, essa língua possui um alto grau de diversidade e de variabilidade. Essas diferenças se dão, em parte, pela grande extensão territorial do País, como em decorrência das grandes diferenças de *status* social, o que cria um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão, que são a maioria, e os falantes da norma culta, uma minoria.

Segundo Faraco (1991, pp. 19-20), a diferença de valorização das variedades se cria socialmente: algumas variedades por razões políticas, sociais e/ou culturais, adquirem uma marca de prestígio e outras não. No Brasil, temos, por exemplo, as variedades rurais consideradas sem prestígio social, em contrapartida, temos algumas variedades urbanas que o têm. Essas variedades prestigiadas constituem o que é chamado de norma culta, ou variedade padrão, que apresenta um ideal de língua cultivado pela elite intelectual, pelo sistema escolar e pelos meios de comunicação social.

De acordo com Bagno (1999, pp. 16-17),

Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a esta língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder – são os sem-língua. É claro que eles também falam português, uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão, o tomam como referência ideal – por isso podemos chamá-los de sem-língua (BAGNO, 1999, pp. 16 -17).

Sabemos que as pessoas que falam português, mas um português diferente da norma padrão, com sua própria gramática, têm sua língua não reconhecida como válida, mas considerada sem prestígio quando não ridicularizada, pelos falantes do português padrão. Rajagopalan (2004, p. 179) compara o mecanismo da homogeneização a um rolo compressor, e que esse mecanismo defende a Língua Portuguesa como se fosse uniforme e única em todo o território brasileiro, e ainda que esse processo, o da homogeneização, é altamente discriminatório.

A norma “padrão” é tão distante dos brasileiros que muitos nem compreendem sua própria Constituição Federal: esta afirma que todos os indivíduos são iguais perante a lei, mas ela mesma é redigida em termos que somente uma pequena parte da população consegue entender, os falantes da chamada norma culta. A discriminação social inicia-se, portanto, já no texto da própria Constituição.

Bagno (1999, p. 19) se mostra otimista em relação a toda essa discussão em torno da língua ao dizer que, rompendo estigmas, os Parâmetros Curriculares Nacionais, por sua vez, publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1998, valorizam uma postura mais eclética em relação às variantes lingüísticas. No texto de Bagno:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [. . .]. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua (BAGNO, 1999, p. 19).

Podemos considerar ainda que a existência das línguas mistas nos dias de hoje corresponde à miscigenação crescente entre os povos e culturas no mundo inteiro. Vivemos numa época em que a questão da identidade de um povo já não pode mais ser considerada como algo estático. As identidades estão sendo cada vez mais percebidas como mutáveis, suscetíveis à renegociação constante. Assim, uma das maneiras pelas quais as identidades acabam sofrendo o processo de renegociação, de realinhamento, é o contato entre as pessoas, entre os povos, entre as culturas.

É nesse sentido que urge o reconhecimento natural de evolução das línguas, bem como a desmistificação de uma língua pura e homogênea. É necessário que se reconheça a língua não apenas como um simples instrumento de comunicação, pois isso implica que a linguagem, por si só, garanta a comunicação; mas não só, é o interesse, a disposição, a vontade para interagir com os nossos vizinhos que nos dá a certeza de que falamos a “mesma língua.”

Outro aspecto que também podemos destacar é que, mesmo depois de passar por diversos estágios, a Língua Portuguesa continua sendo cada vez mais falada por indivíduos que a elegem como parte de seu patrimônio cultural.

A história ainda nos mostra que poderíamos ser um País ainda mais plurilíngüe, não fossem as repetidas ações de leigos que, de certa maneira, conseguiram frear algo no percurso natural de evolução das línguas. Mais uma vez, o exemplo do “Diretório dos Índios” do Marquês de Pombal.

Seria interessante, portanto, que fosse da compreensão de todos os brasileiros, leigos no assunto ou não, que o multilingüismo e o respeito à diversidade lingüística devem fazer parte de toda e qualquer sociedade. Não se deve levantar uma bandeira de patriotismo chauvinista, mas uma bandeira que permita que cada um exista, co-exista e possa se expressar como queira, respeitando sempre a língua do outro.

2.7 ESTRANGEIRISMO: POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO À LÍNGUA

Embora muitos teóricos sintam vertigem em não considerar a língua como pura, com suas bases ainda sólidas no latim, não há como negar que a última flor do Lácio de Bilac hoje já se enriqueceu de acréscimos diversos. Em sua evolução mutante, destacamos o lugar significativo do estrangeirismo.

O estrangeirismo, acréscimos de vocábulos de outras línguas à nossa, surge renovando o acervo lexical de uma língua. Utilizados, às vezes, por um determinado tempo, alguns estrangeirismos, por não terem um termo na língua “invadida” que o substitua, permanecem por décadas. O estrangeirismo tem sido amplamente empregado, diacrônica e sincronicamente em nossa língua. Por sincronia, entende-se a observação da língua tal como se encontra em uma época determinada; e por diacronia, a observação histórica da língua, na sua permanente elaboração e mudança.

Em todo estado da língua há algo de diacrônico. Quando um falante nativo usa uma língua, ele percebe os arcaísmos, termos que estão ficando ultrapassados, e os neologismos, elementos de criação recente, além dos estrangeirismos adotados em sua língua materna. As mudanças políticas ou culturais não causaram nem causam transformações imediatas no sistema lexical. Todas as mudanças resultam da fala, ou seja, do uso da língua. Por exemplo, antes, as mulheres iam às lojas para comprar um corte e fazer um terno; hoje elas estão comprando tecido para fazer um conjunto. A mudança lingüística em todos os níveis, inclusive no léxico, é algo necessário para a evolução de sua história.

A influência da língua inglesa sobre o léxico português manifesta-se há muito tempo, no entanto tornou-se mais evidente neste momento histórico em que vivemos, num momento em que os Estados Unidos são vistos por alguns como um “vilão” a impor sua língua na tentativa de nos manipular, inclusive, culturalmente. A atitude reacionária de alguns jornalistas, escritores, gramáticos e até políticos, conhecidos como “puristas”, é consequência de um pensamento preconceituoso com relação ao estrangeirismo. Eles consideram o idioma português um patrimônio cultural a ser preservado, e intitulam-se guardiões dele.

A língua é patrimônio de toda uma comunidade lingüística, a todos os falantes dessa comunidade é facultada a liberdade de criatividade léxica. Também acreditamos que nosso idioma faz parte de nosso patrimônio cultural, no entanto defendemos três aspectos: que a língua está sempre se renovando (vocábulo usado por nossos antepassados tornaram-se arcaicos) ; que não é usado igualmente por todos os falantes de uma comunidade lingüística (as diferenças lingüísticas existentes entre falantes de faixas etárias distintas são bastante acentuadas) ; e que as diferenças lexicais vão além do uso de estrangeirismo (as gírias, por exemplo, já fazem parte do mundo dos jovens há décadas).

O período neológico do item léxico estrangeiro acontece quando este está se integrando à língua receptora, integração que pode se manifestar por meio de adaptação gráfica, morfológica ou semântica. A incorporação ortográfica de um termo estrangeiro ao sistema português não constitui uma regra. Muitos dos empréstimos existentes, como *abajur*, *xampu*, mostram tal adaptação, todavia percebe-se, com certa frequência, que a grafia integrada ao português é bastante parecida com o termo grafado de acordo com a língua de origem: *abajour* (francês), *shampoo* (inglês).

O inglês funciona como uma língua franca, ou seja, é falada em boa parte do mundo, por isso dizemos que é um idioma universal. É através dele que as portas da comunicação internacional são abertas. Aprendemos inglês não por modismo, mas por necessidade, pois vivemos numa era totalmente globalizada. Sua influência no nosso vocabulário se manifesta através da exportação dos bens de consumo, do crescimento das multinacionais, das músicas, dos modismos e outros. A maioria dos empréstimos é do inglês americano, no entanto, sempre houve e sempre haverá “invasão” de outros idiomas.

Um exemplo dessa suposta acumulação de empréstimos, que, a nosso ver, não é antiestético, está presente na música “Samba do Approach” de Zeca Baleiro. A letra dessa música reflete, de modo artístico, a condição intercultural do momento contemporâneo. Eis a letra:

Samba do Approach (Zeca Baleiro)

Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat, venha provar!
 Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat

Eu tenho savoir-faire, meu temperamento é light
 Minha casa é hi-tech, toda hora rola um insight
 Já fui fã do Jethro Tull, hoje me amarro no Slash
 Minha vida agora é cool, meu passado é que foi trash
 Venha provar meu brunch

Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat, beautiful!
 Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat
 Fica ligado no link que eu vou confessar, my love
 Depois do décimo drink, só um bom e velho engov
 Eu tirei o meu green card e fui pra Miami Beach
 Posso não ser pop star, mas já sou um nouveau-riche

Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat, venha provar!
 Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat

Eu tenho sex-appeal, saca só meu background
 Veloz como Damon Hill, tenaz como Fittipaldi
 Não dispenso um happy end, quero jogar no dream team
 De dia um macho man e de noite um drag queen

Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat, beautiful!
 Venha provar meu brunch
 Saiba que eu tenho approach
 Na hora do lunch eu ando de ferryboat (MORINO e FARIA, 2003, pp. 127-128-129).

Zeca Baleiro faz uma união longe de qualquer estereótipo, junta samba brasileiro com palavras do inglês. Sem preconceitos, a música harmonizou o que muito se dá na prática. Preocupou-se o compositor em mesclar a inevitável influência cultural de outro povo à nossa. Tais imersões são utilizadas não só por serem necessárias à expressão de novos fatos, novas idéias, novas coisas provenientes de outros países, mas também por parecerem sugestivas e evocadoras de sentidos específicos ou mesmo de efeitos estilísticos.

Porém, mesmo sabendo que esse fenômeno possui longa trajetória de vida, tão longa quanto a história da própria Língua Portuguesa, o estrangeirismo ainda provoca muita divergência entre membros de uma mesma comunidade lingüística. Há, entre eles, uma maioria que mal percebe sua existência e o profere por escolha: “**Ah mãe, me dá um *time***”, ou às vezes, por falta de um termo na língua materna: “**Preciso colocar *windows 2000* no meu computador!**”.

Assim, dizemos que há uma confusão, pois muitos pensam que os empréstimos lingüísticos suprimem a língua que os acolhe. A respeito disso, Pedro Garcez e Ana Zilles (2000, p. 42) têm relevante contribuição:

No português, língua de tantas invasões em cinco continentes, invadida e invasora, o que seria puro? No português brasileiro, língua de tantas gentes, termos tão triviais como cupim e caipira, camundongo e bunda, alguns até emblemáticos da identidade nacional brasileira, não têm *pedigree* latino ou lusitano, mas sim indígena e africano, respectivamente. E se alguém quiser apontar que estas são contribuições legítimas, de fato, em função de virem das outras duas etnias fundadoras da nação brasileira, o que dizer então de futebol e gol? Aliás, digno de registro é o fracasso da tentativa de promover, entre outros, o termo ludopédio como substituto para o então estrangeirismo *football* (GARCEZ e ZILLES, 2000, p.42).

Verificamos que a luta contra o estrangeirismo não é algo novo no Brasil, a nostalgia alimenta passadistas encampados pela ideologia de um purismo. Assim, purismo parece rimar com conservadorismo. Esses “defensores” da Língua Portuguesa “pura”, muitas vezes, por razões políticas, e não lingüísticas, já afirmavam, há muitos anos, que a Língua Portuguesa estava morrendo e que necessitaria ser salva. Acreditavam no mito da língua pronta e acabada, e que qualquer fenômeno de variação lingüística deveria ser controlado ou, até mesmo, combatido.

Como forma de prevenção, essas pessoas ainda não compreenderam que a língua não existe sem um indivíduo falante, logo, se é falada por um ser vivo, e modificável, esta também deve ser compreendida como tal, algo que está sempre à mercê de variações, sejam elas lingüísticas ou extra-lingüísticas. Viver é modificar-se, e isso vale para as pessoas e suas línguas.

Com seu discurso leigo sobre língua, Rebelo concluiu que a Língua Portuguesa estava sendo descaracterizada e seriamente ameaçada, colocando em risco todo o nosso patrimônio cultural. O projeto de lei declara lesivo ao patrimônio cultural brasileiro “todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira” (art. 4º) e determina sua substituição em 90 dias da publicação da lei (art. 5º).

Ao analisarmos esse prazo de 90 dias, durante o qual as palavras estrangeiras terão de ser substituídas por correspondentes em português, constatamos que, se, e quando, a lei entrar em vigor, a contagem regressiva começará também para os estrangeiros que moram no Brasil. Estes terão em torno de um ano para aprender o português com proficiência suficiente para utilizá-lo em seus locais de trabalho e em uma série de outros ambientes – com rígidas sanções para quem não cumprir a medida, sanções encontradas no artigo 6º do referido projeto de lei: “A regulamentação desta lei tratará das sanções administrativas a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que descumprir qualquer disposição desta Lei”.

Sobre isso, o que lamentamos é que, mesmo o Brasil sendo considerado um país democrático, a atitude dos que se ergueram “guardiões” do nosso idioma, de legislar sobre o que falamos, a maneira como falamos, está presente em nossa realidade algo contra nós, povo brasileiro, e contra os que vêm para cá.

De acordo com Marina Yaguello (2001b, p. 281), “Aquele que se ergue como guardião da língua exerce uma forma de abuso de poder que vai contra a natureza e a realidade da linguagem”. O purismo lingüístico, como desejo de conservar a língua numa forma imutável, é interesse de uma elite de letrados, enfim, uma resistência à natureza da língua

Ainda, na tentativa de mostrar que não existe purismo lingüístico, Rajagopalan (2004, p. 32) afirma que

[. . .] o purismo e o chauvinismo lingüísticos florescem sobre um fundo de ignorância e devem ser combatidos por meio da educação das pessoas sobre a verdadeira natureza da linguagem, sobre seu funcionamento e sobre o modo como as línguas particulares evoluem e modificam-se ao longo dos anos (RAJAGOPALAN, 2004, p. 32).

A mudança lingüística é motivada por duas forças distintas: uma procede da língua mesma, é inerente à sua lógica interna; a outra procede da comunidade lingüística e das

condições sócio-históricas de seu devir. Apesar da força dos esforços nas diferentes instâncias de repressão lingüística (escola, academia, gramática, política), ninguém detém a evolução de uma língua, a não ser deixando de falá-la. A mudança é característica própria da língua, seja por contribuição de acréscimos estrangeiros ou não.

A idéia central desses intelectuais é de que a Língua Portuguesa seja auto-suficiente e não necessitaria de palavras de outros idiomas. Eles igualam o conceito de língua à norma culta estabelecida, o que sair dessa norma é considerado uma não-língua.

Há de se ressaltar, ainda, que as variações lingüísticas não surgem por acaso. As palavras *almofada* e *azeite*, por exemplo, foram incorporadas ao português após o domínio dos árabes nas terras lusas, o que demonstra que a língua não é estática, mas fruto de uma construção histórico-cultural. Vejamos um exemplo contemporâneo: a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, a inserção da Microsoft no País, a música norte-americana, os filmes, e tudo mais, certamente, afetaram o modo de agir, de pensar e de falar de muitos.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o uso da língua não precisa de legislação como a proposta por Rebelo, pelo menos não quanto a prática de estrangeirismo. A língua não precisa ser “defendida”, muito menos defendida de seus próprios falantes, que são seus legítimos usuários e devem ter a liberdade de fazer dela o que bem quiserem.

Um dos problemas suscitados por esse projeto, senão o maior deles, é exatamente a clara ameaça à liberdade de expressão. Há aspectos muito mais urgentes para se legislar, problemas sociais e econômicos muitíssimo mais sérios sobre os quais se deve fazer incidir a força da lei.

O estrangeirismo é uma conseqüência natural das transformações da língua. Afinal, a língua viva é aquela que muda, incorpora, transforma e se deixa transformar. Não preci-

samos de uma lei para defender nossa língua dos “intrusos”, ela se auto-regula. Sobre isso, trata Bagno (2002b, p. 72) ao dizer: “A Língua Portuguesa do Brasil, por exemplo, não vai nem bem nem mal, ela simplesmente vai, isto é, segue seu impulso natural na direção da variação e da mudança (que, insisto, são simplesmente variação e mudança e nada tem a ver com “progresso” ou “decadência”)”. É concordando com Bagno que dizemos que o uso do estrangeirismo nada mais é do que mais uma dessas variações.

2.8 ESTRANGEIRISMO E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

O preconceito lingüístico, no que se refere ao estrangeirismo, aparece no discurso dos que vêem nele uma ameaça à sua língua materna. De maneira equivocada, tomam a escrita como essência da linguagem nata, esquecendo-se de que muito do que ali está foi inicialmente estrangeiro. Não há como contê-los, basta esperar que os estrangeirismos se sedimentem na língua e, caso permaneçam, serão provavelmente padronizados na escrita, por exemplo, *shampoo*, que hoje é xampu.

Fossem essas pessoas que possuem visão simplista da língua analisar, por exemplo, a carta de Pero Vaz de Caminha

Senhor, Posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta Vossa terra nova, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que - para o bem contar e falar - o saiba pior que todos fazer!⁹.

perceberiam que a escrita vem se desenvolvendo, se modificando ao longo dos tempos.

Um outro equívoco é acreditar que os empréstimos de hoje são mais volumosos ou mais poderosos em comparação aos outros tempos, em que nossa língua teria sido mais

⁹ <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>

pura. Como já dito anteriormente, a tarefa de constatar o que é português puro ou não é quase impossível. Hoje, temos uma Língua Portuguesa falada por muitas pessoas, e a riqueza desse léxico se deve, em grande parte, a termos oriundos de outras línguas, fato que acontece desde o início dos tempos.

Equivocadamente, também, muitos acreditam que o cidadão que usa o estrangeirismo *stress*, ao informar seu estado psíquico, por exemplo, estaria excluindo de sua conversa quem não entende inglês. No entanto, aqui, no Brasil, onde a grande maioria não teve a oportunidade de aprender o inglês, essa palavra é dita e compreendida. Acreditamos, também, que a escrita do termo em inglês é muito mais conhecida que na própria Língua Portuguesa: *estresse*.

Pelo que já se disse, lamentamos perceber que a questão do preconceito lingüístico ainda está muito presente na nossa sociedade, manifestando-se através do sucesso dos novos gramáticos midiáticos e do projeto de lei do deputado Rebelo sobre o estrangeirismo. Também assim Moura e Silva lamentam:

A idealização dessa Língua Portuguesa falada talvez no paraíso, mas não no nosso país, ganhou novos arautos, se modernizou e está na mídia, com os novos gramáticos. [. . .]. A busca, pelos gramáticos, desse português original e ideal, cuja realidade e base social é artificial é difícil de apreender (em virtude mesmo de seu caráter idealizado e ideológico), não passa da reiteração do preconceito e da negação das diferenças (MOURA e SILVA, 2002, p. 13).

Constatamos que o desejo de manter a língua pura se traduz no medo mórbido de “contaminação” com as demais e na desconfiança em relação a qualquer tipo de contato com elas. O preconceito lingüístico é baseado na crença de uma língua singular, uma língua ideal, e qualquer manifestação lingüística que escape a esse ideal é considerada errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente – aliás, preconceito de muitos anos. É o que acontece com a norma culta em detrimento da coloquial. Os portugueses dizem que os brasileiros falam um português “errado”. No entanto, esse mesmo pensamento não é somente nosso; os franceses dizem

que os belgas e suíços falam um francês “feio”; os ingleses acusam os norte-americanos de “deturparem” a língua de Shakespeare; os espanhóis dizem que os latino-americanos falam um castelhano “viciado”.

De acordo com Oliveira (*apud* Moura e Silva, 2002, pp. 10-11), a própria construção do Estado brasileiro é preconceituosa, já que, durante toda sua história, tentou impor o português como a única língua legítima à custa de forte combate às línguas indígenas, que chegaram a ser dominantes no nosso país – até o século XVIII, o tupi era mais falado que o português. Segundo o mesmo autor, das 1078 línguas faladas no ano de 1500, só restam 170 línguas indígenas e cerca de 30 línguas de imigrantes, as quais são faladas por populações diminutas e têm poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante.

A mídia é outra propaganda de preconceito como, por exemplo, em algumas novelas, nas quais encontramos os brancos falando com exatidão gramatical e alguns negros falando o português “Tio Barnabé”. Isso acontece porque ainda se perpetua, na cultura do homem branco, que o negro pertence à classe economicamente menos privilegiada da sociedade; fato também ligado à maneira de esse povo se expressar. O homem rural é também, muitas vezes, vítima do estigma de falar errado: podemos lembrar, aqui, um dos grandes personagens interpretados por Lima Duarte, Sassá Mutema.

O estrangeirismo é o alvo também desse preconceito e julgamento negativos. Sobre isso, Vieira e Moura dizem que

Falar diferente ou falar uma língua diferente não pode ser motivo de discriminação. No entanto, as diferentes comunidades, em graus variados, tecem um complexo sistema de discriminação entre línguas e variedades regionais e sociais. [. . .]. Esse preconceito é o do falante da língua materna contra as línguas estrangeiras. Por identidade social, por correlação da língua materna às idéias de nação ou de povo, ou por simples recusa do outro, a língua estrangeira é vista como algo estranho, senão inferior (VIEIRA e MOURA, 2002, pp. 116-117).

Além disso, é um outro preconceito supor que o que é perceptível hoje como estrangeirismo permanecerá por muito tempo como elemento estrangeiro/estranho e alheio à língua receptora, mantendo sua face alienígena. O caminho que os termos estrangeiros percorrem se encarrega de inseri-lo numa nova identidade.

Questionamos, assim, a pertinência do discurso de Aldo Rebelo e seus proponentes no que diz respeito à língua e ao seu uso. O fenômeno da variação lingüística é algo lógico, bem estruturado e acompanha as tendências da língua, a não ser quando é refreado por projetos de pessoas leigas no assunto que, além de não compreenderem a lógica da língua, consideram erros as diferenças existentes nela. As alterações que acontecem na língua são muito mais sutis e complexas do que as idéias autoritárias e equivocadas de “certo” e “errado”. Os “defensores” do nosso idioma precisam diferenciar o real do ideal.

As variedades lingüísticas existem de fato, cada um de nós fala uma variedade ou mais, e estas são reais e concretas. Sobre isso, Fiorin (2004, p. 24) rejeita significativamente qualquer atitude de padronização lingüística e diz:

A variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam uma região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou de outra classe social e assim por diante. [...] saber uma língua é conhecer suas variedades. Um bom falante é “poliglota” em sua própria língua. Saber português não é aprender regras que só existem numa língua artificial usada pela escola (FIORIN, 2004, p. 24).

A língua não é um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo complexo, rico, dinâmico e heterogêneo. “A língua não é fruto de regras estabelecidas por guardiões do idioma, mas é resultado de um processo histórico: contatos com outros povos, experiências culturais, trajetória política, etc.” (Fiorin, 2002: p. 37).

Bagno (1999, p. 9) diz que o preconceito lingüístico advém de uma aplicação autoritária, intolerante e repressiva. Também sobre essa postura, Celani (2004, p. 121) evidencia que essa atitude autoritária de impor o modo “ideal” de se comunicar, expressa no projeto

de Rebelo, fere o respeito aos direitos universais humanos, aí incluídos os direitos lingüísticos. Ninguém tem o direito de interferir no que uma pessoa pensa, fala ou escreve.

Os estudos dedicados à linguagem verbal durante mais de dois mil anos se concentraram na linguagem literária e, por isso, a gramática tradicional (GT) dedica-se predominantemente a um ideal de língua escrita e despreza seu uso oral. Criada para servir de regra à língua escrita literária, a GT passou a ser usada para medir e regular todo e qualquer uso lingüístico. É comum a idéia de que o que não está nos compêndios dela não é correto, é errado e deve ser corrigido. Muitos, ainda, usam a GT como se nela estivesse contida a verdade absoluta e incontestável a respeito da língua, como se fosse uma doutrina “sagrada” e “infalível”. Para a GT, a língua é homogênea, e o que foge de suas normas deve ser abolido, pois não atinge o ideal de língua.

De acordo com Bagno (2001a, p. 22), “a Gramática Tradicional não tem bases científicas consistentes [. . .]. As classificações, a terminologia, os conceitos e definições dela foram, em sua origem, propostas de teorização dos fenômenos da linguagem, nunca foram hipóteses científicas postas à prova em experimentações empíricas”.

Ainda de acordo com Bagno (2001a, pp. 55-56),

A forma tradicional de ensino da língua no Brasil tem se baseado em duas operações fundamentais: repetir e reproduzir. Ensinar português, no Brasil, sempre foi repetir a velha doutrina gramatical conservadora e, junto com ela, reproduzir todos os mitos e preconceitos que a GT ajudou a cristalizar nas concepções de língua e de erro que fazem parte do senso comum (BAGNO, 2001a, pp. 55- 56).

Por tais aspectos, tem-se exigido, cada vez mais, a realização de pesquisas empíricas, no sentido de se definir o que, de fato, constitui o chamado português do Brasil. Para tanto, a pesquisa sociolingüística é de grande importância, pois, através dela, é possível fazer uma descrição e explicação de fenômenos lingüísticos do português brasileiro. As mais variadas características sociais e geográficas existentes no nosso país geram uma gama de variabi-

lidade lingüística, logo esta não deve ser ignorada, seja pelo uso do coloquial, da gíria, do estrangeirismo. . .

2.9 A LÍNGUA É UMA QUESTÃO POLÍTICA

Política é a arte de governar a *polis*, ou cidade-estado, e deriva do adjetivo *politikós*, que significa tudo o que se relaciona à cidade, isto é, tudo o que é urbano, público, civil e social. Em acepção ampla, política é o estudo do fenômeno do poder, entendido como a capacidade que um indivíduo ou grupo organizado tem de exercer controle imperativo sobre a população de um território, mesmo quando é necessário o uso da força (BARSA, 1998, p. 402).

Percebemos que, pela própria conceituação da palavra, política está ligada à idéia de poder, poder este necessário para governar a vida em sociedade. Se não há como falar em política sem se falar em poder, também não há como tratar de ambos sem mencionar os caminhos da linguagem que usam. Sobre tal relação, trata Barthes (1978, pp. 10-12) ao dizer:

Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra *os* poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico [. . .]. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua (BARTHES, 1978, pp. 10-12) .

Barthes cita, também, a opinião de Jakobson, para quem “um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer” (BARTHES, 1978, pp. 12-13) e diz que a língua é condição alienante, porque segue uma estrutura da qual se tem de escolher isto ou aquilo. Sobre isso, afirma:

[. . .] a língua entra a serviço de um poder. Nela, infalivelmente, duas rubricas se delineiam: a autoridade da asserção, o gregarismo da repetição. [. . .] o signo é seguidor, gregário; em cada signo dorme este monstro: um estereótipo: nunca posso falar senão recolhendo aquilo que *se arrasta* na língua. Assim que enuncio, essas duas rubricas se juntam em mim, sou ao mesmo tempo mestre e escravo: não me contento em repetir o que foi dito, com alojar-me confortavelmente na servidão dos signos: digo, afirmo, assento o que repito (BARTHES, 1978, pp. 14-15).

Barthes vê a linguagem como impedimento à liberdade, portanto, se o sujeito, no alcance do poder, precisa da linguagem para seu objetivo, precisa igualmente se submeter aos “caprichos” dela a todo tempo.

O sujeito social sente-se dono do que fala, do que pensa, porém é, através da mesma linguagem que usa para expor suas idéias, que ele acaba se enquadrando nos discursos da sociedade, discursos já prontos quando inseriu-se nela. A língua como sistema simbólico aparece para o sujeito como uma primeira “poda” aos seus pensamentos, não há como reproduzi-los fielmente senão através de símbolos dispostos em cadeias gramaticais já padronizadas. O ser humano não fala como bem entende, conforme afirmam muitos.

Além dessa primeira imposição, à qual se submete um falante, surgem as imposições das relações sociais, impregnadas de valores que limitam, já há muito, o que dizer, dependendo do porquê dizer, do quando dizer, para quem dizer. Vale lembrar que tais “escolhas” submetem-se intrinsecamente à relação de poder. Hierarquicamente, posso falar sem muito cuidado com um colega de trabalho, mas não da mesma forma com meu chefe; posso usar do meu nível “superior” escolar para confundir ou fazer com que prevaleçam minhas idéias em detrimento de um interlocutor sem estudo.

Soma-se a esses dois aspectos, o estigma de uma língua de prestígio. Cada povo possui formalmente uma língua oficial, mas é inegável que esta apresenta suas várias formas de uso. Uma dentre as variantes será a de maior prestígio, de maior valor social, a língua em seu uso padrão, formal. Uma língua que servirá de signo para leis, documentos, artigos científicos, enfim, uma língua padronizada, mas à qual poucos têm acesso.

Nesse ínterim, entram os interesses políticos. Valoriza-se mais a norma culta de uma língua, só que, paradoxalmente, não se oferece ao povo condições de conhecê-la e fazer

dela também um instrumento de cidadania. Nesse sentido, podem parecer ingênuas as palavras de Barthes (*apud* Antunes, 2003, p. 90):

[. . .] Se eu fosse legislador, [. . .] longe de impor uma unificação do francês, quer burguesa, quer popular, eu encorajaria, pelo contrário, a aprendizagem simultânea de várias línguas francesas, com funções diversas promovidas à igualdade. [. . .] Essa liberdade é um luxo que toda sociedade deveria proporcionar a seus cidadãos: tantas linguagens quantos desejos houver. [. . .] Que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra; que o sujeito futuro conheça, sem remorso, sem recalque, o gozo de ter a sua disposição duas instâncias de linguagem, que ele fale isto ou aquilo segundo perversões, não segundo a lei (*idem ibidem*).

Muitas das incompetências atribuídas à escola estão ligadas à área da linguagem. Espera-se da escola que forme um cidadão crítico e consciente dos problemas sociais, só que, ao mesmo tempo, submete-se a mesma única possibilidade de reproduzir a força de trabalho, bem como a manutenção de uma sociedade dividida em classes. Por isso que manter uma língua estável, que atenda a uma minoria intelectual, não deixa de ser também garantia para a manutenção do poder. Um poder que sabe a força que teria um povo que fizesse de sua forma de se expressar uma arma política em prol de uma nova ordem social.

Rajagopalan demonstra sua preocupação com esse fato, dizendo que:

No afã de falar em nome de todos, pouco importa se as vozes contrárias são ignoradas e esquecidas. A justificativa oferecida parece ser: 'Eu sei o que é do interesse do povo; quem não concorda comigo não faz parte desse povo. A arbitrariedade, o autoritarismo, inerentes às mais variadas propostas de legislar a respeito do futuro de línguas nacionais no mundo inteiro, não estão necessariamente na forma como tais propostas são formuladas ou impostas goela a baixo do povo. Ao serem impostas, quer de forma ditatorial, quer de forma 'democrática', as propostas contêm, elas mesmas, os germes de uma arbitrariedade, de um autoritarismo, uma vez que sufocam os interesses legítimos de parcelas significativas das populações dos respectivos países, que são simplesmente postas à margem (RAJAGOPALAN, 2004, p. 178).

Em suma, pensamos que esse tipo de legislação lingüística, a qual se propõe o projeto do deputado Aldo Rebelo, ambiciona pôr um cabresto na sociedade, constituindo-se numa também ameaça aos direitos da cidadania. Afinal, a língua é uma forma de poder, logo uma ameaça.

2.10 GLOBALIZAÇÃO: EFEITOS DA E NA LÍNGUA PORTUGUESA

O termo globalização refere-se ao processo de gradual eliminação de barreiras econômicas e concomitante aumento nas trocas internacionais e na interação transacional. Sobre isso, Robins (*apud* Rajagopalan, 2003, p. 57) argumenta:

Queiramos ou não, vivemos num mundo globalizado. Entre outras coisas, isso significa que os destinos dos diferentes povos que habitam a terra se encontram cada vez mais interligados e imbricados uns nos outros - fenômeno que vem sendo chamado de “transnacionalização” da nossa vida cultural e econômica (ROBINS, *apud* RAJAGOPALAN, 2003, p. 57).

Essa nova relação entre pessoas de diferentes partes do mundo, de variadas etnias e línguas, de histórias e tradições distintas é consequência do rompimento das barreiras que, até pouco tempo, pareciam intransponíveis e usadas como impedimento a qualquer forma de aproximação dos povos com propósitos amigáveis. Alguns falam em “aldeia global”, porque temos a sensação de que o planeta está ficando menor e todos se conhecem (assistem a programas semelhantes na televisão, ficam sabendo no mesmo dia do que ocorre no mundo inteiro, etc.). Parece-nos que nunca, na história da humanidade, a identidade lingüística das pessoas esteve tão à mercê das influências estrangeiras.

Sobre isso, Scliar-Cabral (2004, p. 113) nos mostra que:

O século XX assistiu a uma explosão científica e tecnológica sem precedentes na história da humanidade. Em consequência, a soma de conhecimentos acumulados superou a anterior do homem sobre a terra. Ora, o recorte da experiência vem acompanhado de sua denominação. A produtividade lexical utiliza vários processos, dentre os quais, os empréstimos lingüísticos, que sempre existiram na evolução lingüística, mas, com a globalização assumiram uma posição avassaladora, particularmente o empréstimo do inglês, embora muitos dos radicais e prefixos tenham origem latina ou grega (SCLIAR-CABRAL, 2004, p. 113).

Esse processo de constituição de uma economia de caráter mundial não é nada novo. Já no período colonial houve tentativas de integrar espaços intercontinentais num único império, quando a idéia de dominar o mundo ficou cada vez mais próxima. Portanto, a inte-

gração das diferentes culturas e povos em um único mundo já foi desejada há muito tempo e continua como meta para muitas gerações.

Um dos veículos dessa transformação foi a indústria da comunicação, principalmente a de entretenimento. As descobertas tecnológicas revolucionárias de Thomas Alva Edison foram os arautos do novo tempo: o telefone e o cinema e, mais tarde, o rádio e a televisão. De todos, certamente merece destaque o cinema de Hollywood, que estendeu a todos os recantos do globo sua mensagem quase que evangelizadora do *American way of life*. O pragmatismo norte-americano logo soube aproveitar essa tendência, principalmente na área econômica. Por exemplo: a primeira indústria realmente multinacional foi a Coca-Cola Company, de Atlanta, Georgia. Quem fez todo mundo morrer de vontade de tomar uma coca-cola geladinha foram os filmes do tempo da guerra. Quem inventou o termo *glamour* e glamourizou o hábito de fumar, inclusive para as mulheres, de novo foi Hollywood.

Um dos aspectos mais relevantes da globalização é o surgimento de uma linguagem universal, no seu sentido mais amplo, e o inglês firmou-se como essa linguagem. Assim, o mercado comum não compartilha apenas seus produtos, mas também parte de uma cultura.

Além disso, temos a Internet. Ela está provocando um fenômeno absolutamente novo: a comunicação quase sem a marca da nacionalidade. A comunicação por escrito é preponderante, e isso livra as pessoas de serem identificadas por seu sotaque, ou rotuladas por sua cor de pele, aspecto racial, etc. Qualquer fato que ajude a derrubar as ancestrais barreiras tribais do gênero humano, construídas há centenas de milhares de anos e embutidas biologicamente nos nossos cérebros, facilita a globalização. Com a influência da globalização na economia, que, assim como a Internet, facilita as transações econômicas entre países, fluxo de capitais, oferta de bens e serviços, temos o estabelecimento de uma base cultural realmente universal, porque, sem esta, não haveria a globalização da economia.

Na indústria cultural, isso é maravilhoso. Só para dar um exemplo, existe na Internet uma livraria virtual chamada amazon. com, com mais de um milhão de títulos de livros, que se pode pesquisar usando palavras-chave e comprá-los com um simples clique do mouse. A empresa pode estar em qualquer lugar, inclusive num fundo de garagem, numa cidadezinha do interior de um país qualquer, mesmo porque ela não precisa ter estoque, é tudo *just-in-time*. Para ir às compras na Internet, basta um cartão de crédito internacional. É a economia global, plugada na cultura global e vice-versa.

As mudanças e a instabilidade sociais, nesse sentido, tornaram-se marcas registradas de um mundo pós-moderno. Nossas vidas estão sendo “invadidas” pelas informações advindas de fontes de todos os tipos, algumas delas boas, outras, nem tanto. É nesse mundo pós-moderno, que o acesso às informações está cada vez mais facilitado para a maioria da população brasileira, no entanto não podemos deixar de constatar o fato de que as camadas menos privilegiadas ainda estão muito longe dessa realidade. Destacamos, então, que grande parte dos falantes do português brasileiro está vivendo a era da informação, não que todos tenham acesso a ela, mas a vivem.

Entendemos que a globalização, culturalmente falando, é algo positivo, no entanto muitos críticos, que se dizem “defensores” da Língua Portuguesa, não compartilham dessa opinião. Eles afirmam que uma das conseqüências desse fenômeno é o avanço triunfante da língua inglesa como meio preferido de comunicação internacional, o que abala diretamente as demais línguas do mundo. Em tom intencionalmente alarmante, os “defensores” discutem o fenômeno de “imperialismo lingüístico” e falam da “invasão lingüística”, a que vêm sendo submetidas as demais nações, por meio dos empréstimos lingüísticos em grandes quantidades. “Há quem fale em termos de ‘glotofagia’ (Calvet, 1974), ‘lingüicídio’, matança lingüística, ‘canibalismo’ (Phillipson e Skutnabb-Kangas, 1995) e ‘genocídio lingüístico’ (Day, 1980) etc.

, termos que, por si sós, contribuem para desenhar um quadro macabro e desolador” (Rajagopalan, 2003: p. 61).

Nesse sentido, o deputado Aldo Rebelo e os seus simpatizantes precisam entender que, num mundo globalizado como o de hoje, as línguas estão sofrendo influências mútuas numa escala sem precedentes. As denominadas “línguas francas” do mundo moderno não são línguas de uma trajetória histórica contínua e sem influência externa. Essas são formas de comunicação que se originaram no contato efetivo entre os povos, processo que continua com força nos dias atuais, em consequência do encurtamento de tempo e espaço, que é a marca registrada do momento histórico no qual estamos inseridos.

Enfim, não temos como negar que uma língua, através do vocabulário que a liga ao mundo exterior, reflita a cultura da sociedade à qual serve como meio de expressão, bem como não há como negar, nos dias de hoje, a influência norte-americana sobre o nosso e outros países. Difícil dizer isso frente ao domínio econômico que exercem os países de língua inglesa, principalmente, os Estados Unidos, pois a resistência ao poder desta nação cria repúdio de toda natureza. Assim, para Schmitz (2004, p. 103), “Em certos casos, os que ficam revoltados com a injustiça social e desigualdade no Brasil culpam a globalização e a política econômica norte-americana pelos problemas sociais e econômicos brasileiros”.

Os “defensores” da Língua Portuguesa devem ficar tranquilos, os males da globalização são outros. O uso de termos estrangeiros talvez seja a mais inofensiva das consequências. Possenti, assim como seus colegas lingüistas, vê no projeto de Rebelo um amontoado de equívocos e constrói o seguinte argumento:

Dentro de anos, digamos, um século, talvez os analistas de então digam que o português se enriqueceu nos tempos da globalização, tornando-se uma língua ainda mais adequada para atender às necessidades dos falantes. Foi certamente o que ocorreu na Inglaterra: foi invadida pelos normandos, que obviamente não falavam inglês e que “impingiram” a essa língua uma quantidade enorme de termos técnicos, de governo e de cultura em geral, termos dos quais nenhum inglês evidentemente se queixa, nem por purismo nem por haver equivalentes no inglês de antes da invasão. (POSSENTI, 2004, p. 25).

Também nos preocupamos que os políticos, homens que são escolhidos por nós para nos representar, para zelar pelos nossos direitos, formem uma classe de oportunistas desse país. Sobre isso, Rajagopalan (2004, pp. 17-18):

É comum encontrar quem creia que os Estados Unidos teriam seus olhos inquiridores voltados 24 horas por dia para o território brasileiro por meio de satélites estacionários ou circulantes, capazes de tudo rastrear, do movimento de tropas ao desmatamento ilegal na Amazônia. [. . .]. Outros tantos acreditam que os países da América Latina em breve não terão alternativa a não ser adotar o dólar americano como moeda, deixando Washington decidir o que é melhor para eles (RAJAGOPALAN, 2004, pp. 17-18).

Contraditoriamente, negamos a hegemonia econômica dos EUA, mas aceitamos os produtos que vêm de lá. Filmes, tecnologia computacional, avanços científicos, todos bem-vindos. Então, como desvinculá-los de sua linguagem própria?

2.11 LITERATURA NA ÁREA: O ESTRANGEIRISMO NA VISÃO DE ALGUNS LINGÜISTAS

A retomada da discussão sobre a inserção dos estrangeirismos no português do Brasil começou a ter relevância nos estudos lingüísticos brasileiros contemporâneos a partir do ano de 1999, com a criação do Projeto de Lei n°. 1676, de autoria do deputado federal Aldo Rebelo. Especificamente, para este presente estudo, tomamos como leituras prévias os trabalhos organizados por Faraco (2001) e Rajagopalan & Silva (2004). A seguir, apresentaremos um breve relato da proposta dos autores desses materiais.

O livro organizado por Faraco (2001) conta com oito artigos: o artigo de Garcez e Zilles aborda a proposta “Desejos e ameaças”. Nele, os autores discutem a complexidade sociocultural e lingüística do uso de palavras e expressões estrangeiras na Língua Portuguesa. Segundo os autores, a discussão sobre esse tema faz, do contato entre as línguas, um campo

propício para o desenvolvimento de determinados episódios da vida social da linguagem, das quais surgem posições políticas e sociais conflitantes.

Para Garcez e Zilles, embora o debate sobre a inserção de palavras estrangeiras no nosso idioma seja motivado, de maneira mais implícita, por posições políticas e sociais, segundo os interesses dos diferentes grupos que compõem a sociedade, o projeto trata, apenas na superfície, de questões lingüísticas, o que deveria ser sua intenção primordial. Desse modo, a arena de toda essa discussão se torna, assim, terreno fértil para a produção de discursos superficiais e equivocados sobre a natureza da linguagem, sobre o que é “correto” ou o que pode ser considerado “erro” no uso da língua, e sobre a própria vida social.

Os estrangeirismos, na perspectiva dos autores desse artigo, na maioria das vezes, têm vida curta ou são incorporados naturalmente à língua, neste caso, será difícil dizer a origem do termo tomado por empréstimo.

Garcez e Zilles, ao fazerem referência ao “esforço” de Aldo Rebelo para proteger a Língua Portuguesa, mantendo-a pura de influências externas, acreditam que esse posicionamento remete a outro problema. A Lei, que vê no elemento estrangeiro uma ameaça à identidade nacional, traz subentendida a idéia de que se pretenda defender, também, uma só língua, a língua do poder que está sob controle da classe dominante. Nesse sentido, supõe-se que objetivem mantê-la pura, inclusive dos ataques e influências internas pelas variedades não prestigiadas da língua, faladas pelos que não têm poder.

Faraco também apresenta seu artigo “Guerras em torno da língua – questões de política lingüística”, e nos chama a atenção para o fato de que, depois de 40 anos de sua introdução oficial nas universidades brasileiras, a lingüística permanece invisível e inaudível para a sociedade em geral e, para a sociedade brasileira, não há propriamente uma questão lingüística, pois o modo científico de dizer a realidade lingüística nacional não conseguiu ainda se

fazer ouvir a ponto de colocá-la como uma questão concreta. Apesar de todos os problemas lingüísticos que nos afetam, apenas os discursos tradicionais parecem ser o suficiente para a sociedade.

Faraco ainda nos diz que a língua é circundada e atravessada por diversos discursos. Essas discussões tanto podem se complementar e se fortalecer, como podem divergir e se recusar radicalmente. É desses encontros e desencontros sobre a realidade lingüística das línguas humanas, que surge a denominação de guerras culturais ou guerras discursivas em torno da língua. É mostrando de maneira científica, com estudos realizados através dos tempos, que Faraco nos diz que não existe língua homogênea, que toda e qualquer língua é um conjunto heterogêneo de variedades.

Faraco visa observar que as línguas mudam “nem para o bem nem para o mal”, mas sim para atender às necessidades dos seus falantes. O mesmo também apresenta o propósito de rebater os enganos cometidos pelo deputado na elaboração desse projeto de lei em relação às questões lingüísticas.

O trabalho de Bagno, em seu artigo “Cassandra, Fênix e outros mitos”, nos mostra que não é preciso promover, nem ir contra a mudança lingüística, porque ela é inerente à língua, e que essas mudanças não descaracterizam o nosso idioma, pelo contrário, o enriquecem. Ele ainda nos diz que a língua que se fala no Brasil não é mais o português. Quinhentos anos depois do descobrimento, o vernáculo brasileiro incorporou termos, adaptou expressões e se transformou. Hoje, o idioma, por meio do qual nos comunicamos, ainda não pode ser considerado uma nova língua, mas também não é mais o português que se falava em Portugal.

Bagno reforça toda a crítica em torno desse projeto ao recuperar vários momentos da longa história conservadora à qual se assemelha a visão de Rebelo. E, através dessa mesma “viagem” no tempo, mostra-nos que a língua já sofreu e vem sofrendo mudanças com o passar

dos tempos. O autor faz referência ao conservadorismo no qual está pautado Rebelo, pois o deputado possui uma imposição conservadora, que extingue línguas e utiliza uma variação, determinando como erradas e incultas as demais.

Schmitz, através de seu ensaio “O Projeto de Lei nº 1676/99 na imprensa de São Paulo”, identifica a posição contrária que os editores da grande imprensa têm mostrado em relação a esse projeto. Ele analisa detalhadamente, em recortes de jornais e revistas, as reações da imprensa sobre a tentativa de proibir o uso de estrangeirismos na Língua Portuguesa por parte dos chamados “puristas do idioma português”.

Além de deixar clara a posição da imprensa perante o tão discutido projeto de lei, o mesmo autor deixa clara a sua opinião. Ele nos diz que não é, de maneira alguma, contra o uso de palavras e/ou expressões de outra língua na Língua Portuguesa, pois esse fenômeno contribui para o enriquecimento de qualquer idioma.

Em seguida, vem o trabalho de Fiorin no artigo “Considerações em torno do Projeto de Lei nº 1676/99”. Ele relata sobre política lingüística e planificação lingüística, bem como a diferença entre ambas. Para ele, esses dois pontos deveriam ter relevância no projeto, o qual não dá conta de analisar isso. Ele enumera sugestões de como o projeto poderia promover a Língua Portuguesa através de ações concretas, em vez de “defendê-la” de si mesma. O autor ainda deixa claro acreditar que todas as línguas apresentam variantes, não só a nossa, e que essas variantes não são capazes de descaracterizar, nem empobrecer nenhuma delas.

Guedes, em seu artigo “E por que não nos defender da língua?”, diz que o projeto de autoria de Rebelo representa um dos mais retrógrados, obscurantista e autoritários de todos os que já se ouviu falar sobre língua aqui, no Brasil. Ele comenta que a própria história de uso da língua nos mostra que cada época teve sua razão para propor projetos em torno da proteção da mesma contra o que os ditos “puristas” da língua rotularam, e ainda o fazem, como sendo

algo capaz de empobrecer, até mesmo, descaracterizar a Língua Portuguesa, os empréstimos lingüísticos.

O mesmo autor ainda nos fala que quem precisa ser defendido é o povo brasileiro. Para ele, o fato de muitos cidadãos não compreenderem, por exemplo, o uso de *delivery* em vez de “entrega em domicílio”, não é mais grave do que esse mesmo cidadão não entender o próprio projeto de lei de Aldo Rebelo, uma vez que é regido em termos bastantes desconhecidos, até mesmo pelos considerados alfabetizados.

O povo brasileiro – e não precisa ser lingüista e nem analfabeto para perceber isso – não entende a língua em que são escritas as leis e os projetos de lei; o povo brasileiro não entende a língua em que são discutidas as leis e os projetos de lei do Congresso Nacional. E a gente pode até mesmo conceber a desconfiança de que é bem possível que o povo brasileiro esteja começando não só a achar que é mais simples não querer aprender a entender essa língua, mas também a pensar que as leis e os projetos de lei sejam escritas na língua que o povo já entende (FARACO, 2001, p. 130).

Guedes esclarece que o objetivo maior de seu artigo é conscientizar seus leitores de que sua maior preocupação é o povo brasileiro, já que esse projeto de lei possui características de um texto antigo, conservador, elitista e excludente. Ele diz, também, que o próprio português causou danos irreversíveis à cultura brasileira, extinguindo, por exemplo, mais de mil das línguas indígenas que foram faladas aqui, no Brasil, através de uma lei imposta pelo Marques de Pombal.

Depois de Guedes, temos o artigo “Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos” de Zilles. Em seu trabalho, objetiva demonstrar, através de fatos lingüísticos, que o Projeto de Lei n° 1676/99 é bastante simplista, equivocado e arbitrário. A autora ainda nos diz que esse projeto não condiz com a realidade das línguas humanas, nem com o momento histórico atual em que Constituição garante a livre expressão a todos, inclusive fazer o uso ou não de palavras e/ou expressões estrangeiras no nosso dia-a-dia. Outra característica desse projeto é a maneira simplista que se pretende punir quem fizer uso dessas palavras e/ou expressões.

Por fim, temos o ensaio “A questão dos estrangeirismos” de Sírio Possenti, onde o autor submete os argumentos de Rebelo a uma pormenorizada análise, além de demonstrar os equívocos e falácias do deputado. Possenti se apóia na História numa tentativa de comprovar que o fenômeno de empréstimos é algo inerente às línguas humanas; bem como o fato de que, ao tomar palavras do inglês ou construí-las com elementos gregos ou latinos, isso não reproduz mudança na natureza da língua, não a desfigura, nem a melhora, apenas é mais uma entre tantas das variações da língua. Por isso, Possenti trata desse assunto considerando-o como algo incapaz de desnacionalizar nosso idioma, por um lado, ou como algo capaz de empobrecê-lo, por outro. Ele também nos afirma que essa variação lingüística, o uso de palavras e /ou expressões estrangeiras, enriquece a nossa língua.

No livro “A lingüística que nos faz falhar – investigação crítica”, organizado por Rajagopalan & Silva (2004), encontramos mais vinte e seis artigos sobre o fenômeno lingüístico em questão.

Rajagopalan, em seu trabalho intitulado “Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a lingüística que nos deixou na mão”, comenta que a lingüística não tem correspondido aos desafios que, de um ponto de vista prático, têm sido colocados por recusa da disciplina em reconhecer que não há como separar teoria e prática, análise e interpretação, diagnóstico e terapia. Ele faz uma crítica aos lingüistas, não deixando de se incluir nela, ao fato de que, dado o seu alto nível de conhecimento da linguagem, se arrogam no direito de desprezar a suposta ignorância dos leigos em relação a esse tema. Estão incluídos nessa esfera os políticos e os acerbos defensores da suposta pureza da língua não-padrão em face da aceitação das variações que são introduzidas no uso de qualquer língua. Para o autor, os lingüistas não sabem modificar seu discurso de maneira conveniente e não se conectam com a sensibilidade das pessoas que não são especialistas no assunto.

Ele também fala que há uma parte da sociedade que está preocupada com a aparente “invasão” dos estrangeirismos, mostrando-se alarmada com a perspectiva de o português perder sua identidade em função dessa “invasão”. Em contrapartida, há os que apenas aceitam a força anglicizante, que não rotulam este fenômeno como um problema a ser combatido, inclusive, pela força da lei.

A análise do debate público sobre o projeto do deputado Rebelo, em contraposição ao avanço do ensino do inglês como valiosa mercadoria, a avaliação radicalmente política da resistência dos usuários da Língua Portuguesa aos estrangeirismos, e um questionamento do desempenho público dos lingüistas, feita no decorrer de seu artigo, são elementos que estimulam a revisão crítica da Lingüística.

Pennycook, em “Os limites da lingüística”, dá uma resposta à crítica de Rajagopalan sobre o fato de a lingüística não ter sido eficiente, como poderia, ao caracterizar a verdadeira natureza das línguas humanas e ao lidar com a linguagem em todos os seus aspectos. Ele faz uma crítica bastante clara à lingüística ao dizer:

Enfatizando cada vez mais os mecanismos internos da língua, como se eles pudessem ser entendidos separadamente dos seus usuários e contextos sociais, a lingüística desenvolveu uma confiança dogmática em sua própria capacidade de descrever (em vez de prescrever) a língua (PENNYCOOK, 2004, p. 41).

Em seguida, temos o artigo “Idioma e política” do responsável por toda essa discussão, o deputado Aldo Rebelo. Nele, Rebelo fala da aceitação do seu projeto de lei por parte de muitas pessoas e de instituições pertencentes a variados estratos sociais. Ele também deixa claro que seu projeto é político por excelência e que deseja sua implementação com uma certa urgência. Ainda intenciona nos mostrar, com seu artigo, que outros projetos como o de sua autoria já fizeram história em outros tempos, deixando clara sua opinião sobre os estrangeirismos ao dizer: “Temos dúzias de regras para o uso do inocente apóstrofo, por que não as teríamos para os estrangeirismos que agridem o feitio da língua?” (p. 46).

Spolsky, em seu artigo “Deixe seu lingüista em paz”, além de fazer comentários em torno do uso de estrangeirismos por falantes do português brasileiro, analisa que a opinião dos “médicos” da língua, os lingüistas, não tem a importância na sociedade que deveria ter. Em contrapartida, essa importância é dada a alguns puristas da língua, gramáticos que se consideram especialistas em seu uso. Ele opina em relação ao uso de estrangeirismo, comentando que, aos lingüistas, cabe o papel de demonstrar ao seu público que as ondas da mudança lingüística raramente podem ser contidas (p. 52).

Dendrino, em seu ensaio “Ideologias conflitantes em discursos de resistência à hegemonia do inglês”, comenta que as tentativas de controlar as “invasões” por palavras de outras línguas, bem como a de evitar a hegemonização do inglês, é um fenômeno comum em seu país, a Grécia, e em outros países europeus nos quais a língua foi construída como a característica mais importante de uma nação, por isso deve ser mantida pura, isenta de qualquer contaminação. Ele conceitua essa preocupação exagerada em torno da língua como uma espécie de línguo-racismo, que vê a língua como um sistema estável, homogêneo.

Fittipaldi, em seu ensaio “Lingüistas brasileiros para a democracia: por uma lingüística e uma universidade nacionais e ‘Locais, de resistência civil’”, mostra sua satisfação com o momento histórico que vive a lingüística, conseqüentemente, os lingüistas. Isso porque, no ano de 1999, com a lei de Rebelo, iniciou-se no plenário da Câmara Federal toda uma discussão em torno do idioma português brasileiro. Para ela, esse debate mostra que a lingüística brasileira começa a dar sinais de estar se abrindo para ouvir a sociedade brasileira, ou ainda mais importante, abre um debate interno, da própria lingüística brasileira consigo mesma. Para Caia, a discussão parlamentar é a via mais democrática que a humanidade construiu, até nos dias de hoje, para discussões sociais. Sua satisfação com o momento que vive a Lingüística é evidenciada nesta afirmação:

Por um desses caminhos históricos que só a história constrói e só ‘dá certo’ em sociedades democráticas vivas – parece que estamos todos – lingüistas, cidadãos e deputados (e ministro!) democráticos – elegante e civilizadamente, na história da história da Língua Portuguesa, no Brasil em 2004 (FITTIPALDI, 2004, p. 65).

Depois de Caia, temos Faraco com seu artigo “Lingüistas e senso comum: ainda há espaço para a racionalidade científica?” Nele, o autor questiona algumas observações de Rajagopalan em relação à postura científica dos lingüistas perante a língua, já que a lingüística é considerada uma ciência e, para ele, essa é uma atitude bastante racional. O autor ainda pergunta, a Rajagopalan, se os lingüistas deveriam reiterar masoquistamente o senso comum e abandonar, cientificamente, a racionalidade científica. Para Faraco, isso seria algo bastante difícil:

Mesmo tendo de conviver com o caráter provisório das ‘verdades’ científicas, ainda prefiro pôr minhas fichas em asserções que se apresentem sustentadas em demonstrações lógicas e empíricas a me submeter a asserções dogmáticas, a opiniões não sustentadas ou a ‘histeria de massas’ (FARACO, 2004, p. 68).

O trabalho de Gouveia, em seu ensaio “Não se pode mudar a língua, mude-se o país”, mostra uma posição clara ao projeto de Rebelo, dizendo que, se o uso de estrangeirismo no idioma português é notório e ultrapassa o limite do razoável, não há nada que, relativamente à língua, possa ser feito para modificar essa situação. É à sociedade brasileira que cabe o papel de evitar que se tenha a necessidade do uso de tantas palavras da língua inglesa no idioma português. Ele acredita que o chauvinismo lingüístico não decorre de questões lingüísticas, mas sim de questões culturais.

Enric Giménez, com seu artigo “Lingüística Crítica” VS. “Lingüística Midiática”, questiona o fato de até que ponto os falantes estão predispostos a renunciar às suas opiniões estereotipadas, aceitando a opinião dos lingüistas. Até que ponto os políticos estão dispostos a deixar de explorar questões lingüísticas, como o que nos interessa neste momento, o uso de estrangeirismos, para se autopromoverem, tornando-se ainda mais populares ao unirem suas

opiniões com as dos muitos brasileiros que entraram nessa luta contra a suposta “invasão” dos estrangeirismos, por exemplo.

Silva, em seu ensaio “As três leis de Nixon”, faz um questionamento sobre a postura dos lingüistas em relação aos leigos no conhecimento da língua, bem como a relação entre eles mesmos. Ele fala da hegemonia do autonomismo existente entre lingüistas, estabelecida, em geral, apenas no debate público sobre a linguagem, mas certamente não no debate interno da lingüística. Sendo assim, é reprimida a heterogeneidade antropológica do país sob o manto de uma suposta identidade homogênea.

Capucho, em “Línguas e identidades culturais”, nos diz que, enquanto cidadã e enquanto lingüista, não se preocupa, de maneira alguma, com a preservação da dita pureza lingüística das nossas línguas e com a necessidade de defendê-la contra o ataque maciço de lexemas vindos de fora. Para ela, tal como as pessoas, uma língua cresce e se desenvolve com as contribuições que recebe do exterior, e que integra na sua própria natureza, de uma forma harmônica e coerente com a sua estrutura. Filomena analisa que os empréstimos, se convenientemente adaptados à fonologia e à ortografia, são elementos enriquecedores de uma língua, na medida em que lhe permitem referir. O que verdadeiramente a preocupa com a invasão anglófona é o conseqüente desprezo pela diversidade lingüística e cultural, é a homogeneização medíocre do pensamento, é a importação sutil de um espírito e de valores conotados com uma certa cultura americana.

O trabalho seguinte é o artigo de George Braine “O papel do inglês na educação de 3º grau em Hong Kong”. Nele, o autor faz referência a um problema que acontece em Hong Kong, lugar onde vive e trabalha como professor. Ele fala do contraste que há entre, por um lado, o uso real do inglês nas universidades de Hong Kong e, por outro, o importante papel arrogado a essa mesma língua pelas políticas lingüísticas oficiais que normatizam a edu-

cação superior. A aparente despreocupação dos lingüistas com a promoção de políticas lingüísticas mais sensíveis para operar com a questão também o faz inquietar-se. O autor justifica a importância dada à língua inglesa no seu país com maior parte das publicações em várias disciplinas acadêmicas sendo escrita em inglês. Para Braine, é importante que se estabeleça uma política lingüística mais realista nas universidades de Hong Kong. Ele acredita que seria mais útil permitir que a necessidade e a prática determinassem que línguas usar, não insistir na falsa idéia de que o inglês é o meio de instrução.

Inês Signorini, em seu ensaio “Nem ‘Patriotas’ e nem ‘Científicos’ à Moda Antiga” fala da intenção de Rajagopalan em fazer uma reavaliação do papel da lingüística sobre linguagem humana, bem como o desempenho por parte dos lingüistas ao lidarem com esse assunto. Com o objetivo de contribuir para que tal proposta não se reduza a algo pouco produtivo, a autora apresenta algumas idéias que considera fundamentais, que não foram feitas diretamente por Rajagopalan.

Signorini nos diz que projeto de Rebelo é um gesto político que escapa do âmbito do lingüístico propriamente dito. No entanto, por seus equívocos, esse projeto de lei tende a ser avaliado por boa parte dos lingüistas, estabelecendo-se, assim, um debate público entre os defensores de uma Língua Portuguesa única, igual e transparente para todos seus falantes.

James Milroy em “O lingüista e as atitudes públicas frente à linguagem”, destaca que a visão dos lingüistas sobre a natureza da linguagem é bem distinta da visão daqueles que não são especializados nesse assunto, os ditos “leigos”. De modo geral, os primeiros percebem a linguagem como um fenômeno mental, adquirido naturalmente na infância, sem nenhuma instrução explícita a ser seguida. Apenas esses, interessados nos aspectos sociopolíticos da linguagem, estariam habilitados a acrescentarem algumas asserções mais elaboradas,

entre elas, o fato de que as línguas são entidades altamente variáveis, que apresentam limites instáveis.

A visão dos segundos, os leigos, é bastante diferente dessa. Para eles, a língua é uma identidade cultural, e não um fenômeno mental, consideram-na estável, fixa e uniforme, não sendo, assim, propriedade de todos os seus falantes nativos. Ela não existe primeiramente na mente das pessoas, mas sim em algum lugar externo aos falantes, sendo utilizada por eles para fins comunicativos.

Milroy acredita que os lingüistas têm o direito de teorizar sobre a linguagem, analisando-a independentemente da sociedade, têm ainda o direito de dizer que seus métodos são científicos. No entanto, os mesmos devem começar por apreciar e respeitar o ponto de vistas dos leigos sobre a língua, levar em consideração seus comentários sobre o tema.

John Robert Schmitz em “Legislação contra estrangeirismos no português brasileiro?”, primeiramente faz um breve relato sobre a história de colonização do Brasil. Segundo ele, o Brasil é um país privilegiado pelo contato entre diferentes nacionalidades, pela interação entre diversas raças. Em seguida, Schmitz faz uma reflexão sobre a complexidade das idéias, atitudes e crenças mantidas por diferentes pessoas a respeito do projeto de Aldo Rebelo. Ele afirma que as atitudes chauvinistas e xenófobas (sentimentos de ódio e medo de estrangeiros) estão presentes nos quatro cantos do mundo, e que essas atitudes são o reflexo de uma causa em especial. Com relação aos estrangeirismos, a objeção de certos brasileiros no que diz respeito, em primeiro lugar, à presença de vocábulos e expressões do inglês norte-americano no português brasileiro e, em segundo lugar, à possibilidade da norteamericanização da cultura brasileira, mostram uma postura de receio e insegurança com relação ao outro. O autor cita um exemplo: “Em certos casos, os que ficam revoltados com a in-

justiça social e desigualdade no Brasil culpam a globalização e a política econômica norte-americana pelos problemas sociais e econômicos brasileiros” (p. 103).

John Robert Schmitz também comenta que, mesmo Rebelo não levando em consideração os conhecimentos advindos da lingüística, seu projeto tem como lado bastante positivo o fato de ter provocado a participação da sociedade como um todo, lingüistas e não-lingüistas em torno do tema.

O seguinte artigo é o de José Luiz Fiorin, “Vox Populi, Vox Dei?” Nele, o autor reconhece a importância de ambas as partes, dos lingüistas e não-lingüistas, numa discussão tão complexa como a da linguagem. Ao mesmo tempo, ele nos diz que os lingüistas perdem muito de sua credibilidade em não ouvirem a opinião desses últimos.

Fiorin diz que é preciso observar a linguagem em sua dimensão social, levando em conta que as situações de comunicação são diversas e que cada uma delas exige um determinado padrão lingüístico. Em outras palavras, a norma ajustada a uma circunstância é discordante de outra. “A variedade de circunstâncias de comunicação não é um fato das sociedades de classe, mas é inerente à diversidade dos fazeres práticos e simbólicos em que os homens se engajam” (p. 108). Ele atribui o fato de os lingüistas ficarem falando sozinhos à atitude de negarem essa realidade histórica, bem como acreditarem que não é preciso ensinar a chamada norma culta.

Também, segundo Fiorin, o descaso por parte dos estudiosos da linguagem ao problema dos diferentes usos e, em conseqüência, das normas, abriu espaço para o surgimento de todo o tipo de sorte de “defensores” da língua, que arrogam a si mesmos o direito de dizer o que os cidadãos podem ou não proferir em sua língua materna (p. 108). Por fim, ele diz:

O povo nem é completamente ignorante, nem detentor supremo da verdade. Cabe aos lingüistas, tendo bem presente que a linguagem é um fenômeno social e que isso tem pesadas conseqüências ideológicas e políticas, desmascarar o preconceito, lutar

contra as formas de opressão que encontram sua justificativa na linguagem. Essa luta não é científica, mas política. No entanto, a política pode perfeitamente encontrar suas razões na ciência (FIORIN, 2004, p. 110).

Scliar-Cabral, em seu ensaio “Quem fala, como fala e para quem sobre política”, nos diz que a reflexão sobre as línguas deveria ser feita por uma ciência interdisciplinar, denominada Sociolingüística, não por qualquer pessoa que fala e escreve o português, segundo ele, em geral mal. Ela condena essas pessoas que se julgam no direito não só de opinar, como também de legislar sobre um tema tão complexo quanto a linguagem humana.

Essa mesma autora também faz uma crítica ao projeto de Rebelo ao dizer que as medidas sugeridas pelo deputado são completamente inúteis por dois motivos: a circulação das palavras estrangeiras não pode ser controlada por decreto; e também por revelarem a ignorância do leigo sobre a matéria. A autora ainda complementa sua crítica dizendo que:

Mais importante que se preocupar com ufanismos ou purismos que nos reportam a ideologias totalitárias, como sugere o título do seminário de Rebelo, é garantir ao povo brasileiro o acesso à informação e à cidadania, isto é, ao pensamento crítico através do domínio da leitura (SCLIAR-CABRAL, 2004, p. 113).

Luiz Paulo da Moita Lopes, “O que os lingüistas têm a ver com o movimento do ‘só português’ e com a língua do Império?”, comenta o modo como muitos lingüistas brasileiros estão enfrentando as problemáticas relativas à linguagem. Uma de suas preocupações reside na pretensão reinante entre muitos dos pesquisadores da língua de pensar que a lingüística tem as respostas para todas as questões referentes à linguagem. Ele concorda com Rajagopalan quando este diz que modelos ou visões de linguagem que pretendem dar conta de questões que atravessam a vida social têm que considerar o que pensam aqueles que vivem as práticas sociais, ou seja, é preciso ouvir o que os não-lingüistas têm a falar sobre o assunto linguagem. No entanto, ele também acredita, que para se produzir conhecimento que dialogue com o mundo social, é necessário que se trabalhe com base em certos pressupostos epistemológicos.

Lopes também enfoca que, para dar conta da complexidade dos problemas que rodeiam o mecanismo linguagem, outras áreas de estudo também precisam ser envolvidas nesse assunto, o que ele chama de interdisciplinariedade.

O próximo artigo é de Celani, ‘Chauvinismo lingüístico’, em que a autora, professora de língua estrangeira, faz algumas considerações a respeito dos danos que o chauvinismo lingüístico pode causar se estiver direcionando políticas de ensino. Ela nos fala do que pensam aqueles que não são especialistas no assunto linguagem sobre a “invasão” de palavras estrangeiras no idioma português, de maneira especial dos simpatizantes do projeto de Aldo Rebelo.

Sua posição reafirma-se:

Abordo particularmente a questão do ponto de vista da professora de língua estrangeira que firmemente acredita no papel desse ensino como componente indispensável na formação integral dos indivíduos, mais do que nunca na nova ordem mundial. E, particularmente, do ponto de vista da professora de inglês, o que me obrigará necessariamente a levar em conta a posição hegemônica dessa língua nesse momento da história. [. . .]. A aprendizagem de uma língua faz parte de uma educação intercultural visando à promoção do entendimento entre as pessoas (CELANI, 2004, p. 121).

Ela enfatiza, ainda, duas coisas em seu discurso. Primeiro: como é possível explicar a importância de se estudar outras línguas além da materna, se elas são vistas pelos que fazem as leis no país como algo ruim, que deve ser combatido. Nesse caso em especial, Celani se refere à língua inglesa; segundo: essa atitude autoritária de impor o modo “ideal” de se comunicar, expressa no projeto, fere o respeito aos direitos universais humanos, aí incluídos os direitos lingüísticos do usuário da língua.

A autora termina seu trabalho dizendo:

Concluo, também, afirmando que a naturalização de palavras estrangeiras (somente inglesas?) no português do Brasil não derrubará a República. Só poderá beneficiar os brasileiros. Mas, para que isso aconteça é necessário que se propicie o desenvolvimento de uma consciência crítica nos educadores em geral e nos professores de língua inglesa em particular. Isso terá reflexos na educação de cidadãos conscientes, de

mente aberta, atuantes nos fascinante mundo que nos espera (CELANI, 2004, p. 124).

Niu Quiang e Martin Wolff, no artigo “Fracassos lingüísticos”, fazem referência à inegável contribuição do inglês como língua internacional, e o efeito dessa contribuição no mundo é a destruição fundamental dos costumes étnicos singulares, da estrutura social e da cultura (p. 125). Não há como separar, dessa maneira, língua e cultura, relação que é sociolingüística por natureza.

No decorrer de seus discursos, os autores também afirmam:

É certo dizer que a questão da língua(gem) não deva ser tratada apenas como um tema puramente lingüístico, mas sim como uma força dinâmica potencial que pode operar sobre vários fatores sociais e políticos e assim levar a dramáticas transformações sociais. A planificação da língua deve ser seriamente considerada pelos formuladores de política [. . .]. Uma língua nacional é mais do que apenas a língua do governo ou da educação; ela é o símbolo da identidade de um povo e sua cidadania (QUIANG e WOLFF, 2004, p. 129).

Paul Chilton, em “Podem os lingüistas deixar de conter ‘invasões’?”, comenta que as mudanças lingüísticas são processos naturais e universais. Ele defende que os estrangeirismos não são prejudiciais ao idioma português, pois só afetam o léxico da língua, não a sua estrutura. Ainda nos diz que, “desde que se reconheça que a fala, assim como outras formas de comportamento humano, está sujeita ao controle político, a questão abordada mostra-se claramente política, em vez de propriamente lingüística (p. 133)”.

Ainda com relação ao uso de estrangeirismo no idioma português, Chilton afirma que não existe invasão lingüística, pois são os próprios brasileiros que se apropriam de vocabulários estrangeiros para usar em seu idioma; o que descaracteriza o termo invasão, invocando-se, assim, o termo apropriação.

Finalizando seu artigo, Paul Chilton responde à pergunta: O que os lingüistas podem fazer?

[. . .] tornar-se entusiastas da variedade padrão da língua promovida pelo estado do qual são cidadãos ou súditos. [. . .]. Se, ao contrário, os lingüistas se consideram cientistas interessados no melhor modelo teórico para a análise de sentenças, o processamento do discurso ou coisa que o valha, eles devem seguir em frente nessa trilha (CHILTON, 2004, pp. 134-135).

Pedro M. Garcez, em “Os lingüistas que não ficam na mão”, fala da participação positiva de lingüistas na discussão do projeto de Rebelo e nos lembra que a primeira versão desse projeto foi efetivamente discutido, criticado e, conseqüentemente, substituído na Comissão de Educação do Senado Federal. Garcez também reforça a participação desses mesmos lingüistas e suas tentativas bem-sucedidas de levar ao grande público as suas posições com relação ao tema linguagem.

Ao fazer comentários em defesa de seus colegas, Garcez fala, ao mesmo tempo, de sua posição contrária a alguns argumentos de Rajagopalan, em seu artigo “A lingüística que nos deixou na mão”, bem como aponta fatos que são pertinentes ao exame de consciência por parte de lingüistas em um assunto tão complexo.

Robert Phillipson, em seu ensaio “Precisa-se de lingüistas nacionalmente responsáveis”, enfatiza que está de acordo com Rajagopalan quando este diz que os lingüistas devem se relacionar ética e politicamente com a importante questão da política lingüística nacional. Ao falar da possível “invasão” que as línguas estão sofrendo, não só a Língua Portuguesa, ainda destaca:

O que vários países estão vivenciando é uma grande mudança no uso da língua: não meramente uma invasão de vocabulário, mas toda uma nova divisão diglósica do trabalho que emerge nos negócios, na mídia, na ciência e na vida política e pública. [. . .]. Medidas defensivas correm o risco de se dirigir aos sintomas, e não às causas, já que a autonomia lingüística é uma noção que pertence ao passado, tanto quanto a idéia de autonomia econômica. (PHILLIPSON, 2004, p. 142).

Robert Phillipson termina o artigo falando de uma relação de cooperação que deveria existir entre a lingüística e a política: “A construção de pontes seguras entre intelectuais e políticos é um desafio urgente. Um diálogo bem-sucedido pressupõe que cada uma das par-

tes entenda quais são as questões vitais. Para tanto, ambos os lados ainda necessitam trabalhar muito (p. 144).

No entanto, assim como outros lingüistas vêm falando sobre a relação entre lingüistas e políticos, ele diz que estes preferem as suas próprias opiniões e escolhas, não achando importante recorrer àqueles.

Ruth Wodak, em seu artigo “Políticas lingüísticas Européias”, inicia o discurso falando um pouco sobre a história lingüística da Europa. Ela diz que esta possui uma “cultura” determinada por muitas culturas. Em seguida, Ruth elabora questões sobre políticas lingüísticas européias e, ao falar do multilingüismo, defende a aquisição de várias línguas e da construção de interculturais discursivas nas interações cotidianas entre as pessoas. Ruth nos diz que: “[. . .] os conceitos de monolingüismo e de homogeneidade estão presos a certas atitudes nacionalistas e até mesmo chauvinistas, a estereótipos e a preconceitos relacionados a ‘pertencer’ ou ‘não pertencer’ a determinado grupo humano (p. 150) ”.

Seu discurso sobre a posição de alguns políticos frente ao uso de estrangeirismo no idioma português, evidencia uma opinião sobre esses representantes do povo:

Muita ansiedade e um grande número de atitudes xenófobas circulam por aí e são reproduzidas por certos partidos (na sua maioria da direita populista). Na verbalização dessa ansiedade e dessa xenofobia, utilizam-se mecanismos teóricos muito antigos: a falácia do espantalho, em cujos termos argumentos muito exagerados são mobilizados e podem, por isso, ser facilmente refutados. Uma mudança de configuração seria necessária para convencer as pessoas de que muitos desses argumentos estão errados ou são baseados em números e fatos parciais; as pessoas têm que entender que a diversidade não é um conceito novo, mas que ela é característica de todos os estados europeus há décadas ou séculos! (WODAK, 2004, pp. 150-151).

Em seguida, temos o artigo de Santosh Kumar Sareen, “Uma ou mais bandeiras: O caso do inglês na Índia”. Nele, o autor diz que muito do que foi afirmado e descrito por Rajagopalan sobre o uso do inglês no Brasil seria verdadeiro para a Índia. No entanto, na Índia

dia, o inglês é tido como uma língua oficial associada. O autor também fala da performance de Aldo Rebelo, comparando-a com algo que aconteceu em seu país:

À semelhança de Aldo Rebelo no Brasil, Mulayam Singh Yadav, há cerca de uma década, por motivos de conveniência política, propagou teses similares na Índia, com a única diferença de que, no contexto indiano, propôs-se o hindi como língua nacional e defendeu-se a exclusão do inglês. [. . .]. O fato é de que as línguas têm sido exploradas, nos tempos modernos, por políticos em busca de dividendos eleitorais, e isso é um fenômeno universal. Na Índia, a própria formação dos estados com base nas diversas línguas tem sido a fonte de muitos conflitos e problemas (SARE-EN, 2004, pp. 153-154).

Sírio Possenti em seu artigo “Para dizer o quê?”, reafirma sua idéia de que as línguas se misturam à política de muitas maneiras. Ele está de pleno acordo sobre a necessidade de considerar a língua uma questão política. Possenti, declara que os lingüistas deveriam comunicar melhor o que descobrem em suas análises e fazer política com suas descobertas. Nesse sentido, dedica-se, de modo bastante genérico, a breves observações críticas sobre três tópicos:

a) a questão do exame de consciência: faz referência ao fato de que os lingüistas poderiam mudar o destino dos campos do saber em que trabalham à base de consciência dos problemas ou dos erros;

b) a questão da comunicação: os lingüistas não se comunicam entre si como deveriam;

c) a lingüística nos deixou na mão.

Para Possenti:

[. . .] fazer política lingüística significa, entre outras coisas, não fazer mais análises ‘estruturais’, mas tratar das línguas como problema público, simbólico, em suma, político. Por mim, nada contra incluir o público, o simbólico, o político e o popular na análise das línguas. Mas considero um grave equívoco excluir o ‘científico’ [. . .] (POSSENTI, 2004, p. 159).

A exposição-síntese de todos esses textos mostra como o Projeto de Rebelo foi recebido pelo círculo dos lingüistas e como serviu de desculpa para discussões relevantes em torno da linguagem como um todo, e não só da língua em si.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 SOCIOLINGÜÍSTICA

A Sociolingüística é o ramo da ciência da linguagem que se dedica à análise e à abordagem dos fatores que influem na execução da língua numa determinada comunidade, ou seja, ela estuda a variação lingüística, procurando examinar as relações que se estabelecem entre as estruturas sociais e o funcionamento do código lingüístico para, assim, localizar as fontes das mutações.

Os sociolingüistas variacionistas coletam dados de falantes de certas comunidades, separando-os de acordo com o sexo, idade e nível sociocultural. Feito isso, descrevem as regras variáveis do sistema lingüístico, a partir de fatores lingüísticos e extralingüísticos. Nessa perspectiva, a Sociolingüística surgiu para mostrar que os “erros”, na fala cotidiana, não passam de um mito, sem base em dados reais. Qualquer enunciado inteligível reúne condições de ser descrito, não passando de mera diferença dialetal o que, muitas vezes, julga-se como uma frase incompreensível.

Segundo Camacho, o papel da Sociolingüística é focar a diversidade, que já é inerente aos sistemas lingüísticos, em suas determinações lingüísticas e não-lingüísticas. Ela

“trata da estrutura e da evolução da linguagem encaixando-a no contexto social da comunidade” (Mussalim e Bentes, 2001, p. 56).

Labov (1983), criador da Teoria da Variação e Mudança Lingüística, cuja abordagem busca estabelecer correlações entre grupos sociais e variedades de uso lingüístico, bem como captar nas bases sociais a direção da mudança, afirma que, nos diversos estudos empíricos que realizou, a grande maioria dos enunciados é constituída de frases corretamente bem formadas segundo todos os critérios. Desse modo, em termos sociolingüísticos e também lingüísticos, a possibilidade de que alguém produza uma sentença agramatical¹⁰ é quase inexistente.

Essa perspectiva, inaugurada por Labov, tentou superar o idealismo homogeneizante da Lingüística contemporânea, mostrando que não há fronteira nítida entre o sistema lingüístico e o seu uso, e que tudo que se tem como objeto de estudos é a manifestação da linguagem no contexto social, especialmente, em situações informais de fala.

A Sociolingüística aboliu preconceitos ao considerar que a heterogeneidade é inerente à linguagem e ao afirmar que todas as línguas e variedades de uma língua são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam; e que nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas na percepção e na produção de enunciados.

Conforme Alkmim (2001, p. 31), “a sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”. A autora ainda pontua que

[. . .] uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de

¹⁰ São sentenças que não são produzidas de acordo com o sistema da língua. Não existem empiricamente. São construídas hipoteticamente pelo pesquisador. São frases como: Com ficaram vencedores os felizes prêmio o.

redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras (ALKMIM, 2001, p. 31).

As condições de variação são fonológicas ou sonoras e não estão sujeitas ao acaso, acham-se marcadas por motivações emanadas do próprio sistema lingüístico. Essas motivações impedem que essa correlação se estabeleça de modo absoluto no uso real.

Esta pesquisa se insere nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolingüística, pautados na Teoria da Variação e Mudança Lingüística segundo a perspectiva de William Labov, cuja tônica é estabelecer correlações entre grupos sociais e variedades de uso lingüístico, bem como captar, nas bases sociais, a direção das variedades no uso da língua.

3.1.1 ÁREAS DE INTERESSE DA SOCIOLINGÜÍSTICA

De acordo com Mollica (2003, p. 9), as línguas são homogêneas porque elas apresentam um dinamismo inerente. Encontram-se, assim, formas diferentes que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico do domínio pragmático-discursivo.

O contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção lingüística, multilingüismo, variação e mudança são áreas de interesse desse campo do conhecimento. Por ser uma, entre as diversas variações existentes no nosso idioma, o estudo do estrangeirismo se constitui um dos interesses da Sociolingüística.

3.1.2 TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

As línguas mudam com o passar dos anos, pois não constituem realidades estáticas, sua estrutura se altera de modo continuado. Os que pensam o contrário costumam afirmar que isso leva a língua à decadência, mas, na verdade, nenhuma língua decai, ela apenas muda. José Fiorin destaca da seguinte maneira essa realidade:

Todas as línguas apresentam variantes: o inglês, o alemão, o francês etc. Também as línguas antigas tinham variações. O português e outras línguas românicas provêm de uma variedade do latim, o chamado latim vulgar, muito diferente do latim culto. Além disso, as línguas mudam. O português moderno é muito distinto do português clássico. Se fôssemos aceitar a ideia de estaticidade das línguas, deveríamos dizer que o português inteiro é um erro e, portanto, deveríamos voltar a falar o latim. Ademais, se o português advém do latim vulgar, poder-se-ia afirmar que ele está todo errado (FIORIN, 2001, p. 113).

Embora ocorram gradualmente, as variações lingüísticas acontecem de forma lenta e afetam sempre partes, e não o todo da língua. Segundo Mollica (2003, p. 13), essas variações não agem isoladamente, elas são muitas e agem simultaneamente, além de terem natureza diversa. Podem apresentar, ainda, variáveis internas (fatores fono-morfo-sintáticos, semânticos, discursivos e lexicais) e externas (fatores inerentes ao indivíduo: sexo, idade, etnia), os sócio-geográficos (região, escolarização, classe social, profissão) e os contextuais (grau de formalidade e tensão discursiva).

Devemos ter claro que nem toda variação lingüística na estrutura da língua compromete mudança, no entanto toda mudança pressupõe variabilidade. Segundo Monteiro (2000, p. 63), é fácil perceber que a língua apresenta esse processo contínuo de mudanças, porém o difícil é saber como e por que elas ocorrem, e as razões de elas atuarem num sentido e não em outro.

O estudo científico da história das línguas nos mostra que a instauração das inovações é feita, essencialmente, pelas novas gerações e pelos grupos socioeconômicos intermediários. Se compararmos o português falado hoje na maioria das regiões brasileiras por pessoas de gerações distintas, observaremos, por exemplo, na fala dos mais jovens, o uso bastante freqüente de gírias: “E aí mano, qual é a parada?”.

Da mesma maneira, se compararmos a fala de grupos sociais diferentes, a classe média alta e a classe média baixa, verificaremos que a ocorrência da marca de plural (-s) nos elementos de locuções substantivas como “as crianças pobres” é bem mais comum entre fa-

lantes da classe média alta. Entre os falantes da classe média baixa, é mais freqüente marcar morfológicamente apenas o primeiro elemento: “as criança pobre”. Sendo assim, tanto a diferença entre a fala de gerações distintas, quanto o contraste entre a fala de grupos socioeconômicos diferenciados, isso em uma mesma época, podem ser sinais de processos de variação lingüística.

Segundo Faraco (1991, p. 17), é perceptível, também, que a variação lingüística esteja envolvida por um complexo jogo de valores sociais que podem bloquear, retardar ou acelerar a expansão de uma para outra variedade da língua.

Como mais uma contribuição nesse sentido, Labov 1983 (*apud* Monteiro, 2000, p. 110) diz que a mudança lingüística se divide em três estágios:

- a) origem da variação: considerada uma das várias mudanças possíveis, cujo uso limita-se a um pequeno grupo de falantes;
- b) propagação: um percentual maior de falantes opta por uma determinada variante, que assim começa a consolidar-se em contraste com a forma antiga;
- c) realização completa: estabelece-se a regularização através da eliminação das variáveis que estavam em competição com a nova forma.

É importante destacarmos, ainda, que os grupos que iniciam os processos de mudança têm geralmente baixo prestígio social. Por isso, a reação dos falantes ao novo – em especial dos grupos socioeconômicos privilegiados – é negativa. Eles crêm que as inovações são erradas, incorretas, feias. Segundo Faraco (1991, p. 16), “trata-se, na verdade, de juízos de valores que nada têm a ver com a forma em si – que, de um ponto de vista estritamente lingüístico, é tão boa quanto qualquer outra – mas com as peculiaridades das relações sociais”.

Em nossa sociedade, a escolha de determinados padrões lingüísticos é realçada numa comunidade em prejuízo de outras, ou seja, enquanto alguns usos da língua são admitidos como “corretos”, outros são considerados “errados”. Palavra obscena, gíria, linguagem vulgar, vocábulo grosseiro e outras denominações servem para distinguir certas variações socioculturais do léxico de uma língua, ou para rotular pessoas.

Segundo Monteiro (2000, pp. 66-67), a fala de alguém, por si só, identifica o grupo social ao qual pertence, de tal forma que, se determinado traço é próprio de um grupo inferiorizado, com certeza, seu falante será mal visto e, até mesmo, estigmatizado. E, como não é possível dissociar a linguagem do indivíduo enquanto ser social, o fato de ser diferente a fala das pessoas das classes baixas motiva um dos mais fortes preconceitos cultivados pela sociedade: o preconceito lingüístico. É um preconceito tão assumido que, nos mais variados contextos, confirma-se na aversão ou na repulsa dos que tiveram acesso a um certo nível de escolaridade face ao modo de falar das pessoas consideradas incultas.

A própria comunidade se encarrega de eleger as variações de maior prestígio que constituiriam a linguagem padrão e as de menor prestígio, ou subpadrão lingüístico. Muitas vezes, o professor de português se contenta em cumprir o dever professoral de corrigir os “erros” dos alunos, impondo-lhes as formas “corretas” da gramática normativa. O professor não deve esquecer que as variedades da língua são valores positivos e

[. . .] não será negando-as, perseguindo-as, humilhando quem as usa, que se fará um trabalho produtivo no ensino. Nem se mudarão em nada esses usos de níveis culturalmente inferiores, como alguns equivocadamente pensam. Cada falante fala como sabe e consegue falar, não como ele ou outros desejariam que falasse (LUFT, 1994, p. 69).

Para a Lingüística, não existem erros e acertos, nenhuma forma ou estrutura lhe parece melhor ou pior do que a outra, nada lhe soa mal ou bem aos ouvidos, a linguagem popular é tão correta quanto a culta. Todas as variedades de uma língua são estruturas comple-

xas e adequadas para as necessidades de expressão de seus falantes. E, sendo assim, qualquer julgamento de valor concernente à correção e à pureza da linguagem é de natureza social, e não intrinsecamente lingüística. O que se avalia como um erro de linguagem se deve, muitas vezes, a uma associação com falantes de classes desprivilegiadas ou de grupos de baixo nível social. As variedades não são erros, mas diferenças.

Isso se dá, em parte, porque, segundo Monteiro (1998, p. 32),

[. . .] a idéia de que existem formas lingüísticas corretas e, logicamente, formas erradas, parece ser tão antiga quanto as primeiras reflexões sobre a linguagem humana. Tal idéia constitui a razão de ser de um tipo de gramática denominada de prescritiva ou normativa, que privilegiou o uso escrito da língua e passou a considerar erro tudo o que não fosse abonado pelos grandes escritores do passado (MONTEIRO, 1998, p. 32).

Essa visão, com todas as conseqüências discriminatórias que acarreta, chegou até nós, gerando um duplo mal-estar na sociedade: o das pessoas que não aceitam a fala que se desvia da norma culta e o das que se sentem inferiorizadas por não falarem como a elite dominante.

Percebemos, então, que há um esforço institucionalizado no sentido de uniformizar a língua, não raro com tentativas de erradicação dos falares populares. Ao cultuar-se o conservadorismo lingüístico, quando se sabe que a língua necessariamente acompanha a evolução dos padrões sociais e, portanto, sujeita a mudanças em todos os seus níveis estruturais, luta-se, em plena era da globalização, por um purismo ingênuo e incapaz de conter mudança. É o que pensa Castilho (1992, p. 247) em: “as línguas variam em razão de condicionamentos situacionais que afetam os falantes, tais como o momento histórico em que se acham, o espaço geográfico, sociocultural e temático em que se movem, e o canal lingüístico que escolhem para comunicar-se”.

Segundo Possenti (2003, p. 35), não se sabe de nenhuma língua que seja uniformemente falada por velhos e jovens, homens e mulheres, pessoas mais e menos cultas, em qualquer circunstância. Isso faz com que a língua seja um objeto complexo pela extrema dificuldade em se fixar o limite entre o que é e o que não é permitido.

3. 1. 2. 1 Os cinco problemas da mudança lingüística

Partimos do princípio de que o sistema lingüístico é heterogêneo, ou seja, toda língua natural passa pelo processo de variação e/ou mudança lingüística. No entanto, não podemos deixar de enfatizar que nem sempre que há variação há mudança, mas se há mudança é porque há variação.

De acordo com a proposta estabelecida pela Sociolingüística para resolver a questão da mudança lingüística, destacaremos, a seguir, os clássicos cinco problemas, que foram reunidos em sua totalidade e sistematizados de início por Weinreich, Labov e Herzog, com as seguintes denominações: o problema das restrições, o problema da transição, o problema do encaixamento, o problema da avaliação e o problema da implementação (Lucchesi, 2004: p. 173). Vejamos:

- o problema da restrição: remete ao fato de se definir quais as condições que favorecem ou restringem as mudanças, e, conseqüentemente, qual o conjunto das mudanças possíveis. De acordo com Lucchesi (2004, p. 173), as respostas para essas perguntas conduzem a uma tipologia das mudanças, que são associadas a uma relação de tendências gerais, observadas nos processos de mudança. Por outro lado, a questão das restrições nos mostra que as mudanças lingüísticas são processos naturais e universais, que seguem princípios gerais, ou mesmo universais, ou seja, há mudanças, mas com restrições. Há, por exemplo, restrições no uso do estrangeirismo *brother*, utilizado, de acordo com o resultado de nossa pesquisa, por jovens do sexo masculino, e de classe social média ou média alta, e em ambiente informal.

- o problema da transição: é o estudo do percurso através do qual cada mudança se realiza. Sabemos que as mudanças que aconteceram no decorrer da história da Língua Portuguesa tiveram um percurso que foi seguido até ocorrer a mudança de fato. Vejamos o exemplo da palavra *stress* (inglês) que evoluiu para estresse (português), visto que o idioma português não aceita o fato de uma palavra ser iniciada por uma consoante desacompanhada de vogal.

- o problema do encaixamento: este problema nos mostra que uma mudança lingüística só poderá ser compreendida, considerando-se a sua inserção no sistema lingüístico que ela afeta (Lucchesi, 2004: p. 175). Lucchesi enfatiza:

O problema é resolver as questões sobre a natureza e extensão do encaixamento. As questões sobre a natureza do encaixamento referem-se ao modo de conceber a mudança dentro da estrutura lingüística, e, conseqüentemente, ao modo de conceber a própria estrutura lingüística (LUCCHESI, 2004, p. 175).

Pelo que vimos em nosso *corpus*, o uso de estrangeirismos está intimamente ligado à idéia de encaixamento. O estrangeirismo *brother*, por exemplo, se encaixa, principalmente, como já dito anteriormente, com o mundo dos jovens de classe mais privilegiada e em ambientes informais de fala.

- o problema da avaliação: avalia o papel do indivíduo frente à mudança e frente à própria língua. Ela mostra a capacidade do indivíduo de fazer sua apreciação ou depreciação perante as mudanças que ocorrem na sua própria língua. Há coisas que podem ser ditas apenas em determinadas situações, o uso do estrangeirismo *brother*, por exemplo, aparece geralmente em ambiente informal de fala; entre faixa etária jovem e situação econômica privilegiada. A língua está em processo contínuo de avaliação por seus próprios falantes.

- o problema da implementação: é o que determina se a variação lingüística passará desse estágio para uma mudança lingüística, é através desse mecanismo que se determina

se uma variação se firma ou não. Tomemos o exemplo do estrangeirismo *fast food*, a maioria das pessoas não saem de casa dizendo que irão comer num restaurante de comida rápida, mas sim, num restaurante *fast food*.

Em Lucchesi (2004, p. 173), podemos ler que é através da consideração desses cinco problemas que se torna possível reconhecer os pontos em que a explicação sociolingüística da mudança supera a explicação estrutural-funcionalista, e, também, como as características desta se perpetuam naquela.

4 METODOLOGIA

Esta parte do trabalho trata da descrição dos procedimentos metodológicos adotados na análise e discussão dos dados, a partir do controle dos grupos de fatores ou variáveis (lingüísticas e extralingüísticas), em duas etapas de análise: na primeira etapa, a quantificação, a descrição e a análise de estrangeirismos em textos orais de 16 personagens de “Malhação”. Na segunda etapa, a quantificação, a descrição e a análise da categoria gramatical em que acontece o maior número de ocorrência de estrangeirismos na função sintática de vocativo¹¹ em 2 personagens.

Constitui-se um trabalho que se insere no Grupo de Pesquisa Análise do Discurso Ensino e Pesquisa (GADIPE) do Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem da UNISUL, que toma como linha de pesquisa a linha “Textualidade e práticas discursivas”. Esse grupo de pesquisa agrega projetos individuais vinculados a áreas específicas de trabalho de cada professor: na área de ensino e descrição de língua materna insere-se o PROCOTEXTOS

¹¹ Termo independente, à parte do sujeito e do predicado. Ele serve para chamar, invocar ou interpelar um ouvinte real ou hipotético. Por seu caráter, o vocativo em geral se relaciona à segunda pessoa do discurso (Napoleão Almeida: 1995, p. 437).

(**Projeto de Coleta de Textos** orais e escritos de falantes da região da AMUREL¹² e de textos orais e escritos que circulam nesta respectiva região), projeto a que esta dissertação está vinculada.

O PROCOTEXTOS é um projeto que parte do princípio lingüístico de que é no uso que diferentes palavras assumem seus significados e definem suas funções, por isso analisamos os fenômenos lingüísticos em situações reais de textos (verbais e não-verbais), obedecendo ao perfil socioestilístico que permeia a situação comunicativa, como o tema/tópico discursivo e a identidade social dos interlocutores. Tomando o texto não só como objeto de comunicação, mas essencialmente de significação, estamos abordando o seu estudo com vistas a construção de seu(s) sentido(s) a partir do controle de grupos de fatores internos ao sistema (estruturais ou lingüísticos) e externos (contextuais ou sócio-históricos). A proposta se firma sobre estes últimos, uma vez que os fatores contextuais ou sócio-históricos ficam por conta das abordagens e estilísticas dos estudos da língua. O estudo dos estrangeirismos em *Malhação* constitui-se em mais um olhar para a linguagem em uso, veiculada na região da AMUREL pela Rede Globo de Televisão.

4.1 VARIÁVEIS: CONTROLE E RELAÇÕES DE (IN) DEPENDÊNCIA

¹² Municípios da AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna): Armazém, Braço do Norte, Capivari-de-Baixo, Grão-Pará, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, Treze de Maio e Tubarão.

Segundo Mollica (2003, p. 10), a variação lingüística constitui fenômeno universal e pressupõe a co-existência de formas lingüísticas alternativas numa dada função comunicativa, denominadas variantes: formas alternativas com mesmo valor de verdade.

Uma variável é concebida como **dependente** no sentido de que o emprego das variantes não depende do acaso, mas é influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Entendemos por variável **independente**, o grupo de variáveis de natureza lingüística (estrutural ou interna) ou extralingüística (diatópica (região, grupo étnico), diastrática (estratificação social: profissão, etc.), social (sexo, idade e escolaridade) e estilística (formal e informal).

Variável Dependente

Tomamos como variável dependente a *presença/ausência de estrangeirismo em 15 capítulos de Malhação, telenovela da Rede Globo de Televisão*.

Variáveis Independentes

De modo geral, podemos descrever as variedades lingüísticas independentes a partir de três parâmetros: variação geográfica (ou diatópica), variação social (ou diastrática) e variação de estilo (níveis de formalidade/informalidade), que serão explicadas nesta seção.

Variáveis dependentes Lingüísticas (ou internas)

A sociolingüística investiga o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação lingüística, diagnosticando as variáveis lingüísticas e extralingüísticas, e buscando descrever sua conduta preditiva. De acordo com Monteiro (2000, p. 59), “as formas alternantes, que expressam a mesma coisa num mesmo contexto, são denominadas de variáveis lingüísticas”.

Segundo Labov (1972-*apud* Monteiro, 2000, p. 59), para definir-se uma variável lingüística, é necessário:

- definir o número exato de variantes;
- estabelecer toda a multiplicidade de contextos em que ela aparece;
- elaborar um índice quantitativo que permita medir os valores das variáveis.

Neste estudo, não vamos controlar variáveis dessa natureza, a variável lingüística (interna ou estrutural).

Monteiro (2000, p. 58) também diz que “nem todos os fatos da língua estão sujeitos a variações. Existem regras gramaticais que se definem como categóricas, em que um falante não pode violá-las”. Podemos exemplificar como categórico, em língua portuguesa, o artigo sempre antecedendo o substantivo, e qualquer alteração nessa ordem seria uma construção agramatical. Cada língua, portanto, possui um conjunto de regras que não pode ser infringido, pois provavelmente dificultaria a compreensão dos enunciados. *Invariantes* ou *categóricas* é o nome dado às regras que não podem sofrer variações.

Existem em maior número, porém, as regras variáveis, as quais, para Monteiro (2000, p. 58), “aplicam-se sempre quando duas ou mais formas estão em concorrência num mesmo contexto e a escolha de uma depende de uma série de fatores, tanto de ordem interna ou estrutural como de ordem externa ou social”.

Variáveis independentes extralingüísticas (ou externas)

Segundo Labov 1972 (*apud* Monteiro, 2000, p. 67), as variáveis extralingüísticas ou externas influenciam a escolha das variantes, e as que mais têm provocado discussão são estas: o estilo de fala, que tem como princípio o fato de que nenhum falante utiliza a língua da

mesma forma em todas as situações, implicando uma escolha entre várias possibilidades de expressão; o sexo; a escolaridade; a idade; a classe social; a região ou zona de residência; e a etnia.

Seja em consequência da variação geográfica (diatópica), ou social (diastrática), ou de outra ordem, podemos afirmar que a variação é contínua e fica impossível demarcar as fronteiras em que ela ocorre.

Variáveis independentes extralingüísticas de natureza SOCIAL

a) Sexo

De acordo com Paiva (1992, p. 68), “as diferenças lingüísticas mais evidentes entre homens e mulheres se situam no plano lexical”. Ainda é comum se falar em palavras que são mais comuns no vocabulário masculino; outras, no feminino. Em determinadas sociedades, as diferenças são tão acentuadas, que se fala na existência de um vocabulário masculino e um feminino.

Na análise da correlação gênero/sexo versus variação lingüística, as pesquisas tendem, necessariamente, a apontar o conservadorismo lingüístico das mulheres, algo conseqüente da forma de organização social de uma dada comunidade de fala. Esse fenômeno serve, principalmente, para ilustrar o caso de comunidades de fala ocidentais.

Ao analisarmos a dimensão social e a da mudança lingüística não se pode ignorar, no entanto, que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, fundamentalmente daquelas que envolvem a forma padrão/forma não-padrão e o processo de estabelecimento de mudanças, estejam associadas ao gênero/sexo do falante e à forma de edificação dos papéis feminino e masculino. Enquanto os homens tendem a revelar um estilo mais independente e uma pos-

tura que lhes assegure prestígio, as mulheres orientam sua fala de uma maneira mais solidária, que busca um melhor envolvimento do interlocutor.

A interação entre gênero/sexo e classe social evidencia o fato de que as diferenças lingüísticas entre um falante do sexo masculino e um do sexo feminino podem ser mais ou menos acentuadas, inclusive, em função da classe social da qual eles fazem parte, pois, de maneira geral, a diversidade entre o discurso de homens e mulheres é mais evidente nos grupos sociais intermediários.

Paiva (2003, pp. 39-40) conclui que a forma de maior prestígio, a norma culta, é mais freqüentemente utilizada pelo sexo feminino. Nossa cultura nos mostra que as mulheres se revelam mais “preconceituosas” com as formas socialmente estigmatizadas que os homens. Nesse momento, citamos como exemplo o estrangeirismo *brother*, que costuma ser empregado entre os falantes do sexo masculino. Por isso, nossa hipótese é de que a variável sexo possa também interferir nos resultados da nossa pesquisa.

b) Escolaridade

De acordo com diversos estudos da sociolingüística quantitativa, a variável escolaridade tem se mostrado significativa nas mudanças de fala e de escrita para os falantes de uma dada comunidade lingüística.

Percebemos que a escola propaga uma forma lingüística de prestígio: a considerada padrão, em detrimento das variações que acontecem na maioria das comunidades de fala. Um indivíduo que frequenta a escola é estimulado a usar essa língua ideal e abandonar a forma estigmatizada.

As formas socialmente consideradas pela escola como superiores são tradicionalmente heranças da literatura de ficção brasileira oficial, que é transformada em modelo para a

língua padrão. É no decorrer do processo escolar que são ensinadas, aprendidas e internalizadas as formas ditas “corretas”. No entanto, mesmo com todo esforço da escola, os efeitos de variáveis, com menos evidência ou não, aparecem decisivamente na língua falada. Assim como a escola imagina, ao ensinar uma língua padrão, um falante ideal e não-real, também os puristas imaginam uma língua imaculada. Infelizmente, com isso, o ambiente escolar não é visto em seu laboratório maior – o laboratório de língua (ou de línguas).

No nosso trabalho, a variável escolaridade será controlada: os falantes/personagens de “Malhação” cursam o Ensino Médio.

c) Faixa Etária

As diferenças lingüísticas de acordo com a faixa etária são facilmente observadas em qualquer *corpus*. Por exemplo: há diferenças significativas entre a linguagem de um adolescente e a linguagem de uma pessoa idosa.

Naro (1996, p. 353) menciona que:

A linguagem é adquirida em sua grande parte até aproximadamente 14 anos (puberdade) e, teoricamente, observando-se a linguagem falada por uma pessoa de 50 anos, por exemplo, teríamos um reflexo do que se falava há 36 anos. Assim, as diferentes faixas etárias poderiam indicar mudanças em processo de implementação no sistema (NARO, 1996, p. 353).

Por isso, a comparação feita entre a linguagem de falantes de faixas etárias diferentes pode mostrar distintas etapas de uma língua. Porém, de acordo com Monteiro (2000, pp. 76-77), “somente uma análise em tempo real esclarecerá se realmente se trata de uma mudança lingüística ou se o fenômeno consiste numa variação própria da gradação etária”. Em “Malhação”, os falantes/personagens têm entre 14 e 19 anos.

Variáveis independentes extralingüísticas de natureza ESTILÍSTICA

Como dito antes, não podemos definir uma língua como uma realidade monolítica, homogênea, uniforme, mas como um conjunto de variedades. No entanto, essas diferenças não ocorrem simplesmente por “gosto” ou “estilo”. Então, temos a variação estilística, que se dá por mudanças na situação de fala de um mesmo falante. Nesse contexto, precisamos analisar em “Malhação”: personagem/locutor (pessoa que fala), personagem/interlocutor (pessoa com quem se fala) e situação comunicativa (ambiente físico). Assim sendo, podemos dizer que há vários aspectos extratextuais extremamente importantes, e que interferem na construção do sentido do texto. Em *Malhação*, controlamos as seguintes situações comunicativas:

1. ***Personagem-locutor e interlocutor: o locutor (ou falante)***: muda sua fala de acordo com seu interlocutor. Numa conversa formal, em contraponto com uma conversa informal com amigos, por exemplo, não se usa o mesmo tipo de linguagem. Não nos comunicamos com uma criança da mesma maneira como nos dirigimos a um idoso, não conversamos com um indivíduo de alto grau de escolaridade da mesma maneira como conversamos com um indivíduo pouco escolarizado, assim como não escrevemos uma carta de pedido de emprego usando os mesmos termos utilizados em uma carta familiar. Desse modo, estamos fazendo o uso de expressões como estilo formal, informal, coloquial, familiar, pessoal. O locutor procura atender às expectativas sociais convencionais: o falante que não obedecer a essas regras tende a ser punido, sendo vítima do preconceito lingüístico, ou mesmo não conseguindo estabelecer efetiva comunicação.
2. ***Situação comunicativa***: toda língua tem mais palavras e expressões de que necessita, isso dá uma grande liberdade de opção ao falante de acordo com cada momento. As variedades proferidas pelos participantes de uma determinada situação têm por regra atender às expectativas sociais convencionais. Aprendemos a falar na convivência, necessitamos aprender a nos comunicar de um certo modo ou de outro, como membros integrantes de uma comunidade de fala, portanto necessitamos saber quando há a necessidade de mudar

de uma variedade para outra. Sabemos, ainda, que os falantes de qualquer comunidade adquirem lenta e inconscientemente as competências comunicativas e sociolingüísticas, com relação ao uso apropriado da língua.

Variáveis Independentes Extralingüísticas que controlamos na pesquisa

Controlamos, neste estudo, quatro **variáveis independentes**, todas de natureza extralingüística:

- o estilo da fala (personagem locutor/interlocutor, situação comunicativa) ;
- o sexo;
- a escolaridade;
- a idade.

4.2 ETAPAS DE ANÁLISE

A realização do estudo dos estrangeirismos em *Malhação* foi feita a partir de duas etapas: na **primeira**, tivemos como objetivo a quantificação e a descrição do uso de estrangeirismos pelos 16 personagens; na **segunda etapa**, a quantificação e a descrição da categoria gramatical vocativo, em que acontece o maior número de ocorrência de estrangeirismos em textos orais de 2 personagens.

Antes, vamos descrever o processo da coleta de dados.

4.2.1 ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS* (ETAPAS 1 E 2)

Para constituir a amostra, foram gravadas as falas de determinados personagens da telenovela *Malhação*, Rede Globo, na busca do uso de estrangeirismos recorrentes nas falas de seus personagens mais jovens. Eles têm entre 14 e 19 anos de idade e, são na maioria, de classe média. Foram coletadas, também, falas de alguns professores e pais dos alunos, conforme Quadro 3, posto mais abaixo. A maior parte das cenas foi gravada no Colégio fictício, *Múltipla Escolha*, algumas nas salas de aula, em dependências do Colégio, no bar *Gigabyte*, na casa de alguns dos alunos e no clube.

Com o intuito de descrevermos o uso de estrangeirismo no discurso informal de alguns dos participantes da telenovela, objetivo estabelecido nessa primeira etapa da pesquisa, foram selecionados 15 capítulos, no período de março/2004 a agosto/2004.

Para as transcrições dos registros em que apareceram, ou não, estrangeirismos proferidos por personagens de *Malhação*, foram levados em consideração o personagem locutor/interlocutor e o espaço físico. Os registros que compõem o *corpus* da análise dessa etapa trabalham os estrangeirismos utilizados por 16 personagens da telenovela *Malhação*. Vejamos, a seguir, cinco exemplos desse registro¹³:

- (1) Vivi, querida, a gente precisa de uma plataforma séria, não destes **BOTTONS** ridículos (FI/V:1:191)
- (2) Vocês estão desprezando meus **BOTTONS**? É isso? (V/FL:1:192).
- (3) Estes **BOTTONS** são um charme, não são? Cadu, me ajuda a distribuir os **BOTTONS**, panfletos, estas coisas todas (V/CA:1:193). Agora não vai dar Vivi, é que eu tenho que ir pra casa (CA/V:1:193).
- (4) Cadu, por que você não está usando o **BOTTON** que eu te dei? (V/CA:1:194). É que. . . Esse não é o modelo das garotas? (CA/V:1:194).
- (5) Não, a base da nossa plataforma tem que ser cultural, por exemplo, tem um **DECK** lá no colégio que o espaço é super legal, só que é mal usado, a gente tem que agitar um pouco (L/FL:7:195). Tá, mas com o quê? (FL/L:7:195).

¹³ Os demais registros estão no Anexo 3

Em (1), temos como *Fl* o locutor Flávia. A barra vertical (/) indica que Flávia está falando com o interlocutor *V* (Vivian). O contexto situacional (espaço físico) é iniciado a partir da indicação de dois-pontos e um numeral cardinal, que, no exemplo acima, é o *contexto situacional 1*: Escola Múltipla Escolha. Depois, mais dois-pontos e o segundo numeral indica o número do enunciado (em (1), seria o enunciado 191), conforme a numeração estabelecida no Anexo 3.

Numa segunda etapa de análise dos dados, quando se contemplaram os estrangeirismos na função sintática de vocativo, foram transcritos os registros de apenas 2 personagens que, de acordo com a primeira fase da pesquisa, destacaram-se por usar um número bastante elevado de estrangeirismos. São eles os personagens centrais: Gustavo e Catraca.

Vejamos, apenas com relação ao personagem Catraca, alguns exemplos dessa transcrição¹⁴:

- (6) Caraca, **BROTHER**, distribuí mais de 100 números, meu irmão! (C/N:1:2).
- (7) Aí, só quero vê a cara dela quando ela vê isso, **BROTHER** (C/N:3:3).
- (8) Não essa cilada aí, né, **BROTHER** (C/CA:8:4).
- (9) Bora, Cadu, vamo nessa! (C/CA:8:5).
- (10) Tô na área, galera! (C/N:4:9).

4.1.1 DESCRIÇÃO DOS PERSONAGENS E DAS SITUAÇÕES COMUNICATIVAS

A telenovela *Malhação*, que teve seu início no ano de 1985, é exibida na Rede Globo de Televisão, no horário das 17h30min às 18h. De censura livre, é um programa dire-

¹⁴ Os demais registros estão no Anexo 3

cionado a uma clientela principalmente *teen*, cenário privilegiado de manifestação de estrangeirismos, variação comum a essa faixa etária.

Os nomes dos personagens que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, de acordo com suas respectivas siglas, podem ser encontrados no Quadro 1, e os números que identificam a descrição dos contextos enunciativos podem ser encontrados no Quadro 2. No Quadro 3, podemos encontrar a descrição do perfil social dos locutores/interlocutores, bem como o número de estrangeirismo proferido por cada um desses personagens. Vejamos:

Quadro 1: Sigla dos locutores e interlocutores analisados em “Malhação”

A: Aline	FL: Flávia
AF: Afrânio	G: Gustavo
ALU: Alunos	K: Kiko
B: Bel	L: Letícia
BE: Beatriz	LU: Lúcia
BT: Beth	M: Miuke
C: Catraca	MU: Murilo
CA: Cadu	N: Natacha
CB: Cabeção	O: Oscar
CR: crianças	R: Rafael
D: Drica	TD: TDB
DI: Diogo	V: Vivi
F: Fabrício	VI: Vilma

Quadro 2: Descrição dos contextos enunciativos controlados em “Malhação”

Numeral	Situações Comunicativas
(1)	Pátio do Colégio Múltipla Escolha
(2)	Sala de aula do Colégio Múltipla Escolha
(3)	Cantina do Colégio Múltipla Escolha
(4)	Casa do personagem Gustavo
(5)	República
(6)	Quadra de esportes do Colégio Múltipla Escolha
(7)	Casa da personagem Letícia
(8)	Ambiente externo do Colégio Múltipla Escolha
(9)	Vilma's Café
(10)	Sala da direção do Colégio Múltipla Escolha
(11)	Amparo Social

Quadro 3: Perfil social dos locutores/interlocutores analisados em “Malhação”

Abreviatura	Nome completo	Dados biográficos	Nº de estrangeirismos
A	Aline	Tem 16 anos, melhor amiga de Miuke, Drica e Bel, mora na República com outros jovens de sua idade, é estudante do Colégio Múltipla Escolha.	1
AF	Afrânio	Mais de 40 anos, trabalha como professor no Colégio Múltipla Escolha.	1
ALU	Alunos	Todos estudantes do Ensino Médio do Colégio Múltipla Escolha.	-
B	Bel	Tem 16 anos, melhor amiga de Drica e Aline. É moradora da República, trabalha na cantina do Colégio Múltipla Escolha, e é estudante do Colégio Múltipla Escolha.	2
BE	Beatriz	Mais ou menos 40 anos, casada com Marcelo Henrique, e mãe de Gustavo, Diogo e Camila.	1
BT	Beth	Mais ou menos 35 anos, é professora do Colégio Múltipla Escolha.	2
C	Catraca	Tem 17 anos, amigo de Gustavo e Natacha. É o bad-boy da trama e estudante do Colégio Múltipla Escolha.	18
CA	Cadu	17 anos, filho Tem 16 anos, é filho de Lúcia e Zé, irmão de Letícia e namorado de Vivi, estudante do Colégio Múltipla Escolha.	2
CB	Cabeção	Tem 18 anos, seus pais não aparecem na trama, ele não estuda, apenas trabalha na cantina do Colégio Múltipla Escolha, é mais um morador da República.	
FL	Flávia	Tem 16 anos, melhor amiga de Letícia e namorada de Murilo, é estudante do Colégio Múltipla Escolha.	2
GU	Gustavo	Tem 17 anos, filho de Beatriz e Marcelo Henrique. É irmão de Diogo e Camila e inicia a trama como namorado da Natacha, mais adiante, torna-se o namorado de Letícia. É um dos participantes do grupo Vagabanda e estudante do Colégio Múltipla Escolha.	42
K	Kiko	Tem 18 anos, amigo de Gustavo, Murilo e Cabeção. No decorrer da trama, torna-se namorado de Drica e estudante do Colégio Múltipla Escolha.	1
L	Letícia	Tem 17 anos, filha de Lúcia e Zé e irmã de Cadu. Inicia a trama sozinha, depois namora um jovem chamado Felipe e torna-se o grande amor de Gustavo, também estudante do Colégio Múltipla Escolha.	3
M	Miuke	Tem 18 anos, seus pais vivem no Japão e ela mora na República junto com outros jovens. Inicia a trama sozinha, mais tarde se torna namorada do personagem Cabeção, é estudante do Colégio Múltipla Escolha.	1
N	Natacha	Tem 17 anos, melhor amiga de Catraca e namorada de Gustavo, mais tarde o perde para Letícia. É vocalista do grupo Vagabanda e estudante do Colégio Múltipla Escolha.	7
R	Rafael	Tem 16 anos, amigo de Cabeção e TDB, mora na República e é estudante do Colégio Múltipla Escolha.	7
V	Vivi	Tem 16 anos, amiga de Bel, Aline e Letícia. No decorrer da trama, inicia namoro com o jovem Cadu e é estudante do Colégio Múltipla Escolha.	4

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, têm-se os resultados práticos da pesquisa obtidos com a realização dos quadros feitos, para analisarmos, numa *primeira etapa*, a quantificação e a descrição do uso de estrangeirismos encontrados nos textos orais de 16 personagens da telenovela *Malhação*.

Num segundo momento, uma atenção à natureza do estatuto sintático dos vocativos, por ser um termo bastante recorrente no uso do estrangeirismo na amostra analisada, na fala dos 2 personagens que mais usaram estrangeirismos na telenovela, Gustavo e Catraca, a seguir:

(11) Caraca, **BROTHER**, distribuí mais de cem números, **MEU IRMÃO!** (C/N:1:2)

(12) Ah, **MOLEQUE**, de graça tu gosta, né? (C/CA:8:7)

(13) Tô na área, **GALERA!** (C/N:4:9)

Por que estaremos analisando a co-variação do uso de vocativos nas falas dos personagens Gustavo e Catraca, na segunda etapa da análise? Simplesmente, porque nos chamou a atenção o fato de a maioria dos estrangeirismos usados por esses dois personagens assumir sintaticamente a função de vocativo.

Uma das razões que adotamos para justificar a atenção aos vocativos foi que, nas interações verbais de adolescentes, a comunicação costuma ser, de fato, econômica: poucas palavras e nada muito complexo. Nesse espaço de interlocução, a necessidade insistente de se usar vocativo representa, além da função fática de linguagem, uma forma de manter funcionando os vínculos sociais que ligam o falante a um grupo social específico, uma forma de, ao mesmo tempo em que se chama o outro para a conversa, receber dele uma aceitação no diálogo. Obtivemos apenas alguns usos de estrangeirismos fora da função sintática de vocativo.

Vejamos:

(14) Ah, a *MISS* gari perdeu a bolsa? (C/G:3:45)

(15) Qual é, Natasha, vamos dispensar rango na casa do Gustavo, cara! Você tá muito podre demais, e tá tão chata quanto a *MISS* gari! (C/N:4).

(16) Ah, tá! Pô, por que você não falou antes, cara. Não sabia, né! Pô, desculpa aí, ferrar com a *MISS* gari é comigo mesmo! (C/N:4).

(17) Ele queria que a Vagabanda desse um *SHOW* no *VILMA'S CAFÉ, BROTHER* (G/C:4).

5.1 ANÁLISE ETAPA 1

Para analisarmos a quantificação e a descrição do uso de estrangeirismos encontrados nos textos orais dos 16 personagens envolvidos nesse *corpus*, nesse primeiro momento, vamos trabalhar, a partir dos quadros de número 4 a 19, com a variável extralingüística de natureza *estilística*: grau de formalidade (formal/informal).

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Gustavo:

Quadro 4: Dados sociopessoais de GUSTAVO e transcrição de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa¹⁵

GUSTAVO				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Gustavo é um jovem de 17 anos que gosta de curtir a vida. Não podemos dizer que ele seja um <i>bad-boy</i> , apenas um pouco inconseqüente. Não trabalha, somente estuda e participa de um grupo musical chamado Vagabanda. Sua família apresenta-se bastante estruturada, pertence à classe média. Seu pai é um advogado bem sucedido. Sua mãe é uma excelente dona de casa e adora a profissão de atriz, mas não atua como tal, abriu mão de seu trabalho para dedicar-se à família. Ele tem dois irmãos, Diogo e Camila, entre 12 e 14 anos.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Caду	Amigos (9)	(1) (2) (8)	brother (7), rock in roll (1), show (1)	1, 2 6, 8, 10, 11, 12, 15
Natacha	Amigos (4)	(3) (4)	two, three, four, (1) brothers (1), show (1), Vilma's Café (1)	17, 37
Catraca	Amigos (22)	(1) (2) (3) (4)	brother (16), show (5), Vilma's Café (1)	12, 15, 18, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 113
Diogo	irmãos	(4)	brother (1)	23
Fabrcio	colegas	(3)	brother (1)	24
Cabeção	colegas	(4)	brother (1)	29
Cabeção	colegas	(3)	brother (1)	35
Oscar	professor/aluno	(10)	no problem (1)	47
Oscar	professor/aluno	(10)	show (1)	49
Murilo	amigos	(2)	brother (1)	52
ESTRANGEIRISMOS: 42 Usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (40 informais e 2 formais)	
Brother	28	1	1, 2, 3, 4, 8 e 10	
Show	7	1		
two, three, four	-	1		
Vilma's café	1	1		
no problem	1	-		
rock in roll	1	-		

No uso de estrangeirismos por Gustavo em relação à variável estilística, o personagem está envolvido em seis situações comunicativas. São elas: 1: pátio do Colégio; 2: sala de aula; 3: cantina; 4: sua casa; 8: ambiente externo ao Colégio; e 10: sala da direção.

O diferencial no número de situações comunicativas em que aparece esse personagem, em relação à maioria, deve-se ao fato de ele ser o galã e o protagonista da trama. Constatamos, também, que são todas situações informais de fala, mesmo na conversa com o diretor, na qual os estrangeirismos se dão pelo fato de ele ser ex-professor e amigo de Gustavo.

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Catraca:

¹⁵ Conforme Anexo 2

Quadro 5: Dados sociopessoais de CATRACA e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

CATRACA				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Catraca é um jovem de 17 anos e pertence à classe média. É rebelde e seu passa-tempo favorito é aprontar com as pessoas que vivem a seu redor. Ele não trabalha, apenas toca guitarra por <i>hobby</i> em um grupo musical chamado Vagabanda e estuda. Pouco se sabe sobre sua relação familiar, seu pai aparece apenas no final de sua participação na Telenovela, para tentar livrá-lo de uma situação extremamente séria, a de ser preso. No entanto, o bem venceu o mal, este foi preso, encerrando-se, assim, sua participação em Malhação.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Natacha	Amigos ¹⁶ (8)	(1) (3) (4)	brother (3), miss(5)	2, 3, 26, 41, 42, 43, 63, 74
Cadu	Amigos (3)	(1) (8)	brother (3)	4, 6
Gustavo	Amigos (5)	(1) (2) (3)	brother (2), miss (3)	15, 26, 35, 45, 46
Fabício	Colegas (1)	(3)	brother (1)	16
Flávia	Colegas (1)	(3)	brother (1)	37
ESTRANGEIRISMOS: 18 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Brother	7	3	1, 2, 3, 4, 6 e 8	
Miss	3	5		

No uso de estrangeirismos por Catraca em relação à variável estilística, o personagem está envolvido em seis situações comunicativas. São elas: 1: pátio do Colégio; 2: sala de aula; 3: cantina; 4: casa de Gustavo; 6: quadra de esportes; e 8: ambiente externo ao Colégio.

O personagem também se apresenta, em relação à maioria, envolvido em um número significativo de situações de fala: Gustavo por ser o galã; Catraca por ser o vilão da trama. São todas situações informais, porque estão ligadas ao contexto informal do Colégio e da trama.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Natacha:

¹⁶ Consideramos amigo aquele possui uma relação de amizade e colega aquele que apenas tem uma relação de conhecidos, por estudarem no mesmo colégio, por exemplo.

Quadro 6: Dados sociopessoais de NATACHA e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

NATACHA				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Natacha é uma jovem de 17 anos, rebelde, e gosta de aprontar com as pessoas que ela julga atrapalharem seus interesses pessoais. Ela não trabalha, apenas estuda no Colégio Múltipla Escolha. É a terceira integrante do grupo Vagabanda, atua como vocalista. Como nada se sabe sobre sua família, julgamos pelo Colégio no qual estuda, pelas roupas que usa e pela boa vida que leva, que ela pertença à classe média.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Catraca	Amigos (6)	(3) (4) (6)	Miss (6)	10, 18, 26, 27, 29, 34
Gustavo	Amigos	4	Miss (1)	28
ESTRANGEIRISMOS: 7 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Miss	7	-	3, 4 e 6	

No uso de estrangeirismos por Natacha em relação à variável estilística, constatamos que essa personagem também está envolvida em quatro situações comunicativas. São elas: 3: cantina; 4: casa do Gustavo; e 6: quadra de esportes. De fato, são todas situações informais de fala, porque estão ligadas ao núcleo informal da escola e da trama. Natacha também pode ser considerada a vilã da trama.

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Cadu:

Quadro 7: Dados sociopessoais de CADU e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

CADU				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Cadu é um jovem de 16 anos e pertence à classe baixa, seu pai é gari e sua mãe zeladora do Colégio onde ele estuda. Sua família representa a típica família brasileira que trabalha muito e consegue ser feliz e permanecer unida. Sua irmã se chama Letícia e tem 17 anos.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Vivi	amigos (1)	1	Bottoms (1)	8
Gustavo	amigos (1)	1	Miss (1)	12
ESTRANGEIRISMOS: 2 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Bottoms	-	1	1	
Miss	1	-		

O uso de estrangeirismos por Cadu, em relação à variável estilística, não se mostrou distinto dos anteriores. No entanto, temos este personagem envolvido em apenas uma situação comunicativa: 1: pátio do Colégio. Esta é uma situação informal de fala, isso porque

esta está ligada ao contexto informal do Colégio. Assim como os demais personagens que serão analisados abaixo, Cadu não tem participação tão ativa na trama como os três primeiros.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Vivi:

Quadro 8: Dados sociopessoais de VIVI e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

VIVI				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Vivi é uma jovem de 16 anos e pertence à classe alta. Ela faz o tipo boa moça, boa amiga, boa filha. Seus pais não aparecem na trama, no entanto, pelo que ela diz, são pessoas bastante rígidas com sua educação. Ela apenas estuda, não trabalha. É mais uma estudante do Colégio Múltipla Escolha.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Flávia	amigas (1)	(1)	bottoms (1)	2
Cadu	amigos (3)	(1)	bottoms (3)	3, 4
ESTRANGEIRISMOS: 4 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Bottoms	3	1	1	

O uso de estrangeirismos por essa personagem, em relação ao contexto comunicativo, é apenas uma, a de número 1: pátio do Colégio. De fato, isso acontece porque essa situação está ligada ao núcleo informal do Colégio. O que também nos mostra uma semelhança com os últimos personagens.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Letícia:

Quadro 9: Dados sociopessoais de LETÍCIA e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

LETÍCIA				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Letícia é irmã de Cadu, personagem já citado anteriormente. É uma excelente menina, estudiosa e batalhadora. Procura ajudar as pessoas sempre que possível, inclusive trabalha como voluntária num lugar chamado Amparo Social, onde ajuda várias crianças necessitadas. É estudante do Colégio Múltipla Escolha.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Flávia	amigas	7	deck (1)	5
Lúcia	mãe/filha (2)	7	playboyzinho (2)	6, 7
ESTRANGEIRISMOS: 3 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Deck	-	1	7	
Playboyzinho	-	2		

Com relação à variável estilística, temos a personagem Letícia envolvida apenas em uma situação comunicativa, a de número 7: sua casa. Essa é uma outra situação que está ligada ao núcleo informal da trama.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Beatriz:

Quadro 10: Dados sociopessoais de BEATRIZ e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

BEATRIZ				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Beatriz tem mais ou menos 40 anos, é casada com Luiz Henrique, um advogado bem sucedido. Pertencem à classe média alta. É mãe de Gustavo, Diogo e Camila. Deixou a carreira de atriz para dedicar-se à família. É uma mãe bastante moderna no tratamento com seus filhos.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregado	Identificação do enunciado
Lúcia	empregada	4	bad-boy	20
ESTRANGEIRISMOS: 1 uso				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (informal)	
bady-boy	-	1	4	

Mesmo com o diferencial idade, que pode ser observado no Quadro 3, colocado anteriormente, a personagem Beatriz não se mostrou, com relação à variável extralingüística de natureza estilística, diferente dos últimos. Constatamos, conforme quadro acima, que a personagem Beatriz está inserida apenas na situação comunicativa de número 4: casa de Gustavo. Na trama, Gustavo é seu filho, o que nos permite dizer que essa situação também está ligada ao contexto informal de fala.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Aline:

Quadro 11: Dados sociopessoais de ALINE e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

ALINE				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Aline é uma jovem de 16 anos e pertence à classe média baixa. É estudante do Colégio Múltipla Escolha, e suas melhores amigas são Bel, Drica e Miuke.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Drica	amigas	5	book	16
ESTRANGEIRISMOS: 1 uso				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (informal)	
Book	-	1	5	

O uso de estrangeirismos por essa personagem, em relação à variável estilística, não se mostrou distinto dos seis últimos destacados acima. A situação comunicativa é a de número 5: República. Sendo assim, a situação informal de fala é a única em que está inserida a personagem Aline. Esse contexto também pode ser designado como pertencente ao seu núcleo informal de fala, pois República é o lugar onde Aline mora com alguns amigos.

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Rafael:

Quadro 12: Dados sociopessoais de RAFAEL e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

RAFAEL				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Rafael tem 16 anos e pertence à classe média baixa. É morador da República ¹⁷ e tem como melhor amigo o jovem TDB.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Miuke	amigos (1)	9	Vilma's Café (1)	15
TDB	amigos (5)	3, 5	english style (1), role (1), baby (1), kiss me quick (1), yes, yes (1)	19, 21, 25
Beth	aluno/professor (1)	5	welcome (1)	23
ESTRANGEIRISMOS: 7 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Vilma's café	-	1	3, 5 e 9	
English style	1	-		
Role	1	-		
Baby	1	-		
kiss me kick	1	-		
yes, yes	1	-		
Welcome	-	1		

¹⁷ República: lugar alugado por um alguém, no caso dessa novela, o personagem Vinícius, para jovens, na sua maioria, estudantes do Colégio Múltipla Escolha.

No uso de estrangeirismos por Rafael em relação à variável estilística, o personagem está envolvido em situações comunicativas. São elas: 3: cantina; 5: República; e 9: Vilma's Café. De fato, são todas situações informais de fala, porque estão ligadas ao contexto informal da trama.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Bel:

Quadro 13: Dados sociopessoais de BEL e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

BEL				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Bel tem 16 anos e pertence à classe média baixa. Estuda no Colégio Múltipla Escolha e mora na República com outros colegas. É a melhor amiga de Drica, Aline e Miuke.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Drica	amigas (1)	5	status (1)	9
Beth	professor/aluno (1)	3	you are welcome (1)	32
ESTRANGEIRISMOS: 2 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Status	-	1	3 e 5	
you are welcome	-	1		

Também com relação à variável estilística, temos a personagem Bel envolvida em duas situações comunicativas. São elas: 3: cantina; e 5: República. Todas são situações informais de fala porque estão ligadas ao contexto informal do Colégio e da trama.

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Afrânio:

Quadro 14: Dados sociopessoais de AFRÂNIO e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

AFRÂNIO				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Afrânio é professor do Colégio Múltipla Escolha. Tem mais 40 anos, é solteiro e mora sozinho.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Alunos	aluno/professor (1)	2	happy people (1)	22
ESTRANGEIRISMOS: 1 uso				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (informal)	
happy people	1	-	2	

Mesmo com o diferencial idade, que pode ser observado no Quadro de número 3, o personagem Afrânio não se mostrou, com relação à variável extralingüística de natureza estilística, diferente dos últimos. Constatamos que esse personagem está inserido apenas na situação comunicativa de número 2: sala de aula. Podemos observar, aqui, que, mesmo não sendo esse um ambiente totalmente informal de fala, o personagem optou por fazer uso da variante estrangeirismo, talvez como forma de se aproximar um pouco mais do grupo de adolescentes com o qual trabalha, seus alunos.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Beth:

Quadro 15: Dados sociopessoais de BETH e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

BETH				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Beth tem mais ou menos 35 anos. É professora de Inglês do Colégio Múltipla Escolha, é solteira e mora sozinha.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Rafael	professor/aluno(1)	5	thanks (1)	24
Bel	professor/aluno (1)	3	thanks (1)	31
ESTRANGEIRISMOS: 2 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
Thanks	1	1	3 e 5	

Podemos comparar o fator idade desse personagem ao do anterior, algo que pode ser constatado no Quadro 3. Beth também não se mostrou diferente dos outros com relação à variável estilística. Verificamos, conforme quadro acima, que a personagem está inserida em duas situações informais de fala. São elas: 3: cantina; e 5: República. De fato, ambas são situações informais de fala, porque estão ligadas ao núcleo informal da trama.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Flávia:

Quadro 16: Dados sociopessoais de FLÁVIA e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

FLÁVIA				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Flávia tem 16 anos e pertence à classe média baixa. Estuda no Colégio Múltipla Escolha. É a melhor amiga de Letícia e namorada de Murilo.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregados	Identificação do enunciado
Vivi	amigas (1)	1	bottons (1)	1
Letícia	amigas (1)	3	bad-boy (1)	11
ESTRANGEIRISMOS: 2 usos				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (todas informais)	
bady-boy	-	1	1 e 3	
Bottons	-	1		

Também com relação à variável estilística, temos a personagem Flávia envolvida em duas situações comunicativas. São elas: 1: pátio do colégio; e 3: cantina. Ainda podemos falar que as situações de fala nas quais está envolvida são ambas informais, porque estão ligadas ao contexto informal do Colégio.

A seguir, o quadro correspondente à personagem Miuke:

Quadro 17: Dados sociopessoais de MIUKE e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

MIUKE				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Miuke é uma jovem japonesa de 17 anos, mora no Brasil e seus pais no Japão. Tem como melhores amigas as jovens Bel, Drica e Aline. É namorada do jovem cabeção e mais uma estudante do Colégio Múltipla Escolha e moradora da República.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismo empregado	Identificação do enunciado
Rafael	amigos (1)	9	Vilma's Café (1)	14
ESTRANGEIRISMOS: 1 uso				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situações comunicativa (informal)	
Vilma's café	1	-	9	

O uso de estrangeirismos por essa personagem, em relação a mesma variável, também não se mostrou distinto dos últimos, podemos observar isso, conforme quadro 9: Vilma's Café. A situação informal de fala é a única em que está inserida a personagem Miuke, isso porque essa situação está ligada ao núcleo informal da trama.

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Kiko:

Quadro 18: Dados sociopessoais de KIKO e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

KIKO				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Kiko é um garoto de 18 anos, do Colégio Múltipla Escolha. Não é um aluno muito estudioso, já é repetente no Colégio em que estuda. Pertence à classe média baixa, não trabalha, apenas estuda. É namorado de Drica, outra estudante do seu Colégio.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismo empregado	Identificação do enunciado
Rafael	amigos (1)	9	big head (1)	13
ESTRANGEIRISMOS: 1 uso				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (informal)	
big head	1	-	9	

O uso de estrangeirismos por Kiko, em relação à variável extralingüística estilística (formal e informal), também não se mostrou distinto. Podemos destacar, de acordo com o quadro acima, que esse personagem está envolvido em apenas uma situação comunicativa, a informal, de número 9: Vilma's Café. De fato, essa é uma situação informal de fala, porque está ligada ao contexto informal da trama.

A seguir, o quadro correspondente ao personagem Cabeção:

Quadro 19: Dados sociopessoais de CABEÇÃO e transcrições de sua fala com seus interlocutores e da situação enunciativa

CABEÇÃO				
Período de gravação: 2004/2				
Dados sociopessoais				
Cabeção é um jovem de 18 anos. Ele não estuda, apenas trabalha na cantina do Colégio Múltipla Escolha. É mais um morador da República e atualmente namora com a jovem Miuke.				
Personagem-interlocutor	Relação sociopessoal	Situação comunicativa	Estrangeirismos empregado	Identificação do enunciado
Gustavo	amigos (1)	3	show (1)	17
ESTRANGEIRISMO: 1 uso				
Estrangeirismo	Masculino (amigos e colegas)	Feminino (amigas e colegas)	Situação comunicativa (informal)	
Show	1	-	3	

Esse personagem também se encontra envolvido em apenas uma situação comunicativa, a informal, de número 3: cantina. De fato, essa é uma situação que está ligada ao núcleo informal do Colégio.

Pelo observado, a variável extralingüística de natureza estilística foi significativa para a pesquisa, pois sua prática está ligada ao uso, ou não, de estrangeirismos. Após anali-

sarmos os quadros de 4 a 19, com relação à situação comunicativa em que estão inseridos os 16 personagens, podemos dizer que todas se caracterizam como situações informais de fala, bem como sugerem uma relação de intimidade entre esses personagens.

Ao compartilharem o estilo de comunicação social, os falantes garantem a continuidade da interação, bem como sua aceitação. Quando há inadequação de estilos, uma das partes da interação pode tentar repará-la, chamando a atenção do interlocutor, chegando a sugerir que ele poderia expressar-se de outra forma.

Outro aspecto que podemos destacar é o fato de que o caráter de informalidade ou formalidade admite oscilações, assim, mesmo um discurso espontâneo pode ocorrer dentro de um contexto formal de fala: é o que podemos ver no Quadro 4, em que o personagem Gustavo emprega os estrangeirismos *no problem* e *show* com o diretor do colégio onde estuda. Ou seja: podemos sempre falar numa escala que vai desde o nível mais alto de formalidade até o de maior informalidade ou vice-versa.

Vamos relembrar, nesse momento, a parte teórica que aborda os cinco problemas da mudança lingüística: *o problema da restrição, da transição, o do encaixamento, o da avaliação e o último, o da implementação*. Vimos, então, que o uso de estrangeirismo se restringe e se encaixa, de maneira bastante pertinente, ao contexto informal de fala. Podemos afirmar ainda é que o uso dessa variável não comprometeu, em nenhum momento, a comunicação entre os falantes/personagens de Malhação.

Objetivamos abordar, a partir de agora, mais detalhadamente, cada variável extralingüística de natureza social: *sexo, idade e escolaridade*. Vejamos o quadro que apresenta o uso geral de estrangeirismos com relação a essa variável.

Quadro 20: Resultado geral do uso de estrangeirismo de acordo com as variáveis extralingüísticas de natureza social

Número total dos participantes da pesquisa:16	Sexo	%	Idade	%	Escolaridade	%
Número total de estrangeirismos:95	Masculino: 72 usaram estrangeirismos	73%	Adulto: 3	19%	Todos apresentam nível proporcional à idade.	100%
	Feminino: 23 usaram estrangeirismos	27%	Teen: 13	81%		

Começaremos pela variável *sexo*.

De acordo com essa variável, o resultado final, como pode ser observado no Quadro 20, mostra-nos que o uso de estrangeirismo alcança um número bastante elevado no vocabulário masculino. Temos como resultado final, num total de 95 estrangeirismos empregados pelos 16 personagens: 72 foram pelo sexo masculino e 23 pelo feminino, um percentual de 75% de estrangeirismos utilizados pelos homens e 25% pelas mulheres.

Como já havíamos previsto, os homens fazem maior uso de estrangeirismo, talvez por não se preocuparem tanto com as regras que controlam suas falas, ou talvez por desejarem ousar e inovar mais em termos de modismos de linguagem que as mulheres.

Fischer (1958 – apud Mollica, 1992, p. 68), que é o primeiro a referenciar a influência do fator sexo em um estudo intitulado *Influências sociais na escolha de variantes lingüísticas*, constata que a forma de maior prestígio é mais frequentemente utilizada pelas mulheres do que pelos homens.

Diversos outros estudos de Sociolingüística quantitativa corroboram a análise de Fischer evidenciando que a variável sexo é relevante, pois há uma forte tendência de as mulheres fazerem uso das formas lingüísticas padronizadas. Elas preferem as formas aceitas socialmente. A mulher também se mostra mais receptiva à atuação normatizadora da escola e as mulheres mais velhas usam ainda mais a variante padrão. Conforme pesquisas, isso se deve ao

fato da sociedade burguesa quase sempre esperar que as mulheres utilizem uma linguagem mais polida, mais elegante, mais nobre. No que diz respeito a dos homens, é tolerada uma linguagem rude, até obscena, e mesmo distanciada da língua-padrão.

De acordo com a variável independente extralingüística *idade*, podemos dizer que foram observados dois aspectos previstos pelos estudos realizados no decorrer desta pesquisa: que há diferenças significativas entre a linguagem de um adolescente e a linguagem de um adulto, e que a variável estrangeirismo é usada preferencialmente no mundo dos adolescentes. Nossa afirmação pode ser observada no Quadro 20, ao mostrar que, dos 16 personagens, 3 adultos e 13 *teens*, temos um percentual de 19% de estrangeirismos empregados por adultos e 81% por *teens*.

A última variável independente extralingüística controlada foi *escolaridade*. O Quadro 20 nos mostra que, dos 16 participantes envolvidos no *corpus* da pesquisa, que fizeram uso do estrangeirismo, um total de 100 % dos alunos do Ensino Médio têm entre 14 e 18, idade compatível com este período escolar. Assim sendo, essa variável não chegou a apontar uma diferença significativa de uso do estrangeirismo neste trabalho.

Os resultados acima nos permitem voltar mais uma vez ao problema da restrição e do encaixamento, porque, como constatamos com os percentuais do Quadro 20, o uso de estrangeirismo se restringe e se encaixa a alguns falantes da língua portuguesa: podemos observar que os homens fazem mais uso dessa variável que as mulheres, que os adolescentes são, praticamente, os únicos que o fazem. Já o fator escolaridade não nos mostrou, de acordo com esse *corpus*, nenhuma diferença, porque os informantes estão todos no Ensino Médio.

Pelo que acabamos de relatar, as variáveis extralingüísticas de natureza social: sexo, idade e escolaridade, assim como a variável extralingüística de natureza estilística: estilo formal e informal, estão ligadas ao uso de estrangeirismos.

No Quadro 21, abaixo, resumimos os usos dos estrangeirismos nas falas dos 16 personagens analisados:

Quadro 21: Distribuição das ocorrências de estrangeirismos de todos os personagens

Personagem Locutor	Papel sociopessoal do(s) interlocutor(es)		Situação comunicativa predominante		Estrangeirismo(s) mais usado(s)	Idade		Escolaridade		Sexo		Nº de ocorrência de estrangeirismo
	[+íntimo]	[-íntimo]	Formal	Informal		15 a 19 anos	Acima de 19 anos	E. M.	Outros	F	M	
Catraca	X			X	Brother Miss	X		X			X	18
Gustavo	X			X	Brother	X		X			X	42
Natacha	X			X	miss	X		X		X		7
Cadu	X			X	Bottoms miss	X		X			X	2
Vivi	X			X	botton	X		X		X		4
Letícia	X			X	deck playboyzinho	X		X		X		3
Beatriz		X		X	bad-boy		X		X	X		1
Aline	X			X	book	X		X		X		1
Rafael	X			X	yes, welcome	X		X			X	7
Bel	X			X	status, welcome	X		X		X		2
Afrânio		X		X	Happy people		X		X			1
Beth	X			X	thanks		X		X	X		2
Flávia	X			X	botton bad-boy	X		X		X		2
Miuke	X			X	Vilma's Café	X		X		X		1
Kiko	X			X	big head	X		X			X	1
Cabeção	X			X	show	X		X			X	1
Total de ocorrências analisadas: 95												

Quadro 22: Percentual de estrangeirismos empregados por todos os personagens

Total de estrangeirismos: 95	
Nome:	Percentual:
Gustavo	44%
Catraca	20%
Natacha	7%
Cadu	2%
Vivi	4%
Letícia	3%
Beatriz	1%
Aline	1%
Rafael	7%
Bel	3%
Afrânio	1%
Beth	2%
Flávia	2%
Miuke	1%
Kiko	1%
Cabeção	1%

O Quadro 22 mostra como os dois primeiros personagens, Gustavo e Catraca, empregaram maior número de estrangeirismos. A diferença, no uso da variável lingüística estrangeirismo nas falas do primeiro para o segundo, é de apenas 24%. No entanto, a diferença

desses mesmos personagens é bastante grande em relação aos demais, pois somam 64% dos usos.

Passamos, a partir desse momento, a trabalhar com a variável extralingüística dependente, onde analisamos a presença/ausência de estrangeirismo nos textos orais de malhação. Vejamos o Quadro 23, a seguir:

Quadro 23: Distribuição dos personagens gerais em “Malhação” e o uso/não-uso de estrangeirismos

Total de participantes envolvidos no <i>corpus</i> da pesquisa:	Total de participantes envolvidos no <i>corpus</i> da pesquisa que usaram estrangeirismo:	Percentual dos que usaram estrangeirismo:	Total de participantes envolvidos no <i>corpus</i> da pesquisa que não usaram estrangeirismo:	Percentual dos que não usaram estrangeirismo:
25	16	64%	9	36%

Esse resultado nos mostra dois fatos: primeiro, que o número de pessoas que utilizaram estrangeirismos em sua fala foi bem maior dos que não o fizeram. Segundo que, da mesma maneira que podemos falar na presença do uso de estrangeirismo por parte de falantes do idioma português, podemos também falar na sua ausência de uso. Ou seja, assim como alguns falantes optam por usá-lo, seja por modismo, *status*, aculturação, outros nem se dão conta da existência de mais essa variável da língua portuguesa. Assim como as gírias, por exemplo, que fazem parte do vocabulário de muitos brasileiros, e não de tantos outros. E ainda, assim como outras demonstrações de variação lingüística que uma língua natural pode apresentar, o estrangeirismo é apenas mais uma que pode ser ou não usada pelos falantes do idioma português. Uma escolha que cabe ao próprio falante fazer, sem imposições “legais”.

5. 2 ANÁLISE ETAPA 2

Partiremos para a segunda etapa dessa análise, na qual analisaremos o uso de estrangeirismo na função sintática do vocativo. Para chegar ao enfoque desejado com esse *corpus*, abordaremos as funções da linguagem de acordo com Edward Lopes (1972, p. 55).

Das funções elencadas pelo autor, interessa-nos apenas uma, a função fática, mas antes de chegarmos a ela, uma breve exposição de todas:

a) Função referencial: acontece quando a ênfase da comunicação está centrada no contexto específico do que se quer transmitir a respeito de um determinado fato da realidade. É a função própria de textos jornalísticos, pois exige do enunciador uma postura o mais objetiva possível.

b) Função emotiva: a ênfase centra-se no interlocutor pelo caráter subjetivo de atingir o outro no ato da comunicação. É uma função cuja preocupação está na carga emocional que pode passar e não no conteúdo intelectual.

c) Função conotativa: como a função emotiva, essa também centra-se no interlocutor, mas não para sensibilizá-lo, e sim para interpelá-lo através da força persuasiva, por isso também denominada de função apelativa. É a função própria daqueles que visam impor ao interlocutor um comportamento desejado.

d) Função metalingüística: nesse caso, a função está centrada na mensagem, é o uso da língua para explicar os próprios códigos da língua.

e) Função poética: a ênfase também é na mensagem como na função anterior, porém, agora, a preocupação é em como o código lingüístico pode expressar da melhor maneira os sentimentos humanos através de uma linguagem estilisticamente trabalhada.

f) Função fática: a ênfase está no contato. Para Lopes (idem ibidem, p. 63), a linguagem fática exige de seus interlocutores apenas uma participação na mesma situação social em que se encontram.

Esta última função é a de maior interesse para a análise que se propõe. Quando falamos, temos a preocupação de monitorarmos a conversa, ou seja, de obtermos garantias de que o interlocutor está nos ouvindo, está atento ao que estamos dizendo, de que o contato utilizado está levando com perfeição nossa voz até o ouvido do outro, enfim, de que não estamos falando sozinhos. Por isso que, de acordo com Lopes (1972, p. 63), “o sentido predominante da função fática é o de criar solidariedade, o de estabelecer e manter funcionando os vínculos sociais que nos ligam em grupos”.

Para nos livrarmos do desconforto do silêncio quando este pode ser interpretado como hostil, ou simplesmente como falta de assunto, costumamos recorrer aos mais variados expedientes lingüísticos, muitas vezes, fórmulas prontas, cuja intenção o interlocutor entende muito bem e sabe responder com cortesia. Grande parte das frases com que iniciamos as conversas tem por objetivo estabelecer uma primeira aproximação com o interlocutor. Qualquer assunto, nesse aspecto, torna-se pretexto para estabelecer um contato. Em relação às falas que compõem o *corpus* do trabalho, a linguagem fática nos interessa justamente por isso.

O adolescente, em meio às crises de personalidade dessa fase, vê no outro o reflexo de uma imagem que tem de si, de preferência uma imagem de aceitação, e necessita disso para se auto-afirmar. Portanto, estabelecer o contato com alguém é mais que uma simples interlocução. Além de chamar alguém para uma conversa, quer o adolescente requisitar do outro uma consideração enquanto pessoa, quer o adolescente requisitar do outro a própria aceitação.

Nessa fase da vida do ser humano, os conhecimentos sobre as pessoas e o mundo ainda são prematuros, informais, presos ao senso-comum, logo a insegurança é uma marca fácil na personalidade do adolescente. Junto aos tantos da sua idade, ele estabelece uma comunicação própria, vêm aí as gírias, os neologismos, a escrita do bate-papo, o estrangeirismo. Nesses códigos, ele mais do que se comunica, ele se identifica a um grupo de iguais, não importando muito o conteúdo desses contatos, mas sim o próprio contato.

Quadro 24: O uso do vocativo (estrangeirismos e não-estrangeirismos) nas falas de Gustavo e Catraca

GUSTAVO					
Variantes	Nº de ocorrências	Percentual de estrangeirismo	Papel sociopessoal do alocutário em relação ao locutor		
		32%	Superior	Inferior	Igualdade
1. Brother	29		-	1	28
2. Gíria: cara, meu irmão, veio	13	14%	-	-	6
3. Nomes próprios	37	42%	2 (Lúcia Oscar)	1	34
4. Nomes comuns: casal, professor, galeringa, apelido, chefinha, mãe.	11	12%	5 (professor, mãe)	3	3
Total de ocorrência	90		-	-	-
CATRACA					
Variantes	Nº de ocorrências	Percentual	Papel sociopessoal do alocutário em relação ao locutor		
			Superior	Inferior	Igualdade
1. Brother	9	23%	-	-	9
2. Gíria: malandro, muleque, véio, rapa.	17	44%	-	-	17
3. Nomes próprios: Gustavo, Cadu, Flávia, Natacha.	8	20%	-	-	8
4. Nomes comuns: galera, garota, rapaz.	5	13%	-	-	5
Total de ocorrência	39				

Através do resultado desse Quadro 24, verificamos que os adolescentes usam estrangeirismo com bastante frequência na forma sintática do vocativo, como maneira de manter o interlocutor na conversa, o que justifica o nosso interesse pelo termo, bem como a abordagem da função fática na análise deste.

Vejamos: “*Cadu, chega aí, BROTHER, chega aí. CARA, por que você não me falou que teu pai era gari, BROTHER? Passei o maior vexame por causa disso, MEU IRMÃO!*” (G/CA:1:78). Nessa fala, a comunicação se dá perfeitamente e, nela, podemos observar o seguinte: há necessidade de recorrer várias vezes a um vocativo que chame o outro para a mensagem e o principal, assim como se usa a gíria *cara, meu irmão*, usa-se também o estrangeirismo *brother* como parte do mesmo contexto lingüístico. Por esse motivo, demos ênfase ao vocativo como um ponto importante a ser observado nas falas dos personagens da telenovela, em especial, de Gustavo e Catraca.

O vocativo se coloca como um expediente lingüístico recorrente pela necessidade (voltamos à função fática) de se chegar até o outro. É, então, comum repeti-lo quantas vezes necessário para manter o outro preso à conversa; mesmo sem muitos argumentos convincentes, sem força persuasiva, seu uso representa uma forma de o adolescente se fazer ver pelos olhos do interlocutor que o escuta e o reconhece como igual.

Analisando os contatos estabelecidos dessa maneira, vimos que o uso das palavras que servem como vocativo é importante para o adolescente. Mais do que a simples representação cerebral do código lingüístico, os vocativos nomeiam uma forma de ser aceito pelo outro e, melhor, de estar sendo ouvido pelo outro. Isso poderia ser irrelevante se não fosse comum o fato de os adultos, que não fazem uso do tipo de comunicação própria do adolescente, analisarem suas falas como vazias, erradas, confusas.

No *corpus*, os números sobre o papel sociopessoal do alocutário em relação ao locutor, aqui determinados como papel superior, inferior e de igualdade, observado no Quadro 24, apontam que os adolescentes têm sua linguagem própria, seja através de estrangeirismos ou gírias, mais comuns dessa fase.

Vejamos, neste momento, o número total do uso de vocativo pelos personagens Gustavo e Catraca, bem como o percentual de acordo com o papel sociopessoal do alocutário em relação ao locutor:

Quadro 25: Resultado geral do uso do vocativo nas falas de GUSTAVO e CATRACA de acordo com o papel sociopessoal do alocutário em relação ao locutor: superior, inferior e igualdade

Total de ocorrência de vocativo:	Papel sociopessoal do alocutário em relação ao locutor	%		%		%
129	Superior	5%	Inferior	4%	Igualdade	91%

Temos um número total de 129 vocativos utilizados pelos dois personagens centrais do enredo: Gustavo e Catraca, sendo que uma proporção de 5% foi usada na comunicação com adultos (papel sociopessoal superior ao do locutor), 4% na comunicação realizada com crianças (papel sociopessoal inferior ao do locutor) e 91% foi usado na comunicação entre iguais (papel sociopessoal de igualdade entre locutor e interlocutor), neste caso, em especial, os adolescentes que também fazem parte do *corpus* dessa pesquisa. Esses resultados mostram que os adultos participam muito menos dos diálogos em que os adolescentes empregam sua linguagem própria, bem como a comunicação ser diferente com crianças.

Com essa explanação, queremos voltar ao foco deste trabalho, o estrangeirismo.

Vejamos:

(15) “Aí, só quero vê a cara dela quando ela vê isso, BROTHER”. (C/N:1:2)

(16) “Pô, tô preocupado com o cara, né, BROTHER”. (C/G:1:15)

(17) “Não essa cilada aí, né, BROTHER”. (C/CA:8:4)

Como notamos nessas falas e nas tantas outras analisadas, de acordo com o Quadro 24, posto anteriormente, o estrangeirismo *brother* é muito freqüente também sob o uso de vocativo. Então, nosso adolescente (e daí já se abordou toda a carga significativa que tem o vocativo e a interlocução como um todo) estabelece esse contato tanto com palavras da nossa

língua “Ah, muleque, de graça tu gosta né!” (C/CA:8:7), quanto com palavras de Língua Inglesa, “Pois é, e daí, BROTHER?” (C/CA:1:38).

No quadro 24, constatamos que Gustavo (protagonista da telenovela) usou vocativo na expressão de estrangeirismo em 32% dos usos. Os 68% de usos restantes deram-se na variante não-estrangeira. Um raciocínio semelhante pode ser feito nos usos de vocativo por Catraca: 23% na variante estrangeira e 77% na variante não-estrangeira. Isso teria implicações no nosso estudo? Implica que, de fato, os estrangeirismos, assim como toda variação lingüística, não tomam por completo uma determinada função sintática de uma língua, mas como uma co-variante dessa mesma língua.

Se o estrangeirismo é uma das conseqüências do processo de infiltração cultural norte-americana ou não, o fato é que suas marcas estão bastantes presentes em nosso idioma, de maneira especial, no falar do adolescente, que está muito mais aberto às possibilidades de acréscimos da língua que os adultos. Seja por querer mudança, seja por rebeldia, seja por facilidade de se deixar levar pelo *merchandise* de superioridade estadunidense, o adolescente usa essa possibilidade como natural em sua língua materna. Agora, se isso reforça a aculturação de um povo que não tem força para lutar contra as imposições sociais, culturais e econômicas de uma nação forte, a culpa não se restringe ao usuário de uma língua que, “pura”, não dá conta de representar o mundo à sua volta.

Com a análise dos dois personagens centrais para a análise, Gustavo e Catraca, percebemos que o uso do estrangeirismo tem razões no aspecto contextual em que vivem. Gustavo é filho de uma família de classe média alta, tem uma banda, apenas estuda, não trabalha. Já Catraca, que toca na banda do amigo, não demonstra o mesmo nível social, pelo menos não de estrutura familiar.

Embora todos os adolescentes que compõem o *corpus* deste trabalho estudem numa escola de classe média, o fictício Múltipla Escolha, as incidências de uso podem apontar uma facilidade maior de incorporação de estrangeirismo por aqueles que têm uma situação de vida econômica e social mais favorável que os que se destacam na telenovela pela rebeldia, como o Catraca, ou pela diferença de nível social. Em relação aos vocativos com palavras estrangeiras, em particular, Gustavo emprega, como dito anteriormente, um número maior que o personagem Catraca, em percentuais: 32% contra 23%. Claro que a situação econômica põe o cidadão em maior contato com cursinhos, músicas, livros, filmes de outra língua, no caso a inglesa.

Como vimos, o *corpus* selecionado para esta pesquisa situa-se no campo contextualizado da comunicação entre, predominantemente, adolescentes. Nessa manifestação lingüística, o estrangeirismo é uma constante e extrapola um simples modismo, ou um simples empréstimo, como se pode pensar. Modismo passa, empréstimo pressupõe devolução, e não é isso que se deduz do uso freqüente de palavras, especialmente do inglês, na fala dos adolescentes.

Por conta do que foi dito até esse momento, e pelo que foi comprovado através das transcrições de textos orais da telenovela *Malhação*, podemos dizer que a preocupação do deputado Rebelo se mostra vã, paliativa, pois não é punindo que se impedirá a ameaça que ele vê ao nosso idioma. A língua de um povo é mais do que um conjunto de códigos lingüísticos dos quais dispomos como bem entendemos para expressar nossas idéias. É, antes, o resultado de toda uma organização mental da realidade que se vive e em que se vive.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa descreveu o uso de estrangeirismos em *Malhação*, telenovela da Rede Globo de Televisão, dirigida especificamente a um público *teen*. Os resultados evidenciaram que o uso de palavras e/ou expressões estrangeiras esteve inserido no contexto lingüístico diário dos falantes/personagens *teens* da respectiva telenovela, em cerca de 95 situações de interlocução discursiva analisada, com maior recorrência de uso na função fática da linguagem, na expressão sintática de vocativo. E o mais importante: os resultados evidenciaram que os estrangeirismos analisados co-existem com outros vocativos na forma não-estrangeira da língua, firmando-se como mais uma das variantes desta respectiva função sintática, como em *Que é isso, CATRACA? Aconteceu alguma coisa, BROTHER?* (G/C:4/89). Tal descrição, permitiu-nos considerar, finalmente, que o uso de estrangeirismos em *Malhação* não se constitui, de fato, uma ameaça lingüística, mas mais uma variável no português *teen* da respectiva telenovela.

Vimos que os estudos sobre a linguagem se contextualizam num terreno arenoso e restringem-se a uns poucos o direito de debater e determinar o que se pode ou não em termos de uso da língua. Essas discussões são frutíferas, mas nem sempre estão clareadas aos mais interessados: os usuários, pois limitam-se, muitas vezes, à academia ou a páginas de livros.

Nesse restrito território, os leigos mantêm uma visão distorcida sobre a variação e mudança lingüística, e estão longe das contribuições da Sociolingüística, por exemplo.

Além desse desconhecimento, quando se fala sobre os estudos da língua, muitas vezes, eles são entendidos como algo estranho ao indivíduo, mesmo tão presente na sua constituição humana, é ainda vista como algo imutável, uma lei intransponível. Mesmo cada pessoa falando desde cedo sua língua, parece que quando precisa pensar sobre ela, não se sente capaz, fica inseguro para afirmar o que pode ou não em termos de uso.

Isso, em parte, dá-se pela visão distorcida de ensino de língua nas escolas. O aluno passa sua vida escolar sendo inserido num só tipo de uso, a língua na sua variedade formal. Desconsideram-se, ao lado disso, as variantes que o aluno traz de suas experiências, e pior, estigmatizam-se a gíria, o estrangeirismo, a variante informal.

Muitos ainda sentem vertigem em não entender a língua como estática, parece isso ser garantia de apreendê-la e entendê-la, quem sabe, um dia. Acontece que uma língua é tão viva quanto o homem em seu contexto, em sua história, em suas relações sociais, portanto a mutabilidade é característica própria de qualquer língua. Sem o homem e suas experiências, ela é um código sem sentido.

De 1500 para cá, muito já se modificou em nossa Flor do Lácio, o homem é outro, o País é outro, e a eles muitas culturas já se somaram. Do índio, do africano, dos imigrantes, dos visitantes, recebemos contribuições para esse caráter mutante da língua que falamos, pois, para esse contexto agitado e de transformações à velocidade da luz, estamos a todo tempo precisando de novas formas de significá-lo.

Este trabalho traçou um pouco desse caminho de evolução da língua, não como uma evolução que já se deu, mas que não se findará. E, nessa estreita relação como a transito-

riedade do homem, encontramos na Sociolinguística a contribuição para entender melhor os caminhos da linguagem no homem e para além do homem.

Por tais aspectos que o Projeto de Lei n.º. 1676/99 de Aldo Rebelo, tão discutido nestes estudos, mostra-se muito distante do verdadeiro entendimento de língua, daquilo que realmente importa para viver a língua em suas possibilidades. Vimos que a presença de vocábulos de outras línguas contribui para enriquecer não só o nosso, mas qualquer idioma. Receber palavras de origem estrangeira em forma de empréstimo nada tem a ver com a soberania político-econômica. As nações-estados possuem diferentes etnias e identidades, por isso, qualquer idioma é palco de mestiçagem e de interculturalidade e não devem ser vistos como fortalezas de nacionalidade. Aqueles que acreditam nesse Projeto precisam entender que a presença de palavras estrangeiras em nossa língua não é uma ameaça a cultura brasileira, amplamente definida como literatura, música, teatro, folclore e dança. O ataque ao estrangeirismo é o foco do Projeto de Aldo Rebelo, e sobre isso, neste trabalho, percorremos um caminho que apontou essa ocorrência como mais um acréscimo à língua, como faz a gíria, a variante informal, o jargão.

Não é o uso do estrangeirismo que desmerece o funcionamento de uma língua, até porque a incorporação de termos de outra língua à nossa, quando acontece, não se dá de forma impositiva, mas de forma natural, processual, obedecendo inclusive à estrutura da língua, seja no sotaque ou na grafia. Podar esse acréscimo é querer podar o inevitável caminho de evolução da língua. Não há como determinar que um termo deixe de ser empregado pelos falantes, uma vez que já caiu no gosto desses, uma vez já usado para representar o mundo deles. Tudo bem que Rebelo ressalte que os termos já incorporados podem continuar em nosso contexto lexical, mas daí determinar o que já foi, o que está sendo e o que será não é nada simples, operacional.

Embora a contextualização teórica tenha mostrado neste trabalho um entendimento de estrangeirismo como algo natural ao processo de evolução de uma língua, quisemos verificar como isso se dá na prática. Para tanto, o *corpus* coletado de *Malhação* mostrou que os adolescentes empregam estrangeirismo com a mesma naturalidade que empregam palavras da sua língua, como em: *Caraca, BROTHER, distribuí mais de 100 números, meu irmão!* (C/N:1:2).

O uso de uma palavra de outra língua, ou o uso de gírias, é marcado por mais que uma simples substituição, mas por um processo mais complexo de significação e ressignificação dos termos. Na gíria **A gente tem que dar um gás na campanha** (C/G:1:1), a troca de *gás* por *força* ou qualquer outro equivalente não obteria o mesmo valor de sentido; assim também no estrangeirismo usado em **Eu fiquei sem entender, Natasha, afinal, ele quis salvar você ou a MISS gari, hein?** (C/N:3:32), o sentido depreciativo empreendido pelo termo *miss* não seria contemplado por *senhorita*.

Nessa ida ao *corpus* da telenovela, verificamos que as variáveis independentes extralingüísticas de natureza social (sexo, idade, escolaridade) e de natureza estilística (estilo formal e informal de fala) se confirmaram na influência dos aspectos e estilo. Embora se trate de uma ficção, as falas das personagens exemplificaram esse processo baseado nas idéias de Labov (1972) e servem para corroborar o caráter sociolingüístico da manifestação do estrangeirismo nas falas do *corpus*.

O estrangeirismo passou, no último espaço da análise, a um lugar de maior destaque ainda quando se buscou mostrar seu uso no lugar gramatical de vocativo. Aí, percebemos que o adolescente tem uma necessidade de manter a interlocução a todo tempo numa mesma conversa, uma necessidade que passa pelo simples estabelecer contato e chega a uma necessidade de aceitação pelo outro, atendendo à função fática da linguagem. A fala **Fala, Fabrício,**

BROTHER, e aí, meu irmão? (G/F:3:101) é só um exemplo dessa necessidade de manter o interlocutor preso ao discurso. Seja pela falta de argumentos, idéias atrativas ou mesmo por insegurança, vimos que o estrangeirismo faz parte desse contexto de busca lexical como fazem as palavras em português, ou seja, naturalmente.

Os aspectos teóricos, seguidos da ilustração com o *corpus* da telenovela, reforçaram a crítica ao Projeto de Lei de Rebelo n°. 1676/1999, porque mostraram a fragilidade das idéias do então deputado. Mais que isso, ambos revelaram que os estudos em torno da língua serão sempre desafiadores, justamente por lidarem com algo tão em movimento. Talvez seja justamente essa mobilidade que amedronta quem quer a língua presa a uma gramática padrão para iludir-se na idéia de, assim, dominá-la.

Não foi intenção destes escritos, ao defender o estrangeirismo como possibilidade de acréscimo à língua, desmerecer a gramática normativa de uma língua, seria incorrer no mesmo erro de quem critica, a todo custo, o uso do estrangeirismo. A gramática normativa é necessária a uma comunidade lingüística, faz parte de sua identidade nacional, mas ela não pode representar, em seus limites de texto, um único uso possível, tido como correto, estigmatizando todas as demais possibilidades de manifestação lingüística.

As línguas naturais evoluem constantemente e, ao longo desse processo de evolução, entram em contato com outras línguas, incorporam novas palavras e expressões, e, longe de sofrerem prejuízos pela absorção de elementos estranhos, acabam na verdade se beneficiando e se enriquecendo.

Os adolescentes de *Malhação*, hoje, conforme verificamos no recorte, apresentam uma língua longínqua de Camões e muito distante dos compêndios em que estudava Machado de Assis, mas o interessante é justamente perceber essa mudança. Falamos a língua camonia-

na e machadiana, só que numa outra época, num outro contexto, com outras imposições culturais, logo é a língua, mas não a mesma língua.

Se uma língua sofre cortes ou acréscimos não é por vontade de alguns estudiosos ou legisladores. É por um processo natural em que o usuário incorpora o que lhe é necessário, o que lhe agrada, e desmerece o que não lhe serve mais, sem que, para isso, precise de autorização formal. Cada um fala inserido num contexto muito maior no qual a língua nada mais é do que uma das formas de entender esse mundo e representá-lo por meio de signos.

O homem não existe por causa da língua que fala, mas a língua existe por causa do homem e, assim como ele, acompanha o caminho mutante do comunicar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, T. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

ANTUNES, I. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **A Língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000b.

_____. **Linguística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2002a.

_____. **Português ou brasileiro?** São Paulo: Parábola, 2001a.

_____. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001b.

_____. **A Norma Oculta**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Cassandra, fênix e outros mitos. **Estrangeirismos : guerras em torno da língua**. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001d.

BAGNO, M. et al. **Língua Materna** – letramento, variação & ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2002b.

BARTHES, R. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. São Paulo: Cultrix, 1978.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Nacional, 1984.

BRAINE, G. O papel do inglês na educação de 3º Grau em Hong Kong: Por uma abordagem crítica. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

CAMACHO, R. G. **Sociolingüística. Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

CÂMARA, J. M. JR. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAPUCHO, F. Línguas e identidades culturais. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

CARVALHO, N. **Empréstimos Lingüísticos**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O que é neologismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTILHO, A. de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 1992.

CELANI, M. A. A. Chauvinismo lingüístico. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

CHILTON, P. Podem os lingüistas deixar de conter ‘invasões’? In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

CITELLI, A. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo: Gráfica Palas Athena, 2004.

CUNHA, C. F. da. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.

DENDRINOS, B. Ideologias conflitantes em discursos de resistência à hegemonia do inglês. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL PUBLICAÇÕES LTDA: macropédia. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos: guerras em torno da Língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. **Lingüística Histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Prática de Texto: língua portuguesa para nossos estudantes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Lingüistas e senso comum: ainda há espaço para a racionalidade científica? Uma carta ao Rajan. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

FIORIN, J. L. Considerações em torno do projeto de lei nº. 1676/99. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. Os Aldrovandos Cantagalos e o preconceitolingüístico. In: SILVA & MOURA (Orgs.). **O direito à fala – a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000.

FITTIPALDI, C. Lingüistas brasileiros para a democracia: por uma lingüística e uma universidade nacionais e locais, de resistência civil. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

GARCEZ, P. M. Os lingüistas não ficam na mão. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

GARCEZ, P. e ZILLES, A. **Estrangeirismos: desejos e ameaças**. In Faraco, C. A. (Org.)

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2003.

GIMÉNEZ, E. L. “Lingüística crítica”. VS. “Lingüística midiática”. Reflexões sobre o poder da ciência, a experiência e a democracia. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

GOUVEIA, C. A. M. Não se pode mudar a língua, mude-se o país. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

GUEDES, P. C. E por que não nos defender da língua? In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

HAUY, A. B. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1989.

HOUAISS, A. e SALLES, V. M. **Houaiss**: Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, W. **Modelos sociolingüísticos**. Madrid: Cátedra, 1983.

_____. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pnnsylvania Presss, 1972.

LIMA, J. G. de. **Revista Veja**. São Paulo: Agosto, 2000.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1975.

LOPES, L. P. da M. O que os lingüistas têm a ver com o movimento do ‘só português’ e com a língua do Império? In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

LUFT, C. P. **Língua e liberdade**: por uma nova concepção da língua materna. São Paulo: Ática, 1994.

LYONS, J. **Linguagem e Lingüística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A. , 1981.

MATTELART, A. & NEVEU, É. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português são dois** – novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MILROY, J. O lingüista e as atitudes públicas frente à linguagem. In LOPES, F. e

MOLLICA, M. C. **Introdução à sociolingüística variacionista**. Rio de Janeiro – RJ: Didáticos UFRJ, 1992.

MOLLICA, M. C. ; BRAGA, M. L. (orgs). **Introdução à Sociolingüística**: o tratamento da variação. São Paulo : Contexto, 2003.

MONTEIRO, J. L. Erro gramatical ou preconceito lingüístico? In: SOARES, Maria Elias, ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de (Orgs.). **Programas e resumos** – XVI Jornada de Estudos Lingüísticos. Fortaleza: UFC/GELNE, 1998.

_____. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MORINO, E. C. e FARIA, R. B. **Hello- stage 6**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Lingüística**: domínios e fronteiras. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, J. **Os Lusíadas de Luís Vaz de Camões**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1960.

PAIVA, M. da C. **Sexo**. In: Introdução à Sociolingüística Variacionista. Rio de Janeiro: Cadernos Didáticos UFRJ, 1992.

_____. Levantamento, codificação, digitação e quantificação de dados. In: MOLLICA, M. C. **Introdução à Sociolingüística Variacionista**. Cadernos Didáticos, UFRJ, 1992.

PENNYCOOK, A. Os limites da lingüística. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

PHILLIPSON, R. Precisa-se de lingüistas nacionalmente responsáveis. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

POSSENTI, S. A questão dos estrangeirismos. In FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. Para dizer o quê? In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

QUIANG, N. ; WOLFF, M. Fracassos lingüísticos. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.

_____. Transcrição de dados lingüísticos. In: MOLLICA, M. C. **Introdução à Sociolingüística Variacionista**. Cadernos Didáticos, UFRJ, 1992.

REBELO, A. Idioma e Política. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

SCHMITZ, J. R. O projeto de lei nº. 1676/99 na imprensa de São Paulo. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

_____. Legislação contra estrangeirismos no português brasileiro? In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

SCLIAR- CABRAL, L. Quem fala, como fala e para quem sobre política. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

SAREEN, S. K. Uma ou mais bandeiras. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

SIGNORINI, I. Nem “patriotas”, nem “científicos” à moda antiga. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

SILVA, F. L. ; Moura, H. M. de M (Orgs). **O Direito à fala**: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis, SC: Insular, 2000; 2002.

SILVA, G. M. de O. ; SCHERRE, M. M. P. **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996.

SILVA, F. L. da; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A lingüística que nos faz falhar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, F. L. da. As três leis de Nixon. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1994.

SOARES, M. E. , PAIVA, V. L. M. O. & INDURSKY, F. 'Requerimento dos lingüistas ao senado da República'. In: FARACO, C. A. (org.). **Estrangeirismos**: guerras em torno da Língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

SPOLSKY, B. Deixe o seu lingüista em paz. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. São Paulo: Ática, 2000.

TERRA, E. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, J. R. & Moura, H. M. de M. **O Direito à fala**: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

ZILLES, A. M. S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In FARACO, C. A. (Org.) **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

ZILLES, A. M. S. & GARCEZ, P. M. Estrangeirismos –desejos e ameaças. In: Faraco, C. A. (Org.) **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

WODAK, R. Políticas lingüísticas européias. In SILVA, L. F. e RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A lingüística que nos faz falhar**: investigação crítica. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.

YAGUELLO, M. Não mexe com a minha língua! In BAGNO, M. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001b.

ANEXO 1 – PROJETO DE LEI N.º 1676, DE 1999 (ALDO REBELO)

PROJETO DE LEI N.º 1676, DE 1999 (ALDO REBELO)

Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do caput do art. 13, e com base no caput, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

I – é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

II – Considerando o disposto no caput, I, II e III deste artigo, a língua portuguesa é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;

III – constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

I – melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;

II – incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;

III – realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV – incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;

V – fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI – atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao aportuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

§ 1º Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos anteriores.

§ 2º À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de 1 (um) ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I – no ensino e na aprendizagem;

II – no trabalho;

III – nas relações jurídicas;

IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI – nos meios de comunicação de massa;

VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º A disposição do caput, I – VIII deste artigo não se aplica:

I – a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II – a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III – a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV – a membros das comunidades indígenas nacionais;

V – ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI – a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

VII – as palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída.

§ 2º A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

I – tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

II – uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

I – prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

II – prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III – prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta lei, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

Art. 6º O descumprimento de qualquer disposição desta lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação.

Art. 7º A regulamentação desta lei tratará das sanções premiais a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

Art. 8º À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta lei.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A história nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser impertinente e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos – como *“holding”*, *“recall”*, *“franchise”*, *“coffee-break”*, *“self-service”* – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como *“startar”*, *“printar”*, *“bidar”*, *“atachar”*, *“database”*. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos

e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse – um autêntico milagre brasileiro – está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria “on sale” significa que esteja em liquidação? Ou que “50% off” quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques estamos nos habituando com um “Jose” – sem acentuação! E o que falar do serviço de “clipping” da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da “newsletter” da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou ainda, das milhares de máquinas de “personal banking” do Banco do Brasil – Banco DO BRASIL – espalhadas por todo o País?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art. 13, caput) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar – caput, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural – a língua materna -, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência cultural, e assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar - com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, MACHADO DE ASSIS, nosso escritor maior, deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição: “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Quer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.”

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por EDIRUALD DE MELLO, no seu artigo “O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções”, publicado em *Cadernos Aslegis*, nº 4, 1998.

O projeto de lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei nº 75-1349, de 1975, substituída pela Lei nº 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o PL, proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiais, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras corretamente em uso.

Nos termos do projeto de lei ora apresentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

O momento histórico do País parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria “Quero a minha língua de volta!”, de autoria do jornalista JOSÉ ENRIQUE BARREIRO, publicada há pouco tempo no *Jornal do Brasil*.

Em segundo lugar, há que ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do País se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita como oralmente, como bem demonstra a matéria da capa – “A ciência de escrever bem” – da revista *Época* de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto - - tal qual a falamos - - da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o PL ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura – a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores lingüistas, Napoleão Mendes de Almeida, no Prefácio de sua *Gramática metódica da língua portuguesa* (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), “conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. . . . A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?”.

Movido por esse espírito, peço toda a atenção dos meus nobres colegas de parlamento no sentido de apoiar a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa legislativa.

ANEXO 2 – REQUERIMENTO DOS LINGÜISTAS AO SENADO DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor senador Ricardo Santos

DD. Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal

Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Educação do Senado Federal:

Está começando a tramitar, no Senado Federal, o projeto de lei nº 1676/99, originário da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) que “dispõe sobre a promoção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”.

Não há dúvida de que o Brasil precisa investir esforços no sentido de estabelecer diretrizes para uma política lingüística nacional, reconstruindo aquela que vige entre nós há séculos. Essa nova política deverá, *entre outros aspectos*:

- Reconhecer o caráter multilingüe do País e, ao mesmo tempo, a grande e rica diversidade da língua portuguesa que aqui se fala e se escreve;
- Promover um combate sistemático a todos os preconceitos lingüísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social entre nós;
- Estimular a pesquisa científica da complexa realidade lingüística nacional e favorecer a ampla divulgação de seus resultados;
- Estimular a reformulação crítica das gramáticas e dos dicionários para que, ao registrar a norma padrão real, o façam de forma a facilitar seu ensino e difusão;
- Definir os direitos lingüísticos do cidadão.

Infelizmente, o projeto de lei nº 1676/99 contribui muito pouco para atingirmos metas importantes como essas que acabamos de mencionar.

Já em sua justificativa, o projeto reitera uma série de equívocos sobre a realidade lingüística brasileira, cujos efeitos deletérios não podem ser desprezados. Em particular, reitera o mito da unidade lingüística, mito que constitui a base da construção de uma intrincada rede de crenças que configuram o preconceito lingüístico no Brasil.

Por outro lado, o corpo do projeto, *entre outros graves defeitos*:

- Restringe, por desconsiderar nossa realidade multiétnica e multilingüe, o direito de expressão das várias etnias que compõem o Brasil;
- Interfere negativa e restritivamente nos processos normais de expansão do vocabulário do português brasileiro, por desconhecer a dinâmica lingüístico-cultural das sociedades humanas;
- Atribui equivocadamente à Academia Brasileira de Letras, por ignorar as instituições brasileiras em que efetivamente se faz o estudo sistemático da língua portuguesa entre nós, o papel de “guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil”.

Por esse e outros aspectos, a aprovação definitiva do referido projeto de Lei trará grandes prejuízos à cultura lingüística do País. Assim, nós, presidentes das entidades abaixo mencionadas, vimos solicitar que, durante a apreciação do referido projeto de lei, sejam ouvidos, *em audiência pública*, representantes da comunidade científica brasileira, em particular da área de lingüística e Letras, de modo a se poder melhor avaliar os vários defeitos daquele projeto e suas muitas repercussões negativas.

Atenciosamente,

Prof^ª Dr^ª Maria Elias Soares

Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN)

Universidade Federal do Ceará

Prof^ª Dr^ª Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (ALAB)

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^ª Dr^ª Freda Indursky

Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANEXO 3 – AMOSTRA DOS DADOS

- (1) A gente tem que dar um gás na campanha (C/G:1).
- (2) Caraca, **BROTHER**, distribuí mais de 100 números, meu irmão! (C/N:1).
- (3) Aí, só quero vê a cara dela quando ela vê isso, **BROTHER** (C/N:3).
- (4) Não essa cilada aí, né, **BROTHER** (C/CA:8).
- (5) Bora, Cadu, vamo nessa! (C/CA:8).
- (6) Então vamo logo que meu estômago está roncando, **BROTHER**, vamo embora! (C/CA:8.)
- (7) Ah, muleque, de graça tu gosta né! (C/CA:8).
- (8) É, peguei uma gata, malandro, que vou te contar, e o Gustavo pegou a rainha das noites, né! (C/CA:2).
- (9) (25) Tô na área, galera! (C/N:4).
- (10) Não, não, é que eu encontrei o Fabrício na rua (C/G:4).
- (11) É, mas ele falou que volta amanhã pro colégio, sem dúvida nenhuma (C/G:4).
- (12) Foi mal, cara, é que eu tô morrendo de fome, eu não almocei (C/G:4).
- (13) Não tô me concentrando por causa disso (C/G:4).
- (14) E aí, Gustavo, o Fabrício não veio pra aula de novo, cara (C/G:1).
- (15) Pô, tô preocupado com o cara, né, **BROTHER**. (C/G:1).
- (16) Oi! E aí, **BROTHER**, tava loco pra saber do lance com a Natasha, cara (C/F:3).
- (17) Ah, ah, ah, foi mal, galera, é que eu achei que de repente ele tinha se lembrado do acidente, sei lá, mas não aconteceu nada disso não, graças a Deus! (C/G:4).
- (18) Natasha vai estorar com o Fabrício (C/G:1).
- (19) Tá ficando maluco, rapa, tu acha que o pai dele vai ficar amarradão de saber que a gente tá com ele lá no clube? (C/G:1).
- (20) Sei lá. Ah, ela deve tá com o Fabrício, eles não se largam mais, esses dois. Se não se importa não, né? (C/G:4).

- (21) O que é que o tal do Cabeção quer ir fazer na tua casa, hein, Gustavo? (C/G:4).
- (22) Naquele lugar ali? (C/G:4)
- (23) Nem por um milhão de dólares, rapa, mó furada! (C/G:4).
- (24) Tranqüilão, ensaiar é o que a gente faz o tempo todo, aí! Ah, ah, ah (C/G:3).
- (25) Natasha já foi pra casa, já (C/N:1).
- (26) Pô, foi mal, **BROTHER** (C/G:1).
- (27) Tudo bem. Oh, Gustavo, você ainda tá chateado comigo? (C/G:4).
- (28) Vamo nessa, vamo lá! (C/G:4).
- (29) Ah? (C/G:4).
- (30) Ah, deve tá se arrumando, cara. Mulher é assim mesmo, sempre se atrasa, nem grila! (C/G:4).
- (31) Mas aí, Gustavo, agora você pode se ferrar com o Pasqualete, pô! (C/G:3).
- (32) Eu fiquei sem entender, Natasha, afinal, ele quis salvar você ou a **MISS** gari, hein? (C/N:3).
- (33) É? (C/N:3).
- (34) Psiu! Como foi lá com o Oscar? (C/G:2).
- (35) Na moral, véio, você tá ficando mais otário que o Felipe, hein! Pagar esse mico todo por causa de **MISS** gari? (C/G:2).
- (36) Menos mal, né? (C/G:2).
- (37) Você é que não sabe, tá! O Gustavo me contou tudo, tim tim por tim tim. O cara é meu **BROTHER**, não me esconde nada. Ele mesmo que me contou. Rolou de tudo dentro daquele carro! (C/FL:3).
- (38) Pois é, e daí, **BROTHER**? (C/CA:1).
- (39) As chaves da festa do Dieguinho, tô certo? (C/CA:1).
- (40) Pode crer, né? Vai ser cabeça de fósforo passa bola, cabeça de fósforo. . . (C/N:3). Isso não vai ficar assim! O que é que cê vai fazer? (C/N:3).
- (41) Qual é, Natasha, vamo dispensar rango na casa do Gustavo, cara! Você tá muito podre demais, e tá tão chata quanto a **MISS** gari! (C/N:4).

(42) Ah, tá! Pô, por que você não falou antes, cara. Não sabia, né! Pô, desculpa aí, ferar com a *MISS* gari é comigo mesmo! (C/N:4).

(43) Podia inscrever a *MISS* gari como voluntária no Iraque, hein? Aí, ela vai ficar pra lá de Bagdá (C/N:3).

(44) Por quê? (C/G:3).

(45) Ah! A *MISS* gari perdeu a bolsa? (C/G:3)

(46) Ahhh! Tu deveria te deixado a *MISS* gari te se ferrado (C/G:3).

(47) Mais valeu a pena, mó festa, rapa! (C/CA:4)

(48) Tu não sabe de nada, saca só isso aqui oh! Isso daqui que é festa do ano. A festa do Dieguinho (C/CA:4).

(49) Sabe o que que é? É que vai ser difícil, acesso ultra restrito (C/CA:4).

(50) Vô ver se tu merece, bele? (C/CA:4)

(51) Não vi, e se tivesse visto não te dizia não, tá! Larga do pé do cara, garota (C/L:1).

(52) Vem cá, tu acha que pode se enturmar com o Gustavo só por que ele se acusou no seu lugar, é? Oh, acontece que ele não fez isso para te salvar não, ele fez isso para defender a Natasha (C/L:1).

(53) Isso mermo! Natasha sabotou o simulado e se acusou para defender ela, não você. Mas tu engoliu a história direitinho, né? (C/L:1)

(54) E aí, rapaz! Chega aí! (C/CA:1)

(55) Cê tá mó a fim de ir na festa do Dieguinho? (C/CA:1)

(56) É, né! Vô se bacana contigo e te arranjar um! (C/CA:1)

(57) Tu sabe que uma mão lava a outra, né? Eu te dou o convite e tu vai mudar a minha nota da pauta da Sabrina (C/CA:1).

(58) Tua mãe tem as chaves de todas as salas do colégio. Tu arranja a da diretoria e muda a minha nota (C/CA:1).

(59) Ah, tu não quer ir na festa do ano, né? (C/CA:1)

(60) E aí? Fechado? (C/CA:1)

(61) É, realmente, que pena, então, né? Tu não vai querer ir na festa do Diego. Cara, vai ter tanta mulher bunita, comida, bebida liberada. Sem falar que gente bacana que é tri (C/CA:1).

(62) É assim que se fala, muleque! Não vai se arrepender não, vai embora, cara, sai daqui!
(C/CA:1)

(63) Primeira parte do nosso plano já foi detonada, aí, cabe de contar para a **MISS** gari que ele se acusou por tua causa, e não dela. (C/N:1)

(64) Saiu quicando de ódio, a essa altura deve ter dado uma bronca no Gustavo (C/N:1).

(65) Aí, aí, será que s opombos correios para nossa mensagem-bomba para a Letícia tão por aí, não? (C/N:3)

(66) Pode dexa comigo! Falo mermo! Falo mermo! (C/N:3)

(67) Boa noite, boa noite, tudo bem? Eh, eh, vocês viram o Gustavo por aí hoje? (C/FL:3)

(68) Pô, to procurando o Gustavo a tarde toda, ele sumiu! Oh, Flávia, você sabe da Letícia?
(C/FL:3)

(69) Ué, porque eles devem tar juntos, aproveitando né! (C/FL:3)

(70) Num é todo dia que a gente encontra uma guria tão liberal como a Letícia, né? (C/FL:3)

(71) Eles devem estar relembrando os momentos da viagem, só que no quarto do Gustavo, melhor do que no carro (C/FL:3)

(72) Se vocês virem o Gustavo por aí, me dêem um toque, beleza? (C/FL:3)

(73) A bomba tá lançada, vamos deixar explodir! (C/N:3)

(74) Pois é, aí, **BROTHER**! (C/CA:1)

(75) Chaves para a festa do Diego! (C/CA:1)

(76) Que beleza! (C/CA:1)

(77) Capricha na minha nota! (C/CA:1)

Transcrição das falas do personagem Gustavo

(78) Cadu, chega aí, **BROTHER**, chega aí. Cara, por que você não me falou que teu pai era gari, **BROTHER**? Passei o maior vexame por causa disso, meu irmão! (G/CA:1).

(79) Tá, numa boa, **BROTHER**, a gente não vai mais chamar a tua irmã de **MISS** gari, valeu!
(G/CA:1).

(80) E aí, casal, então, a gente tá pensando em sair fora dessa parada aqui, meu irmão!
(G/N:8).

- (81) Então, vocês estão a fim? (G/C:8).
- (82) Vamo nessa, Cadu, vamo! (G/CA:8).
- (83) Vamo nessa, **BROTHER**! (G/CA:8).
- (84) Então, vamos fazer o seguinte, por que a gente não vai numa pizzaria nova que abriu aqui no fim da rua, as pessoas dizem que é o máximo lá (G/CA:8).
- (85) Ah, Cadu, não faz isso com a gente, **BROTHER**, vamo fazer o seguinte, tudo por minha conta hoje. Aí, beleza? (G/CA:8).
- (86) Vamo nessa! (G/CA:8).
- (87) E aí, **BROTHER**, pô, você perdeu uma noite maneríssima ontem, veio. Bom, a pizza estava demais, e depois a gente foi curtir um **ROCK IN ROLL**, uma dança, **SHOW** de bola! (G/CA:2).
- (88) Pô, Cadu, que é isso, **BROTHER**, a gente tem uma relação super aberta, meu irmão (G/CA:2).
- (89) Que cara é essa, Catraca? Aconteceu alguma coisa, **BROTHER**? (G/C:4).
- (90) Jura, cara? E aí, ele te contou alguma coisa? (G/C:4).
- (91) Contô, contô que tava gripado, só isso, e por isso não foi pra escola, entendeu? É rapaz. . (G/C:4).
- (92) É, e a gente aqui, achando o pior né. Catraca, você colocou a maior pilha errada na gente, **BROTHER** (G/C:4).
- (93) É, Graças a Deus mesmo! (G/C:4).
- (94) Vamos embora, agora a gente tem motivos de sobra para se divertir. Issa! Ah, ah, ah. . . Vamo lá! **TWO, THREE, FOUR** (G/N:4).
- (95) Alôô, Catraca, cara, se tá aqui, **BROTHER**, cê errô todas! (G/C:4).
- (96) Ah! (G/C:4).
- (97) Por que você não falô antes? Xá comigo que eu vou fazer uma produção de um rango bacana pra gente, tá? (G/C:4).
- (98) É pancado que nada, Catraca, pô deixa de secar o moleque, cara. O cara vai ficar bom, **BROTHER**, eu tenho certeza disso (G/C:1).
- (99) Cara, você não pára de falar sobre este assunto, véio! (G/C:1).

- (100) Só que ela teve um encontro com a empresária dela, Diogão, e esses encontros demoram, **BROTHER!** (G/D:4).
- (101) Fala, Fabrício, **BROTHER**, e aí, meu irmão ? (G/F:3).
- (102) Pô, quer dizer que você só teve uma gripe, né? (G/F:3).
- (103) E aí, Catraca, vamo pegar a Natasha e vamo direto pro clube? (G/C:1).
- (104) Eh, mas o que é que tem? Leva o muleque junto, **BROTHER** (G/C:1).
- (105) É, tem razão, Catraca, então quando ela terminar encontra com a gente lá, né, **BROTHER?** (G/C:1).
- (106) Fica tranqüilo, **BROTHER**, cola na minha que vai dar tudo certo (G/CB:4).
- (107) Aí, **BROTHER**, cadê a Natasha, hein? (G/C:4).
- (108) Catraca, cê tá cansado de saber, **BROTHER**, que a minha relação com a Natasha é aberta, sem cobranças, sacô? Deixa ela se divertir um pouco, vai! (G/C:4).
- (109) Ele queria que a Vagabanda desse um **SHOW** no **VILMA'S CAFÉ**, **BROTHER** (G/C:4).
- (110) Ahran (G/C:4).
- (111) Pô, mas sabe que ele tá com umas idéias bacanas pra transformar aquele lugar, **BROTHER**, e outra coisa, pode ser um ótimo lugar pra gente fazer uns **SHOWS** pô, pra gente comandar a área, sacô? (G/C:4).
- (112) Oh, pô, Cabeção, a gente tá ensaiando todos os dias, **BROTHER**, tá com tudo em cima, é o não é, Catraca? (G/CB:3).
- (113) Bom, então fechô, né. Vamo embora, Rafa, que a gente ainda tem que começar a descolar um material manero lá com a galera pra nova decoração (CB/R:3).
- (114) Aí, Natasha, os **BROTHERS** aí vieram convidar a gente pra dar um **SHOW** amanhã no **VILMA'S CAFÉ** (G/N:3).
- (115) Pô, e eu ainda paguei uma maior de otário na frente da Letícia, véio. (G/C:1)
- (116) Foi mal? Foi péssimo! (G/C:1).
- (117) E aí, você viu a Natasha? (G/N:1).
- (118) É? Então, vamo indo nessa que a gente tem muita produção ainda! (G/C:4).
- (119) Tô, Catraca, mas eu não tô a fim de falar sobre isso agora não, valeu, **BROTHER**. A gente tem **SHOW** hoje, e a gente tem que arrebentar nesse **SHOW**, vamo nessa? (G/C:4).

(120) Catraca, onde que a Natasha se meteu, **BROTHER**? Faz mais de duas horas que a gente tá esperando ela, pô, ela não apareceu ainda (G/C:4).

(121) Aí, **BROTHER**, beleza? (G/C:3).

(122) Relaxa, eu dô um jeito, **BROTHER**, me viro! (G/C:3).

(123) Tá (G/O:10).

(124) **NO PROBLEM!** (G/O:10).

(125) Bom, não sei se eu vou conseguir, professor, quer dizer, não sei se o trabalho vai ficar bom. Mas eu vou tentar, tá bom? (G/O:10).

(126) **SHOW!** (G/O:10).

(127) Tranqüilo, **BROTHER!** Advertência na caderneta, o Doutor Marcelo Henrique vai ter que arcar com o prejuízo todo, e eu vou ter que consertar tudo sozinho, fácil! (G/C:2).

(128) Cê esqueceu que foi por causa da Natasha também, **BROTHER**? (G/C:2).

(129) E aí, Murilão, a parada é a seguinte, **BROTHER**, a Natasha, ela joga bem pra caramba, ela tem garra e tem fome de gol. Já a Letícia, ela é mais equilibrada, joga pra equipe e tranqüiliza as jogadoras. Ah não, cara, tá a maior confusão, eu não sei quem que eu vou escolher pra ser a capitã do time (G/MU:2).

(130) Ah, legal, que bom que você reconhece, já tava ficando chateado porque você ficou mal (G/N:4).

(131) Que é isso? Pascoaletti não pode fazer isso. Eu vou lá agora (G/L:1).

(132) Aí, Oscar, vocês não podem cancelar a bolsa da Letícia. Ela não fez nada (G/O:10).

(133) Fui eu quem sabotou o interruptor do colégio(G/O:10).

(134) É, fui eu sim! (G/O:10).

(135) Ah, professor, aquela onda do simulado tava uma loucura só! Todo mundo tava achando que não tinha nada a ver, até o senhor achou que não tinha nada a ver depois, né? (G/O:10).

(136) É que a gente que é músico entende um pouco de eletricidade, então, eu fiz (G/O:10).

(137) A medalhinha eu achei no chão do colégio, e pus lá para despistar, mas nunca imaginei que era da Letícia (G/O:10).

(138) Mas o que vai acontecer com a Letícia? (G/O:10).

(139) Ah, Dona Lúcia, foi só uma recaída, mas não vai acontecer mais (G/LU:1).

(140) Foi eu sim, Letícia (G/L:1).

(141) Tá, não fui eu não! (G/L:1).

(142) Porque eu não queria que você saísse do colégio (G/L:1).

(143) Ah, Letícia, relaxa. Eu dou um jeito, e se num der, eu não tô nem aí. Para mim é fácil encontrar outro colégio bom, para você é mais difícil. Eu sei o quanto essa bolsa é importante para você (G/L:1).

(144) Eu posso ter a terceira opção? (G/L:1).

(145) Vamos esquecer essa história toda, e me dá um beijinho (G/L:1).

(146) Ah, Letícia, deixa que eu me viro! (G/L:1).

(147) Ah, Letícia, eu sou experiente com esse tipo de coisa, me tirar de roubadas, relaxa vai! (G/L:1).

(148) Então, vem cá, vem! (G/L:1).

(149) Então vamos fazer o seguinte, eu assumo a culpa pra gente ganhá tempo. Enquanto isso a gente vai tentar descobrir quem é o verdadeiro culpado. Aí, eu obrigo esse cara a se entregar, e aí, pronto, tudo bem, tá bom assim? (G/L:1).

(150) Ah, por quê? (G/L:1).

(151) Ah, sim, chefinha, às suas ordens. Pô, Letícia, dá um tempinho pra gente, vai, só um pouquinho, vai! (G/L:1).

(152) Aí, Bel, vê um sanduíche de atum com cenoura e um suco de caju aí, por favor! (G/B:3).

(153) Tava (G/N:1).

(154) Porque eu tava esperando para ver qual seria o castigo da Letícia (G/N:1).

(155) Quase (G/N:1).

(156) Não aconteceu porque eu assumi a culpa pela sabotagem (G/N:1).

(157) Eu tive que assumir a culpa porque a verdadeira culpada não quis assumir (G/N:1).

(158) O que, Natasha? Você deveria me agradecer e não encher o saco porque eu livreí sua pele também (G/N:1).

(159) Valeu, galerinha, tô indo nessa que eu tenho que chegar mais cedo no colégio (G/CR:11).

- (160) Mãe, relaxa, não aconteceu nada demais, tá? Beijos! (G/BE:4).
- (161) Oi, Dona Lúcia! (G/LU:1).
- (162) Que é isso, Dona Lúcia, não foi nada (G/L:1).
- (163) É (G/LU:1).
- (164) Ah, num sei né, Letícia, tô indo lá para saber se vai rolar alguma coisa ou não (G/L:1).
- (165) Valeu, tá legal! (G/L:1).
- (166) Tudo bem, professor, pode falar. Eu sei que eu errei e estou disposto a pagar por isso (G/O:10).
- (167) Valeu, professor! (G/O:10).
- (168) Oi, qué uma pipoquinha? (G/CA:8).
- (169) O que que foi? (G/:CA:8)
- (170) Quem foi que disse que foi a Natasha que armou o lance do simulado? (G/L:1)
- (171) Não foi nada disso Letícia, tá, eu vô te contar toda a verdade(G/L:1).
- (172) Eu descobri que foi a Natasha que sabotou o interruptor do colégio, e eu pedi para ela se entregar para que você não se prejudicasse (G/L:1).
- (173) Ela não fez isso porque ela tá encrencada com o Pascoaletti por causa do lance do Alvinho. Podia ter sido expulsa também (G/L:1).
- (174) Não. Eu fiz por que eu não queria que você perdesse a bolsa (G/L:1).
- (175) Foi por ela também. Letícia, você queria que eu fizesse o quê? Natasha é minha amiga há anos. Toca na mesma banda que eu. Num poderia ferrar com ela (G/L:1).
- (176) Acredita em mim. Eu tava mais preocupado com você (G/L:1).
- (177) Acredita em mim, Letícia (G/L:1).
- (178) Foi (G/L:8).
- (179) Mais só porque ela tava com ciúmes do nosso beijo lá em Vila Verde, só isso, ciúmes! (G/L:8)
- (180) Claro que não, né, Letícia, por isso dei uma bronca nela. Só que eu não podia fazer mais nada. Você me entende, né? (G/L:8)
- (181) Então fala que eu te explico tudo agorinha (G/L:8).

(182) Amizade, ela é a baixista da banda (G/L:8).

(183) É que antes rolava uma amizade colorida entre eu e a Natasha. Agora que você chegou minha amizade ficou preta e branca. Colorida só com você (G/L:8).

(184) Ah, Letícia, eu também não tinha falado que era só por tua causa (G/L:8).

(185) Não, Letícia, claro que não. Eu fui lá, me acusei e pronto. Não pensei em nada mais. Eu não queria que você saísse do colégio. E, oh, se a Natasha não tivesse pendurada com o Pascoaletti, eu obrigaria ela a se entregar. E aí, mais alguma coisa que você não entendeu ainda? (G/L:8)

(186) Aí, galerinha! Até amanhã, galerinha! Quero ver todo mundo aqui! (G/CR:11)

(187) Você tá brava comigo? (G/L:1)

(188) Mas o jeito que você tá me tratando tá igual. Acredita em mim. Eu salvei a Natasha, mas eu tava mais preocupado com você (G/L:1).

(189) Vou lá consertar os estragos, eu tô indo então (G/L:1).

(190) Não vai ser preciso **BROTHER**, a concorrência está muito fraca, dá uma sacada só nisso daqui! (G/C:1).

Transcrição das falas dos demais personagens envolvidos na pesquisa

(191) Vivi, querida, a gente precisa de uma plataforma séria, não destes **BOTTONS** ridículos (FI/V:1).

(192) Vocês estão desprezando meus **BOTTONS**? É isso? (V/FI:1).

(193) Estes **BOTTONS** são um charme, não são? Cadu, me ajuda a distribuir os **BOTTONS**, panfletos, estas coisas todas (V/CA:1). Agora não vai dar Vivi, é que eu tenho que ir pra casa (CA/V:1).

(194) Cadu, por que você não está usando o **BOTTON** que eu te dei? (V/CA:1). É que. . . Esse não é o modelo das garotas? (CA/V:1).

(195) Não, a base da nossa plataforma tem que ser cultural, por exemplo, tem um **DECK** lá no colégio que o espaço é super legal, só que é mal usado, a gente tem que agitar um pouco (L/FL:7). Tá, mas com o quê? (FL/L:7).

(196) Que mau humor é esse, hein? Aconteceu alguma coisa? (L/LU:7). Aconteceu que eu discuti de novo com aquele **PLABOYZINHO** metido, ah! (L/LU:7). Oh, Letícia, você não tá levando muito a sério demais esta história não, eh? (LU/L:7).

(197) Não mãe, porque eu vou mostrar para aquele **PLABOYZINHO** que dinheiro não compra tudo não, muito menos eleição de grêmio (L/LU:7).

(198) Oh, Vivi, você não falou que ia fazer outros **BOTTOMS** pros garotos? (CA/V:1). Eu fiz, mas eles ainda não ficaram prontos (V/CA:1).

(199) E então, quem vai fazer a ata? (M/A:5). Eu (A/M:5). Ata gente! Vocês não estão exagerando não? (D/M:5). Não, o TDB ganhou **STATUS** de instituição oficial (B/D:5).

(200) Ah, essa foto da **MISS** gari ficou hilária! (N/C:3).

(201) Não estou entendendo nada, o que é isso, o **BAD BOY** da escola veio aqui te pedir desculpas? (FL/L:3). É (L/FL:3). Ah, tu tá muito poderosa! (FL/L:3).

(202) Aí galera, numa boa, vamos esquecer esta história. Agora, por favor, parem de chamar a minha irmã de **MISS** gari (CA/G:1).

(203) Biscoito amanteigado com groselha! (R/K:9). Calma, galera, calma que é só um sacrifíciozinho pelo nosso amigo **BIG HEAD**, cabeção (K/R:9). E que sacrifício né, o Cabeção vai ter que vender a alma pra pagar a gente (M/R:9).

(204) E aí, vamo almoçar no **VILMA'S CAFÉ**? (M/R:9).

(205) **VILMA'S CAFÉ** não gente! Até o nome deste bar é estranho! (R/M:9). Muito estranho! (D/R:9).

(206) Drica, eu tava passando e resolvi pedir um favor, será que você pode entregar essas fotos pro TDB? (A/D:5) Ahran (D/A:5). É do **BOOK** dele (A/D:5).

(207) Mas vem cá, vocês acham que tem como marcar o **SHOW** pra amanhã mesmo? (CB/G:3).

(208) Não sei, mas por via das dúvidas, eu já sei o que a gente vai fazer para detonar esse possível interesse do Gustavo pela **MISS** gari (N/C:3). É? (C/N:3).

(209) É, cara, te dou a maior força, vai fundo. Agora, arruma uma situação para vocês dois ficarem sozinhos. Qué que você acha? (TD/R:3). Ah, é né. Já sei, cara, vou pedir umas aulas particulares para ela. Se vai ver TDB, agora eu vou desencalhar, cara. No estilo, eh! **ENGLISH STYLE!** (R/TD:3).

(210) Olha Lúcia, pra te ser sincera, eu também não concordo com nada disso. Meu filho já tem essa fama de **BAD BOY**, tanta confusão! Mas ele me disse que só até descobrir o verdadeiro culpado (BE/LU:4). É, tomara que ele descubra logo, não é? (LU/BE:4).

(211) Ah, TDB, hoje eu e a Beth vamo ficar sozinhos na república porque eu pedi pra ela me dar aula particular, entendeu? Imagina, nós dois! Ah, vai ser **ROLE** pra lá, **BABY** pra cá, **KISS ME QUICK** (R/TD:3).

(212) Bom dia, **HAPPY PEOPLE! HAPPY PEOPLE**, pessoas felizes (AF/AL:2).

(213) Beth, **WELCOME!** (R/BT:5).

(214) **THANKS**, Rafa! (BT/R:5).

(215) Caraca, a Beth tá muito a fim de mim mesmo. Ai! Quando ela vir aquele poema vai ficar apaixonada, mais apaixonada ainda do que já tá. Ai, maravilha! **YES! YES!** (R/TD:5).

(216) Que ódio do Gustavo! Cara, não tô acreditando que eu vou ter que obedecer a **MISS** gari dentro de quadra (N/C:3).

(217) Pode crer, né? Vai ser cabeça de fósforo passá bola, cabeça de fósforo. . . (C/N:3). Isso não vai ficar assim! Essa idiota dessa **MISS** gari não vai levar a melhor de jeito nenhum! (N/C:3). O que é que cê vai fazer? (C/N:3).

(218) Oh, Gustavo, eu tava querendo te pedir desculpas aí pelo ataque que eu tive hoje no treino. É, cê tava certo, você escolheu o que vai ser melhor pro time, eu sou muito estourada mesmo! A **MISS** gari vai ser melhor capitã que eu (N/G:4). Ah, legal, que bom que você reconhece, já tava ficando chateado porque você ficou mal (G/N:4).

(219) Qual é irmão, tô precisando de você pra me ajudar a ferrar com a **MISS** gari. (N/C:4).

(220) Aqui, **TEACHER!** (B/BT:3).

(221) **THANKS**, Bel (BT/B:3).

(222) **YOU ARE WELCOME!** (B/BT:3).

(223) Se esse remédio for o que eu tô pensando, a gente pegô a **MISS** gari (N/C:6).

MARIA APARECIDA SOUZA MEDEIROS MARCON

**ESTRANGEIRISMOS EM *MALHAÇÃO*:
AMEAÇA LINGÜÍSTICA OU VARIAÇÃO LEXICAL NO PORTUGUÊS *TEEN*?**

TUBARÃO, 2005

Este trabalho foi digitado conforme o
Modelo de Dissertação do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
desenvolvido pelo Prof. Dr. Fábio José Rauen.